UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

LUCAS GOULART DE ANDRADE

Abordagem crítica do lazer da mulher bancária da cidade de São Paulo

São Paulo
2016

LUCAS GOULART DE ANDRADE

Abordagem crítica do lazer da mulher bancária da cidade de São Paulo

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Turismo pelo Programa de Pós-
graduação em Turismo.

Área de Concentração:
Desenvolvimento do Turismo

Orientador:
Prof. Dr. Edegar Luis Tomazzoni

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Andrade, Lucas Goulart de

Abordagem crítica do lazer da mulher bancária da cidade de São Paulo / Lucas Goulart de Andrade ; orientador, Edegar Luis Tomazzoni. – São Paulo, 2016

114 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão original

1. Lazer - Aspectos sociais - São Paulo (SP). 2. Mulheres. 3. Bancários. I. Tomazzoni, Edegar Luis, orient.
II. Título.

CDD 22.ed. – 306.48120981611

Nome: ANDRADE, Lucas Goulart de.

Título: Abordagem crítica do lazer da mulher bancária da cidade de São Paulo

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Turismo pelo Programa de Pós-
graduação em Turismo.

Área de Concentração: Desenvolvimento do
Turismo

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

RESUMO

ANDRADE, Lucas Goulart de. Abordagem crítica do lazer da mulher bancária da cidade de São Paulo. 2016. 114 páginas. Dissertação do Mestrado em Turismo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O objetivo do estudo é analisar a situação do lazer da mulher bancária da cidade de São Paulo e os fatores que dificultam a manutenção de um equilíbrio sadio entre o lazer e o trabalho dessa profissional. Expõe as consequências psicossociais da sociedade contemporânea nos indivíduos. Verifica a proposta dos teóricos do lazer em relação às medidas econômicas que beneficiariam a expansão do tempo livre e dos impactos do sistema econômico vigente sobre o bem-estar da sociedade. Aborda a questão do espaço urbano da megalópole paulistana e suas interferências no lazer do cidadão. Por fim, realiza uma análise acerca dos resultados obtidos em pesquisa com bancárias selecionadas acerca das dificuldades do lazer contemporâneo e suas relações com a crítica apresentada no referencial teórico. Como conclusão, constata-se que há elevada fadiga dessas trabalhadoras e prejuízo relacionado ao lazer causado pelos dilemas da sociedade contemporânea.

Palavras-Chave: Lazer; Trabalho; Mulher; Bancárias; Cidade de São Paulo.

ABSTRACT

ANDRADE, Lucas Goulart. critical approach Leisure banking woman in the city of São Paulo. 2016. 114 pages. Dissertation of Master in Tourism. School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

The objective of the study is to analyze the situation of the banking leisure woman in the city of São Paulo and the factors that make it difficult to maintain a healthy balance between leisure and work of this professional. Exposes the psychosocial consequences of contemporary society in individuals. Verifies the proposal of theoretical leisure in relation to economic measures that would benefit the expansion of free time and the impact of the current economic system on the welfare of society. It addresses the issue of urban space of São Paulo megalopolis and its interference in the citizen leisure. Finally, performs an analysis of the results obtained in research with bank selected on the difficulties of contemporary leisure and its relations with the criticism made in the theoretical framework. Features result in high fatigue of these workers and the loss related to leisure caused by dilemmas of contemporary society.

Keywords: Leisure; Job; Woman; banking; Sao Paulo City.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Quantidade de auxílios-doença, oriundos de transtornos mentais, em meio urbano, concedidos por sexo.....	30
Quadro 02 - Idade	93
Quadro 03 – Estado civil	93
Quadro 04 - Escolaridade	94
Quadro 05 – Instituição bancária.....	94
Quadro 06 - Cargo	94
Quadro 07 - Você considera sua rotina estressante? Seu trabalho é um fator de stress?	96
Quadro 08 - Em sua opinião, seus companheiros (as) de trabalho costumam apresentar satisfação com suas rotinas cotidianas?	97
Quadro 09 - Na atual circunstância, o que você consideraria mais importante para a melhoria do seu bem-estar?	97
Quadro 10 - Qual fator se identifica mais com seu tempo livre?	98
Quadro 11 - Em sua opinião, é possível desfrutar de um tempo de lazer de qualidade com seu salário atual na cidade de São Paulo?.....	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Desigualdade e crime	44
Gráfico 02 – Desigualdade e doença mental.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Taxa anual real de juros total sobre empréstimos pessoais em instituições bancárias em países selecionados na primeira semana de abril de 2009	60
Tabela 02 - Rendimento médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões – 2012.	65
Tabela 03 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção ou gerência e relação entre os rendimentos médios no trabalho principal, por sexo, segundo os setores de atividade – Brasil – 2012.	66
Tabela 04 - Quais as suas prioridades em seu tempo livre?.....	95
Tabela 05 - Em relação à cidade, quais fatores você considera prejudiciais ao seu lazer? (Ex: trânsito, segurança, preços etc).	100
Tabela 06 - Você acredita que, como mulher, é prejudicada na questão do equilíbrio entre lazer e trabalho em relação ao homem?	101
Tabela 07 - Para um melhor equilíbrio entre sua vida pessoal e profissional, qual (ais) medida (s), a serem tomadas por parte do poder público, você consideraria importante?	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O LAZER COMO CAMPO DE ESTUDO	14
1.1 A CRÍTICA CONTEMPORÂNEA ACERCA DO LAZER E DO TURISMO.....	18
1.1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DO GÊNERO	25
1.2 AS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DA PÓS-MODERNIDADE E O PAPEL DO LAZER COMO PROPULSOR DE BEM- ESTAR.....	28
2 ASPECTOS ECONÔMICOS DO LAZER.....	41
2.1 A DESIGUALDADE: UM ENTRAVE PARA O DESENVOLVIMENTO	42
2.2 O DEBATE ACERCA DA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	48
2.2.1 A REDUÇÃO DO TRABALHO E O SISTEMA ECONÔMICO	55
2.2.2 PARA EXPANDIR O TEMPO LIVRE É NECESSÁRIO DISTRIBUIR RENDA ..	56
3 O LAZER E A QUESTÃO DO ESPAÇO URBANO	69
3.1 A CIDADE NÃO LÚDICA: A INTERFERÊNCIA DA IDEOLOGIA DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	73
3.1.1 SEGREGAÇÃO DO LÚDICO: A CONDOMINIALIZAÇÃO DO LAZER	74
3.1.2 DESLOCAMENTO DO LÚDICO: O CASO DOS PARQUES DE DIVERSÃO ..	79
3.1.3 LIMITAÇÃO DO LÚDICO: A INSUFICIÊNCIA DOS PARQUES URBANOS....	84
3.2 POR UMA NOVA ABORDAGEM DA QUESTÃO URBANA.....	87
4 MÉTODO.....	90
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DE PESQUISA	93
6 CONCLUSÃO	104
REFERÊNCIAS.....	108

Introdução

A sociedade contemporânea enfrenta dilemas inéditos. O advento da globalização trouxe à tona novos debates. A análise do cotidiano, por estudiosos das diversas áreas do conhecimento, busca um conhecimento que gere fatores propulsores no desenvolvimento da sociedade e no bem-estar comum.

O sentimento de que o progresso tecnológico ou os demais derivados do trabalho humano sejam os principais atores da transformação da sociedade ainda rege quase a totalidade do saber produzido. Contudo, a arte do bem viver é heterogênea. Não há avanço humano sem considerar todos os fatores envolvidos para o bem-estar comum. Este desequilíbrio evidente, potencializado com o advento da globalização, contribui para a sensação de mal-estar presente no cotidiano atual.

O trabalho assume um papel central na sociedade moderna, definindo as relações interpessoais e assumindo forte papel identitário para o indivíduo. Neste contexto, a polêmica relação entre lazer-trabalho assume grande importância ao se relacionar diretamente com o modo de vida da sociedade. De um lado, a hipótese de um sistema econômico instável e caótico que condena pessoas a um trabalho monótono e rígido, ou ainda, em termos marxistas, alienado. De outro lado a hipótese de uma evolução tecnológica contínua que possibilitaria ao indivíduo o desfrute máximo de seu tempo de lazer, tempo para o qual ainda não estaria preparado.

Independentemente da vertente utilizada, as análises tendem a indicar que toda crítica referente ao contexto cotidiano em que se encontra determinada sociedade esclarece que suas dificuldades se potencializam na periferia desta, sendo este conceito de periferia não referente somente ao espaço urbano, mas a todos os marginalizados a nível físico, social ou psicológico. O debate acerca da questão de gênero é aqui proposto para evidenciar a questão da relação lazer-trabalho na sociedade contemporânea, a partir do enfoque de um grupo que ainda carrega as consequências de um longo histórico de preconceito e semi-inclusão. Para tanto, as mulheres bancárias de São Paulo constituem o objeto de estudo do presente trabalho.

A luta pela emancipação feminina, importante movimento social pela busca de igualdade, foi responsável por garantir direitos e proporcionar à mulher uma vida mais digna. Contudo, e sem desprestigiar qualquer atributo de tal emancipação política e social, alguns fatores desencadeantes destas conquistas recentes ainda aparecem

como entrave para qualificar todos os resultados deste processo como justos. A luta por direitos igualitários garantiu à mulher acesso aos serviços de caráter masculino. Porém, não ocorreu divisão proporcional em relação aos demais atributos, em especial aos serviços domésticos, ocasionando para a mulher a denominada “dupla jornada de trabalho”. Através disto, entende-se que a relação lazer-trabalho tenha forte fator prejudicial de desequilíbrio, ocasionando em reflexos físicos e psicológicos que devem ser tratados com seriedade.

Neste contexto, analisa-se a outra via do desenvolvimento humano, representada pelo lazer, enfatizando sua principal prática, o turismo. Esta outra face humana da sociedade, onde o indivíduo se realiza como tal, é condição *sine qua non* para o desenvolvimento desta. No entanto, a ideologia predominante interfere nestas práticas, confundindo e alterando suas essências. A ideologia laboral afeta o lazer assim como a ideologia economicista invade o turismo.

O debate proposto está relacionado aos fatores que interferem no tempo de lazer das mulheres bancárias de São Paulo. O tempo de lazer das mulheres bancárias de São Paulo é condicionado a diversas intempéries, como às desigualdades presentes na questão de gênero em relação ao trabalho, à situação profissional da trabalhadora bancária e ao papel de cidadã da cidade mais populosa do país. Surgem como problemática as questões que envolvem esse tempo de lazer: quais fatores dificultam a realização de um tempo de lazer pleno, aos moldes das propostas dos teóricos desse campo de estudo? Qual a evolução do acesso e da democratização do lazer aos indivíduos marginalizados socialmente ao longo dos últimos anos? A questão de gênero, o trabalho e o cotidiano da megalópole beneficiam ou prejudicam o lazer dessas mulheres?

O objetivo deste trabalho é analisar a condição de lazer da mulher bancária da cidade de São Paulo e os fatores que impedem o desenvolvimento de um equilíbrio sadio entre lazer, trabalho e demais atributos do cotidiano. Com base no referencial teórico abordado, discutem-se as características da sociedade contemporânea, que influenciam de forma negativa esse tempo de lazer, inviabilizando uma proposta de humanização do cotidiano e a ampliação do bem-estar destas mulheres.

O primeiro capítulo aborda a questão da evolução do lazer como campo de estudo, por meio de uma síntese das análises dos principais pensadores deste campo de estudo. Aborda, conseqüentemente, algumas das análises críticas em relação ao

lazer contemporâneo e à sua principal prática, o turismo. Trata também sobre a questão do equilíbrio entre lazer e trabalho na pós-modernidade, a crítica da cultura globalizada e suas consequências psicossociais na mulher bancária da metrópole paulistana. Baseia-se, portanto, nas análises de Krippendorf (2009) acerca dos riscos que uma sociedade que não mantivesse um equilíbrio entre lazer e trabalho em seu cotidiano poderia enfrentar em relação ao bem-estar de seus componentes. Estas consequências mostraram-se reais, atingindo potencialmente as mulheres (Lipovetsky, 2004), considerando também que, na cidade de São Paulo, 30% da população costuma apresentar indícios de transtornos mentais (Fapesp, 2012).

O segundo capítulo trata sobre a economia do lazer, a partir das críticas e propostas de autores relacionados ao tema. Abordará a relação lazer-trabalho, analisando as vertentes ideológicas econômicas e suas análises em relação ao desenvolvimento desta relação. Consequentemente, as análises referentes ao contexto mundial globalizado e o reflexo dos modelos hegemônicos no cotidiano se incluem nesta discussão.

O terceiro capítulo aborda a relação entre o lazer e o espaço urbano da metrópole de São Paulo, levantando aspectos que interferem ou contribuem para as práticas de lazer, como a democratização dos equipamentos de lazer, entre outros. Apresenta exemplos que sugerem que há uma desvalorização do lúdico no espaço urbano, decorrente da sobrevalorização cultural do trabalho. Assim, serão abordados autores que estudam a questão da cidade e o lazer em meio urbano, apresentando propostas contemporâneas que visam ampliar o acesso à cidade, tendo em vista a humanização do cotidiano.

O quarto capítulo será composto pela metodologia utilizada para a elaboração da argumentação deste projeto e a captura de dados. Serão apresentadas as principais linhas de pensamento utilizadas e os caminhos seguidos para seu desenvolvimento.

O quinto capítulo apresenta os resultados das pesquisas aplicadas às mulheres bancárias, que abordarão os temas relacionados aos propostos no referencial teórico, a fim de elucidar a crítica apresentada. Com isso, esses resultados são analisados com base nas temáticas abordadas nos capítulos anteriores.

1 O lazer como campo de estudo

A separação entre tempo livre e tempo de trabalho se destaca após a Revolução Industrial. Anteriormente, a relação entre lazer e trabalho era muito próxima. Com o aumento da produção e a expansão do tempo de trabalho, o tempo de lazer assumiu um caráter progressivamente perceptível em relação aos trabalhadores. Neste aspecto, “o tempo fora-do-trabalho é, evidentemente, tão antigo quanto o próprio trabalho, porém o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da Revolução Industrial” (Dumazedier, 2008, p. 26). Desta separação entre trabalho e tempo livre, o lazer começa a surgir como conceito independente

(...) esse tempo livre, agora claramente constituído, gerou seus próprios conteúdos e seus próprios valores; foi Joffre Dumazedier que teve o mérito de enfatizá-lo com vigor. O tempo liberado do trabalho produtivo, a princípio concebido como simples complemento reparador das forças produtivas, tende a transformar-se cada vez mais em um tempo privilegiado, decisivo, no qual se elaboram novos valores coletivos. Estes ampliam a exigência de expressão da individualidade e tendem a reduzir as restrições do trabalho para, em seguida, reduzir todas as outras obrigações institucionais. A sociologia do lazer frequentemente apresentou o tempo do lazer como o único tempo autêntico dedicado ao desenvolvimento pessoal, à expressão cultural e à continuidade das atividades de autoformação (PRONOVOST, 2011, p. 26).

A necessidade do lazer para a formação do indivíduo começou a se evidenciar. Não era apenas o trabalho que moldava o homem, mas também o lazer.

O lazer alcança gradualmente sua autonomia como objeto de estudo a partir do séc. XX. As críticas de Paul Lafargue (1977) acerca da exploração do trabalho e o consequente elogio à preguiça abrem margens a novas considerações sobre o tema. A exploração física e psicológica do trabalhador atingia patamares altamente elevados, com jornadas de trabalho que ultrapassavam 16 horas diárias, com a inclusão de mulheres e crianças nas linhas de produção.

No primeiro congresso de beneficência realizado em Bruxelas, em 1857, um dos mais ricos manufatureiros de Marquette, perto de Lille, o Sr. Scrive, aplaudido pelos membros do congresso, contava com a mais nobre satisfação de um dever cumprido: "Introduzimos alguns meios de distração para as crianças. Ensinamos-lhes a cantar durante o trabalho, a contar também enquanto trabalham: isto as distrai e faz-

lhes aceitar com coragem aquelas doze horas de trabalho que são necessárias para lhes proporcionar os meios de existência" - Doze horas de trabalho, e que trabalho! Impostas a crianças que não têm doze anos! - Os materialistas lamentarão sempre que não haja um inferno para nele pôr estes cristãos, esses filantropos, carrascos da infância (LAFARGUE, 1977, p. 11).

Era necessário, portanto, emergir um novo pensar sobre a situação do trabalhador, rompendo com a lógica exploradora do capital através da produtividade acelerada. Neste contexto, a importância da redução da jornada de trabalho para um melhor desfrute do ócio e a ampliação da qualidade de vida aparece como fator fundamental (Lafargue, 1977).

Com a propulsão das ideias revolucionárias, como as ideias comunistas e anarquistas, os movimentos sociais passam a se organizar e a contestar o modelo trabalhista praticado. O lazer e o lúdico ampliam sua notoriedade através de novas produções teóricas. Bertrand Russell (1957) dedica uma obra ao elogio do lazer, como proposto no título, onde discorre sobre a importância de uma sociedade que busque um equilíbrio saudável entre lazer e trabalho. A partir disso, propõe uma nova forma de pensar que aborda a necessidade de uma sociedade do lazer, através da educação individual e da ruptura com a lógica econômica preponderante.

A partir de então, observa-se a proposição de que a emancipação real da sociedade estaria presente na reorganização do tempo de trabalho, com a consequente ampliação do tempo de lazer. O motor de desenvolvimento da sociedade não estaria, portanto, preso às lógicas materiais e produtivistas, mas também, senão prioritariamente, no desenvolvimento cultural e pessoal proporcionado pelo desfrute do lazer.

A racionalização do cotidiano promovida pelo apoderamento do econômico sobre o social culminou na análise da importância de aspectos intrínsecos ao lazer, como o lúdico. Johan Huizinga (2012) busca romper com este padrão desumano que reduz o lúdico a algo de menor importância. O lúdico (o jogo) é descrito como fator essencial à vida. A lógica da seriedade recorrente do mundo planejado para o trabalho entraria em discordância com a própria natureza humana, com a possibilidade de acarretar danos variados à sociedade. Neste sentido, "a própria existência do jogo é uma confirmação permanente da natureza supralógica da situação humana" (Huizinga, 2012, p.6). O jogo está presente no contexto cultural através de toda construção histórica da humanidade, em especial nos rituais e na religião, de onde

Huizinga (2012, p. 212) declara que “não há nada que nos impeça de interpretar como jogo qualquer fenômeno cultural que se apresente como inteiramente sério”. Contudo, com a exploração laboral decorrente da fase inicial do capitalismo, a desregulamentação trabalhista e, possivelmente, um fator cultural de repúdio ao ócio impulsionado por uma ética protestante (Weber, 1992), o lúdico beirou a subversão, orientando a sociedade a uma seriedade grotesca e alienante.

Na segunda metade do séc. XX, através dos estudos de Joffre Dumazedier, o lazer é teoricamente esquematizado e ganha notoriedade em âmbito acadêmico. Dumazedier (2008) trata do desenvolvimento da sociedade, a partir da evolução técnica e das conquistas trabalhistas, e da expansão da conscientização sobre o lazer. Ainda preocupado com a ótica de desvalorização do lazer em relação ao trabalho, é enfático ao destacar que “o lazer não é a ociosidade, não suprime o trabalho; o pressupõe. Corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano ou da vida de trabalho” (Dumazedier, 2008, p.28). Seria, portanto, uma evolução no pensamento da sociedade, com a ruptura de dogmas infundados e a possibilidade de ascensão de um novo funcionamento social.

O que ontem seria preguiça em relação às exigências da empresa hoje é dignidade; o que ontem se chamava egoísmo em face das exigências da instituição familiar chama-se hoje respeito às características de um de seus membros. Uma parte do que era pecado aos olhos da instituição religiosa hoje é reconhecida como arte de viver. Alguns falaram de uma moral do hedonismo. É um equívoco: a ética do lazer não é a da ociosidade que rejeita o trabalho, nem a da licença que infringe as obrigações, mas a de um novo equilíbrio entre as exigências utilitárias da sociedade e as exigências desinteressadas da pessoa (DUMAZEDIER, 2008, p. 59).

Em concordância com Russell (1952), Dumazedier defende a ideia de que a promoção de uma sociedade do lazer acarretaria num avanço cultural de extrema importância para o progresso humano, ou seja, “numa ‘civilização do lazer’, o indivíduo teria maiores probabilidades de satisfazer uma curiosidade intelectual permanente e voluntária, indispensável à sua participação ativa em sociedades marcadas por uma necessidade permanente de inovação” (Dumazedier, 2008, p. 160). Contudo, nesta análise, a percepção de que a mera redução da jornada de trabalho poderia não acarretar no desenvolvimento pretendido é enfatizada. A luta pela redução da jornada de trabalho era importante, contanto que atrelada à educação para o lazer. Não basta,

portanto, ampliar o tempo de lazer, é necessário orientar a sociedade a fim de que o tempo liberado não se transforme em tédio ou em ócio improdutivo. Para a transição da sociedade é necessário haver planejamento e educação, conclusão esta também defendida por Gilles Pronovost (2011), o qual afirma que, para a defesa da questão da redução da jornada de trabalho, é fundamental haver uma educação para o lazer concomitante.

Além das definições fundamentais aos avanços dos estudos do lazer, diversas pesquisas relacionadas às consequências do tempo livre foram aplicadas. Dentre estas, a ligação entre tempo livre e cultura, onde se constatou que “a reduzida duração do trabalho está sempre vinculada a um alto nível cultural” (Dumazedier, 2008, p. 140). É, portanto, defendida por meio das pesquisas sociológicas uma nova esquematização apologética do lazer, ou, conforme Dumazedier (2008), uma “sociologia empírica do lazer”, que objetivava propor uma nova perspectiva em relação à sociologia tradicional fundamentada na ótica do trabalho.

Mesmo na defesa da redução da jornada de trabalho há um discurso enviesado, que promove a própria situação do trabalho centralizado. A análise de Luiz Octavio de Lima Camargo (1998), que trata sobre a educação do lazer, aborda a questão

(...) os sindicatos hoje reivindicam a redução da jornada de trabalho apenas em nome da redução do desemprego (trabalhando-se menos, mais pessoas podem trabalhar). O argumento é mais do que relevante. Mas por que não ir direto ao assunto? Afinal, por que razão trabalhar menos e ganhar mais, senão para gastar no seu lazer? (CAMARGO, 1998, p. 130).

Neste contexto, é retomada a ideia da importância de uma redução do trabalho atrelada ao preparo para lidar com o tempo disponibilizado. Além da iminente necessidade da redução da jornada para a ampliação do desfrute do lazer em determinada sociedade, o autor propõe uma nova forma de análise que visa desatrelar os estudos do lazer à questão do trabalho, a fim de realizar “uma sociologia do lazer, mais tributária da sociologia e da história da cultura que da do trabalho” (Camargo, 2001, p. 156). De todo modo, não seria desconsiderada a relação existente entre o lazer e o trabalho, mas sim da promoção de uma sociologia do lazer mais autônoma e abrangente.

A evolução dos estudos acerca do lazer atingiu considerável relevância ao longo do século XX. Nesta breve análise introdutória consideramos os pontos-chave

desta evolução, a fim de analisar a contemporaneidade do debate acerca do lazer representado a seguir.

1.1 A crítica contemporânea acerca do lazer e do turismo

Os estudos do lazer são um campo de análise interdisciplinar e estiveram frequentes em linhas acadêmicas variadas desde sua origem. Este tópico propõe analisar a atualidade da situação e das críticas ao lazer, considerando o turismo como uma das principais atividades de lazer, visto que engloba uma variada gama de lazeres dentro de si. Dessa forma, pode-se constatar que “dentre as atividades de lazer, o turismo se destaca como a mais completa” (Camargo, 1986).

Coelho (2000) defende que há duas divisões entre as atitudes humanas: aquelas que visam a um determinado fim e aquelas que têm fim em si mesmas. Como a guerra procura a paz, o trabalho procura o lazer. Por outro lado, o lazer tem como finalidade o seu desfrute

Os atos do lazer não são necessários nem úteis, são bons em si mesmo, são intransitivos. As pessoas devem ser capazes de realizar atos necessários e úteis; mais do que isso, porém, devem estar aptos a realizar atos que sejam bons em si mesmos e em si mesmo se esgotem (COELHO, 2000, p. 142).

Conforme a argumentação de Coelho (2000) acerca do lazer, e entendendo o turismo dentro dessa dinâmica, é possível compreender o turismo como uma atividade com fim em si mesmo. Portanto, a virtude do turismo é justamente essa: um tempo livre de finalidade *por vir*, repleto de uma finalidade que se esgota e se reconstitui dentro de um mesmo ciclo de êxtase.

Principalmente (e não exclusivamente) após a segunda guerra mundial, a atividade turística ganha expressão mundial. A partir de então, a produção de conhecimento se expande. Hoje, o turismo já é uma das principais atividades econômicas mundiais e possui diversas vertentes de conhecimento que buscam analisá-lo.

O conhecimento turístico se prendeu muitas vezes a limitações sistemáticas que não conseguiam abranger o fenômeno por completo. A sociedade pós-moderna é caracterizada pela ruptura com os pensamentos totalitários e pela ampliação dos

fatores subjetivos que a regem. Portanto, analisar o turismo dentro de uma ótica parcial empobrece seu desenvolvimento.

As teorias estão mais preocupadas nas relações de consumo, as relações de mercado. Porém, o turismo envolve muito mais do que isso. No turismo estão também as necessidades, anseios e desejos humanos, bem como motivações psicológicas que são fundamentais na definição do que é e o que representa o turismo (PANOSSO NETTO, NECHAR, 2014, p. 132).

O conhecimento crítico visa a analisar o lazer e o turismo de forma a explorar suas potencialidades que são inibidas pelos fatores que o corrompem, ou seja, os distanciam de suas essências. Esta compreensão reflexiva deve relacionar os fatores alienantes da sociedade contemporânea com a área em questão, a fim de alertar sobre os caminhos ocultos que a atividade possa se direcionar.

Há diversos conceitos acerca do turismo, sobre o que ele é. No entanto, deveríamos buscar analisar o que ele deveria ser. Qual é a essência do turismo? Entendemos o turismo como o momento de representação máxima do indivíduo, de suas personalidades e subjetividades. É a manifestação do mais puro *eu*, que, liberto das interferências externas que induzem suas vontades, procura satisfazer as próprias necessidades intrínsecas, físicas, emocionais e espirituais. É uma atividade que pode englobar diversas atividades de lazer, buscando um clímax de prazer e realização. Evidentemente, todo indivíduo age conforme o meio social. Porém, pensar um sujeito livre de interferências é tão utópico quanto necessário para o desenvolvimento da atividade turística.

O turismo é uma atividade que demanda educação. Não é o simples ato de viajar ou a quantidade de viagens que determina o turista consciente, mas sim sua relação com o local de destino. A falta de orientação e o cotidiano conturbado contribuem para desvirtuar o significado do turismo.

(...) não se pode negar que um grande número de viagens representa uma fuga mal disfarçada para o turismo e uma possibilidade de lucro para o empresário. Muitas vezes, nem a fuga é solicitada. Quem sai de sua cidade e chega em outro país para se internar nos shopping centers, comer fast-food e ler seu jornal preferido ou assistir a seu canal predileto viajou espacialmente e não saiu de “casa”, continua sempre no mesmo lugar existencial e cultural, com uma mesma atitude perante o mundo (TRIGO, 1998, p. 34).

O lazer e o turismo costumam funcionar como válvulas de escape na atual sociedade e também refletem os fatores de desgaste do dia a dia, funcionando como algo compensatório e não como algo que agregue real valor (Krippendorf, 2009). Educar alguém para o lazer e o turismo é educar alguém para a vida. Para a prática do lazer e do turismo, de modo comum à arte do bem viver, é necessário haver respeito aos cidadãos locais, saber contemplar a paisagem, valorizar a história e a cultura locais, relacionar-se com o diferente.

Além dos valores subjetivos e individuais de cada pessoa, o lazer e o turismo também são influenciados pelos modelos dominantes da sociedade. O homem se comporta no tempo de lazer como se comporta no tempo de trabalho:

(...) a indústria da cultura e do lazer não somente constitui novas e secundárias esferas do trabalho abstrato e, portanto, da oferta capitalista, mas ironicamente o lazer torna-se para o consumidor continuação do trabalho por outros meios. Não apenas quando ganha dinheiro, mas também quando o gasta o homem capitalista é um trabalhador. A ditadura do tempo abstrato também ocupou o lazer (KURZ, 2000, p. 43).

O lazer perde gradualmente, portanto, seu significado real, quando invadido pela lógica do trabalho, não exercendo o indivíduo sua real autonomia, característica importante para a prática desta atividade. É o que Dejours (1992) trata ao analisar as psicopatologias decorrentes do trabalho

O tempo fora do trabalho não seria nem livre e nem virgem, e os estereótipos comportamentais não seriam testemunhas apenas de alguns resíduos anedóticos. Ao contrário, tempo de trabalho e tempo fora do trabalho formariam um continuum dificilmente dissociável (DEJOURS, 1992, p. 46).

Ao defender a necessidade da educação para o lazer, Marcellino (2001) realiza a crítica acerca da perda de essência da atividade

(...) a observação da prática do lazer na sociedade moderna é marcada por fortes componentes de produtividade. Valoriza-se a “performance”, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem; estimula-se a prática compulsória de atividades denotadoras de moda ou “status” (MARCELLINO, 2001, p. 28).

A crítica de Marcellino (2001), apesar de referente ao lazer como um todo, descreve com exatidão a perda da essência da atividade turística. Nestes tempos de exposição pessoal através da internet, com o advento das redes sociais, o valor de uma foto agrega um valor de status que acaba por corromper o significado da viagem. A viagem deixa de ter fim em si mesma, abandonando seu papel na autossatisfação pessoal, a fim de gerar valor para o outro. O fim da viagem não determina mais o ser do turismo perante ele, mas o ser do turismo perante o outro. Busca-se, com a viagem, obter prestígio social. De modo que o objetivo da viagem por diversas vezes não é o grau de satisfação representado pelo local naquela pessoa, mas o grau de satisfação perante o próximo.

(...) quando se trata apenas de “carimbar o passaporte”, de puro exibicionismo, certamente teremos um resultado lúdico suspeito, porque o lúdico desfaz-se e mesmo desaparece numa divisão entre o “eu-que-realiza” e o “eu-que-observa”. E, quase sempre, o prazer do “eu-que-realiza” é sacrificado em favor do prazer futuro do “eu-que-observa”, que vai apenas relatar a façanha (CAMARGO, 1998, p. 71).

A afirmação de Camargo (1998) é sensata ao tratar o lúdico como fator essencial da satisfação humana, que está diretamente ligada ao desenvolvimento pessoal do indivíduo. A crítica sobre as interferências ideológicas acerca do lazer e do turismo não se trata de mera retórica de uma intelectualidade pessimista e superficial, mas reflete a ideia de que o ato do lúdico se perde neste contexto alienante. A qualidade de vida da sociedade está diretamente relacionada à necessidade desta crítica. A ludicidade é fator vital para o bem-estar da sociedade. É o que afirma Huizinga (2012), ao tratar a questão do lúdico como fator condicional ao desenvolvimento humano.

A presença do lúdico, fator intrínseco ao lazer e ao turismo, permite ao indivíduo romper com a lógica racional que sobrecarrega o cotidiano, podendo externalizar suas vontades interiores que o constituem como indivíduo completo, como ser humano. A primazia da satisfação está no próprio ato praticado e não em suas possíveis conseqüências. Conforme Baudrillard:

(...) o verdadeiro valor de uso do tempo, que o lazer procura desesperadamente restituir, consiste em perder-se. As férias constituem a busca de um tempo que se possa perder no sentido pleno da palavra, sem que tal perda entre por sua vez em processo de cálculo (BAUDRILLARD, 1995, p.163).

Para realizar uma análise crítica do lazer e do turismo é necessário realizar uma análise crítica do contexto ideológico ao qual estão inseridos. Após o avanço neoliberal da década de 1990, a sociedade passou por transformações não apenas econômicas, mas também culturais. Lipovetsky (2012) denomina esse novo contexto cultural deste mundo globalizado de cultura-mundo, onde afirma que vivemos em um tempo de “capitalismo cultural”. É o processo de uma ideologia econômica se tornar ideologia cultural. O turismo é fortemente atingido por esta ideologia, que sobrevaloriza os valores econômicos aos valores humanos e culturais.

A questão do significado da viagem, apesar de aspecto subjetivo, não deve ser esquecida. Viajar é agregar valor. Para agregar valor é preciso encontrar significado no ato praticado. O turismo como produto de consumo não foge às apelativas fetichistas, que desconsideram o valor humano para atrelar valor material, ou seja, promotor de status. A globalização permitiu a facilidade de acesso ao diferente, mas busca transformar esse diferente num igual. Esta tendência, perpetuando-se, acarretaria na destruição do significado do turismo.

Subproduto da circulação das mercadorias, o turismo, circulação humana considerada como consumo, resume-se fundamentalmente no lazer de ir ver o que se tornou banal. O planejamento econômico da frequência de lugares diferentes já é em si a garantia de sua equivalência. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, lhe retirou também a realidade do espaço (DEBORD, 2013, p.112).

A crítica de Debord (2013) está relacionada à crítica da globalização, que padronizou os destinos de forma a reduzir de significado a busca pelo desconhecido, fator inerente aos anseios do viajante. Adorno (2008) trata do conceito de dependência psicológica e social na sociedade, e como esta dependência costuma ser explorada pela mídia.

Independentemente do fato de que, segundo certos aspectos, o indivíduo pode ser considerado "mais livre" hoje do que em épocas anteriores, a "captura" do indivíduo por inumeráveis canais de organização certamente aumentou. Ilustração suficiente disso é que a dicotomia tradicional entre trabalho e lazer tende a tornar-se cada vez mais reduzida, e que as "atividades de lazer" socialmente controladas cada vez mais tomam conta do tempo livre do indivíduo (ADORNO, 2008, p. 174-175).

A crítica de Adorno (2008) não se assemelha à crítica de De Masi (2000), onde a junção de lazer e trabalho seria produtiva para um desfrute do ócio criativo. Esta crítica reflete o apoderamento da lógica do trabalho sobre o tempo de lazer, ou seja, a influência da dinâmica laboral invadindo o tempo livre.

De qualquer forma, muito mais hoje em dia do que antes, o mundo apresenta-se, para a maioria das pessoas, como um “sistema” coberto por uma rede de organização totalmente abrangente, sem buracos onde o indivíduo possa “esconder-se” em face das exigências e testes constantes de uma sociedade governada por uma configuração hierárquica orientada para os negócios, a qual se aproxima muito do que chamamos de “*verwaltete Welt*”, um mundo administrado (ADORNO, 2008, p.176-177).

A dependência psicológica, que possui um caráter prisional, cria um sentimento comum de impotência. Gera, assim, uma sensação de impossibilidade, de constante insatisfação. O marketing moderno busca explorar este lado frágil da sociedade. A ruptura com o modo de vida determinante se distancia do real rumo ao utópico.

A pós-modernidade oferece benesses acompanhadas de fatores negativos, proporcionais ou de maior amplitude. É a tendência contemporânea, onde “o desenvolvimento urbano trouxe expansões individuais, de liberdades e lazeres, mas veio acompanhado das constrições da rotina de tomar o metrô, ir trabalhar, voltar pra casa e dormir” (Morin, 2013, p.68).

Bauman (2003) alerta para a interferência da globalização em relação às viagens. O conceito de comunidade é colocado em xeque com a padronização decorrente do mundo globalizado e cosmopolita. O turista está dentro deste contexto, nesta espécie de “bolha” que torna irrelevante o local e a comunidade nativa.

As viagens dos novos cosmopolitas não são viagens de descoberta. Embora sejam com frequência descritas como tais pelos viajantes globais e seus biógrafos; seu estilo de vida não é “híbrido” nem particularmente notável por seu gosto pela variedade. A mesmice é a característica mais notável, e a identidade cosmopolita é feita precisamente da uniformidade mundial dos passatempos e da semelhança global dos alojamentos cosmopolitas, e isso constrói e sustenta sua secessão coletiva em relação à diversidade dos nativos (BAUMAN, 2003, p. 55).

A busca pelo novo, característica inerente às viagens, se perde dentro das normas da globalização. O respeito à cultura dos autóctones, inclusive à sua

comunidade, torna-se secundário ou inexistente, corrompendo uma das premissas de um turismo genuíno e sadio (Krippendorf, 2009). Aos autóctones é reservado um lugar invisível na prestação de serviços (Bauman, 2003). A crítica de Bauman (2003) também destaca um dos aspectos mais preocupantes da globalização: a padronização. O turismo é fortemente caracterizado por sua busca pelo novo, por aquilo que difere da mesmice do cotidiano. O mercado ainda não rompeu totalmente com os preceitos fordistas e a ele ainda interessa a padronização. Contudo, ao turismo essa padronização pode ser fatal. Qual o interesse no sacrifício do deslocamento quando o objetivo se trata de conhecer um lugar comum? O que move o desejo do viajante é o gosto pelo que lhe é exótico, incomum. Neste contexto, a preservação das culturas locais é fator vital para a atividade turística.

Dentre tantos fatores, a globalização também influencia naquele que é um dos principais vilões do lazer e do turismo, o consumismo.

A busca por satisfação pertence a um ciclo eterno de vontades que não devem se concluir. Para o mercado, a satisfação deve ser provisória, uma vez satisfeita ela encerraria o ciclo econômico gerado por esta incessante busca.

A satisfação deve ser apenas uma experiência momentânea, algo que, se durar muito tempo, deve-se temer, e não ambicionar – a satisfação duradoura, de uma vez por todas, deve parecer aos consumidores uma perspectiva bem pouco agradável. Na verdade, uma catástrofe. Como diz Dan Slater, a cultura de consumo “associou a satisfação à estagnação econômica: nossas necessidades não podem ter fim... (Ela) exige que nossas necessidades sejam insaciáveis e que ao mesmo tempo procurem mercadorias para sua satisfação”. Ou talvez pudéssemos dizer: somos impulsionados e/ou atraídos a procurar incessantemente por satisfação, mas também a temer o tipo de satisfação que nos faria interromper essa procura (BAUMAN, 2008, p. 126-127).

A invasão do lazer e do turismo pelo consumo já foi alertada por seus teóricos há alguns anos. Conforme Dumazedier, “a pressão dos modelos de consumo de massa dos bens de conforto e de lazer nas sociedades pós-industriais cria muitas vezes necessidades tais que, quanto mais se ganha dinheiro, mais se precisa ganhar” (2008, p. 152). O lazer e o turismo passam a perder sua essência para constituir um fator de consumo que gera status social.

A visão economicista trata da vantagem de obter produtos em outros países, com menor carga tributária e preços mais baixos. Através desta perspectiva, é uma análise correta. No entanto, esta visão desconsidera os demais fatores que envolvem as atividades de lazer, em especial no turismo: o tempo gasto em shoppings centers e outlets de grifes, a ausência de descanso, o desconhecimento do novo etc.

Não se trata, todavia, da crítica ao turismo de compras, mas sim da crítica ao consumismo, que denota a busca pelo supérfluo influenciada por padrões ideológicos presentes na sociedade. Milton Santos (1998) explora a questão da invasão do consumismo no tempo livre:

O consumo, que é o grande fundamentalismo deste fim de século, acaba presidindo tudo, ou quase tudo, inclusive o lazer. E isso é facilitado pela extraordinária mercantilização das relações, com a subordinação ao mercado invasor, tornado tirânico com a globalização. Há oferta de crédito para o esparecimento, mas também onipotência, onipresença, onisciência do dinheiro, e do dinheiro em estado puro, com a financialização da sociedade e, até mesmo, da vida pessoal. O crédito é facilitado, mas ele é subordinado e, sobretudo, é subordinador. E, o homem viajante tanto quanto aquele outro homem que, em sua cidade, busca se divertir, acabam sendo a matéria-prima da indústria das viagens. Daí, o uso manipulado do tempo livre (SANTOS, 1998, p. 33).

O consumismo, portanto, é uma forma de alienação que invade o lazer e as viagens. O turista brasileiro tem se evidenciado nesta questão. Conforme evidenciado por algumas matérias jornalísticas: “Destinos europeus estão de olho no potencial consumista do turista brasileiro” (Uol, 2012); “No exterior, turista brasileiro investe mais em compras” (Terra, 2012); “Consumista, o brasileiro vira um ‘sacoleiro global’” (Folha, 2012).

1.1.2 Considerações sobre a questão do gênero

Há, na própria construção da sociedade, a formação de contratos sociais que designam os papéis e as funções dos indivíduos, de acordo com suas classes sociais e gêneros. A organização da sociedade ocorre por meio do processo de civilização que a constitui. Conforme constatado por Freud (1996), todo processo de civilização

age em sentido contrário às pulsões inerentes ao ser humano, inibindo seus instintos, o que ocasiona consequente mal-estar.

O mal-estar presente na civilização é um anátema de maior proporção, quando consideradas as peculiaridades da questão feminina, conforme a análise de Beauvoir (1970). A inserção da mulher no mercado de trabalho é uma conquista ambígua: positiva, no sentido de emancipação financeira; negativa, no sentido de atribuir novas obrigações, além das demais, impostas pela cultura da sociedade. Nesse sentido, além dos afazeres domésticos, considerados quando se discute a relação da dupla jornada de trabalho, há uma forte sobrecarga de cobrança estética, que atribui valor à mulher, perante a sociedade, de acordo com o visual de seu corpo.

É exigida da mulher uma postura comportamental-estética que se adeque aos padrões ambicionados pelos homens, dessa forma, até a educação da moça faz com que os pais eduquem “suas filhas antes com vista ao casamento do que favorecendo seu desenvolvimento pessoal” (Beauvoir, 1970, p. 176). O contexto cultural, em que a criança é criada, fornece as características que deverão ser assimiladas na formação dos indivíduos, de acordo com seu gênero, presentes desde o ato de brincar, com a devida separação de funções. O próprio lazer infantil é impregnado por uma cultura preconceituosa de gênero. Nesse contexto, à mulher é atribuída uma característica de função complementar às atividades masculinas e não autônoma. A proposta de emancipação do sexo feminino depende, dessa forma, não apenas das conquistas de direitos pelas mulheres, mas também da ruptura do referencial narcísico masculino.

Se a mulher foi, muitas vezes, comparada à água é, entre outros motivos, porque é o espelho em que o Narciso macho se contempla; debruça-se sobre ela de boa ou de má-fé. Mas o que, em todo caso, ele lhe pede é que seja fora dele tudo o que não pode apreender em si, pois a interioridade do existente não passa de nada e, para se atingir, ele precisa projetar-se em um objeto. A mulher é para ele a suprema recompensa porque é sob uma forma exterior que ele pode possuir, em sua carne, sua própria apoteose. E é esse “monstro incomparável”, isto é, a si mesmo, que ele possui quando aperta nos braços o ser que lhe resume o mundo e a quem impôs seus valores e leis (Beauvoir, 1970, p. 230).

Ainda paira uma aura mística da função complementar da mulher em relação ao homem, a visão da mulher criada a partir da costela retirada de Adão que lhe serviria como auxiliadora. Há a exaltação da figura masculina. Desse modo, “ser homem, no sentido de *vir*, implica um dever-ser, uma *virtus*, que se impõe sob a forma

do ‘é evidente por si mesma’, sem discussão. Semelhante à nobreza (...)” (Bordieu, 2002, p.). O homem é merecedor de privilégios, um bem-aventurado, por suas características inatas. Contudo, a dominação masculina é um fator de aprisionamento, tanto para a mulher quanto para o homem¹ (Bordieu, 2012).

Historicamente, o ciúme decorrente da garantia de paternidade, foi um dos grandes responsáveis pela repressão feminina. O conhecimento e o raciocínio elevado deveriam ser restritos ao homem, a fim de não conduzir a mulher a desejos adúlteros. As mulheres, portanto, deveriam ser “conservadas artificialmente burras e, conseqüentemente, desinteressantes” (Russell, 1966, p. 22), de acordo com o ideal machista vigente. Dessa forma, “o amor, como relação entre homens e mulheres, era estragado pelo desejo da certeza da legitimidade dos filhos. Por essa mesma razão, sofreu não apenas o amor, como toda a contribuição que as mulheres podem dar à civilização” (Russell, 1966, p.22).

Contudo, a causa feminista teve um avanço sem precedentes, em especial, com as transformações culturais e científicas ocorridas no século XX. A inserção no mercado de trabalho, potencializada pelas grandes guerras, e a considerável libertação sexual são dois pontos centrais. Em relação ao contexto sexual repressor, temos que, “no passado, os motivos da virtude feminina eram, principalmente, medo do fogo do inferno e da gravidez; um foi removido pela decadência da ortodoxia teológica, o outro pelos anticoncepcionais” (Russell, 1966, p. 60). Esses avanços modificaram o contexto cultural da sociedade.

A mulher passou, portanto, a participar de forma mais incisiva dos âmbitos da sociedade, que antes eram exclusivos ao homem. Todavia, essa integração ao universo masculino não rompeu com o paradigma machista de forma contundente, pois alterou a realidade feminina, sem alterar, de igual modo, a realidade masculina. Desta forma, a sociedade atribuiu para a mulher ideais antes predominantemente masculinos, ampliando suas responsabilidades. Há uma sobrecarga cultural sobre o papel feminino na sociedade contemporânea.

Apesar de conquistar espaço no mercado de trabalho, à mulher ainda são costumeiramente impugnados os afazeres domésticos e a meticulosidade com os

¹ O debate em torno da questão da feminina não deve ser dicotômico, induzindo a demonstrar um pleno triunfo da condição masculina. A manutenção da cultura machista faz sofrer o próprio homem. Conforme observa Bordieu, “o privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade” (2012).

cuidados estéticos. Assim, “a mulher de hoje faz jornada tripla. Há que ser boa mãe, profissional competente, mulher apaixonada” (Wierzchowski, 2004, p. 60). Há relevante discrepância na comparação do trabalho doméstico: são 22,2 horas semanais dedicadas a este pelas mulheres, e 9,6 pelos homens (IPEA, 2007). A mulher contemporânea é vítima do acúmulo de funções e do excesso de afazeres. Deve ser competitiva num mercado de trabalho que exige cada vez mais qualificações acadêmicas, lidar com as questões familiares e domésticas, adequar-se aos padrões estéticos dominantes, além de encarar a realidade urbana de um ambiente caótico e, por vezes, desolador.

A emancipação feminina não é mero fruto da igualdade forçada, no sentido da mera atribuição dos encargos masculinos à mulher. A verdadeira igualdade consiste num equilíbrio capaz de promover o bem-estar, que ocorre apenas quando “há uma relativa masculinização do homem e uma relativa feminilização da mulher” (Morin, 1999, p.15) A emancipação feminina ocorre quando há um avanço político-cultural que abranja as peculiaridades necessárias ao bem-estar da mulher. A luta por mera igualdade é controversa.

1.2 As consequências psicossociais da pós-modernidade e o papel do lazer como propulsor de bem estar

O desenvolvimento tecnocientífico ocorrido ao longo do séc. XX foi inédito na história da humanidade. A análise deste processo é complexa, pois dele decorrem diversas consequências, positivas e negativas. É indiscutível a afirmação de que, em relação aos direitos civis, as mulheres obtiveram imensas conquistas nos tempos recentes. Contudo, há pontos deficitários que permaneceram pouco alterados ou até mesmo foram potencializados devido ao desenvolvimento tecnológico e ao advento da globalização, em especial referentes à expansão da economia de mercado. A teoria crítica não visa, portanto, a criticar as evoluções ocorridas neste processo, mas sim focar sua atenção nos pontos frágeis da sociedade contemporânea a fim de evoluir o debate.

O desenvolvimento tecnológico, em suas diversas áreas de atuação, foi capaz de reduzir consideravelmente os problemas humanos atrelados aos aspectos físicos. Contudo, há indícios, através dos resultados de pesquisas e da análise da sociologia contemporânea, de que o aspecto psicológico tem sido fortemente afetado nos dias

atuais. A percepção de que “embora ganhando mais e trabalhando menos, a sociedade parece não estar melhor” (Krippendorf, 2008, p. 116) é intensa nos dias atuais.

O estudo sobre o lazer deve ser interdisciplinar e abarcar, além dos fatores que o constituem, as consequências acerca de sua prática ou de sua ausência. Os problemas psicológicos e biológicos refletidos na sociedade contemporânea, considerando a falta de equilíbrio entre trabalho e lazer (ou qualidade de lazer) devem ser objeto de estudo de uma análise sociológica do lazer.

O estudo do lazer (...) é um dos numerosos casos em que não é possível descurar o problema da relação entre os fenômenos do nível social e os que se encontram nos níveis psicológico e fisiológico. A este respeito, não se pode evitar o trabalho de uma análise múltipla dos níveis, isto é, o de considerar, pelo menos em traços gerais, como é que no estudo do lazer os três níveis – sociológico, psicológico e biológico – se relacionam (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 164).

O processo de evolução tecnológica e o crescimento econômico não se deram atrelado aos demais fatores constituintes da complexidade humana, acarretando em efeitos danosos ao seu bem-estar. Estaríamos presos, portanto, a “uma sociedade de produção, aberta à concorrência, animada pelo motor do sucesso e presa ao bem-estar material” (Krippendorf, 2008, p. 114). Desta forma, as aflições cotidianas, potencializadas por um desenvolvimento não planejado, poderiam conduzir a um agravamento da condição humana.

São as máquinas e não mais o ritmo biológico e da natureza que determinam a medida do tempo. (...). Alguns médicos especializados em sociologia temem que, no futuro, haja um consumo exagerado de medicamentos. Desde já, constata-se um aumento no consumo de remédios por motivos ligados ao estresse e ao tédio (KRIPPENDORF, 2008, p. 116-117).

O prognóstico proposto por Krippendorf (2008) tem se mostrado preciso conforme apontam alguns dados atuais. Nos Estados Unidos, entre 1991 e 2011, o consumo de medicamentos antidepressivos aumentou em 400% (G1, 2011) e a depressão já é a segunda maior causa global de aposentadoria por invalidez (R7, 2013). A situação globalizada afeta inclusive a população brasileira. As vendas de medicamentos antidepressivos e ansiolíticos foram superiores a 42 milhões de unidades (FENAFAR, 2012). A metrópole paulistana evidencia estes problemas

associados ao stress cotidiano e à baixa qualidade de vida. Estudo recente divulgado pela Universidade de Harvard indica que quase 30% da população da Grande São Paulo apresenta indícios de transtorno mental (FAPESP, 2012).

O contexto em que se encontra o trabalhador bancário é alvo de recorrentes críticas. Jornadas estafantes, a constante redução de direitos e a propensão ao desenvolvimento de problemas mentais são os principais temas abordados. A partir de 2007, os problemas mentais no setor bancário ultrapassaram os problemas físicos, onde os dados levantados por Santos (2007) apontam que há uma média de uma tentativa de suicídio diária, sendo uma consumada a cada 20 dias.

De forma geral, há uma ampliação no agravamento de distúrbios psicológicos ocasionados pelo trabalho no Brasil. Ocorre disto uma consequente expansão dos gastos públicos (conforme quadro abaixo) e um prejuízo incalculável ao bem-estar do trabalhador contemporâneo.

Quadro 1 – Quantidade de auxílios-doença, oriundos de transtornos mentais, em meio urbano, concedidos por sexo.

Ano	Total	Masculino	Feminino
2011	191.367	93.213	98.154
2012	195.628	96.233	99.395
2013	209.218	101.775	107.443

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - 2013

Observa-se ligeiro aumento na quantidade de auxílios-doença relacionados a transtornos mentais fornecidos a trabalhadores entre os anos de 2011 a 2013. É importante salientar que o indivíduo consegue a aprovação do recurso apenas quando apresenta um estado comprovadamente crítico.

A pressão pelo aumento da produtividade do trabalhador é agressiva no setor bancário. As pesquisas acerca dos trabalhadores bancários afirmam que “72% dos caixas e 63% dos gerentes declararam sofrer pressões abusivas para superar as metas, e 42% dos bancários afirmaram ter sobrecarga de trabalho” (Saúde dos Bancários, 2011, p.8). De acordo com a pesquisa do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, aplicada em 818 trabalhadores do ramo, numa relação de 58% do sexo feminino e 42% do sexo masculino, “66% dos bancários acreditam que a forma como está organizada e como se desenvolvem as atividades bancárias resultam em doenças ocupacionais” (Saúde dos Bancários, 2011, p. 51),

ou seja, relacionadas diretamente com o ambiente de trabalho. A partir disto é apresentada a seguinte conclusão: “Se oito a cada dez bancários declaram ter sofrido pelo menos um sintoma de problemas físicos e/ou mentais e, em média, declaram ter quatro sintomas concomitantes, fica evidenciada a tendência desta categoria a adoecer mais que outras categorias profissionais” (Saúde do trabalhador, 2011, p.51). O sindicato é hoje responsável pela representação de mais de 142 mil funcionários de bancos públicos e privados da região da grande São Paulo.

Doenças como depressão, síndrome do pânico, transtornos de ansiedade, entre outras, são uma tendência crescente em meio à sociedade contemporânea. O corpo reage, luta contra as imposições de uma sociedade do desempenho. Os remédios funcionam como paliativo em um cotidiano de valores invertidos. É subversivo confrontar a real causa do alastramento dessas doenças. Assim, “a depressão também é uma categoria política. Em tempos de psiquiatrização da vida cotidiana, a depressão torna-se ‘doença’ para evitar que seu conteúdo político venha à tona” (Tiburi, 2015, p.85). Entende-se, portanto, “que ‘deprimido é o estigma daquele que não consegue voltar à norma do sucesso, da felicidade de plástico, no âmbito da ação esvaziada no esquema produtivo-consumista” (Tiburi, 2015, p.95).

Ao tratar dos trabalhadores bancários pela relação de gêneros, há o agravamento da situação por parte das mulheres. Não há dúvidas de que os movimentos emancipatórios feministas conduziram a um progresso de grande relevância. Contudo, a luta por igualdade implica em alguns riscos que devem ser considerados. Conforme exposto por Hannah Arendt,

A igualdade de condições, embora constitua requisito básico da justiça, é uma das mais incertas especulações da humanidade moderna. Quanto mais tendem as condições para a igualdade, mais difícil se torna explicar as diferenças que realmente existem entre as pessoas (...) (ARENDT, 1989, p.76).

A mulher contemporânea conquista gradualmente as posições reivindicadas e seu espaço na sociedade. Contudo, ainda não se libertou de antigos paradigmas, como a responsabilidade pelos serviços domésticos e familiares e a discrepância salarial em mesmo cargo que o trabalhador masculino. Como afirmado anteriormente, a busca pela igualdade deve se dar, portanto, considerando as especificidades de cada gênero, a fim de estabelecer um equilíbrio das igualdades, e não apenas a

igualdade em determinado setor, como o ambiente de trabalho. Dos afastamentos do trabalho devidos a transtornos mentais, as mulheres com alta escolaridade (acima de 11 anos de estudo) constituem a maioria dos casos (USP, 2013).

As causas que conduzem ao agravamento das doenças psicológicas de uma sociedade são diversas e complexas. O avanço das doenças psíquicas é uma característica da sociedade contemporânea de forma geral, decorrente da vida urbana nas grandes metrópoles, e evidenciada em setores específicos, como o bancário. A sociedade que rompeu com os surtos bacteriológicos (com a descoberta dos antibióticos) e o receio de grandes epidemias virais (em razão do avanço da técnica imunológica) tem que lidar agora com a expansão dos problemas neuronais (Han, 2015). Byung-Chul Han afirma que a sociedade disciplinar proposta por Foucault (1997) já não serve de referência para a análise da sociedade contemporânea, e que teríamos substituído esta por uma sociedade do desempenho. A sociedade disciplinar é negativa, enquanto a sociedade do desempenho é conduzida e inspirada em uma positividade preocupante.

O plural coletivo da afirmação *Yes, we can* expressa precisamente o caráter de positividade da sociedade de desempenho. No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo *não*. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados (HAN, 2015, p.24).

À tendência desenvolvimentista do capitalismo contemporâneo o incentivo da positividade é fator potencialmente benéfico, ou seja, “a positividade do poder é bem mais eficiente que a negatividade do dever”, dessa forma, “o sujeito de desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência” (Han, 2015, p.25). A pressão pelo desempenho é a nova forma de escravidão. A vigilância externa foi substituída por uma vigilância interna de características ainda mais tirânicas. Assim, “o homem depressivo é aquele *animal laborans* que explora a si mesmo(...)”. É agressor e vítima ao mesmo tempo” (Han, 2015, p. 28). A sociedade de desempenho cria um sujeito de desempenho que, ao invés de romper com tais amarras psicológicas, as perpetua.

A sociedade do trabalho e a sociedade do desempenho não são uma sociedade livre. Elas geram novas coerções. A dialética de senhor

escravo está, não em última instância, para aquela sociedade na qual cada um é livre e que seria capaz também de ter tempo livre para o lazer. Leva ao contrário a uma sociedade do trabalho, na qual o próprio senhor se transformou num escravo do trabalho. Nessa sociedade coercitiva, cada um carrega consigo seu campo de trabalho. A especificidade desse campo de trabalho é que somos ao mesmo tempo prisioneiro e vigia, vítima e agressor. Assim, acabamos explorando a nós mesmos (Han, 2015, p. 46-47).

Em relação à sociedade do desempenho, Herbert Marcuse já discorria acerca do “domínio do princípio de desempenho” onde “o corpo e a mente passam a ser instrumentos de trabalho alienado”, pois “só podem funcionar como tais instrumentos se renunciam à liberdade do sujeito-objeto libidinal que o organismo humano primariamente é e deseja” (Marcuse, 1975, p.77). Nesse sentido, Marcuse afirma que a própria dedicação intensiva ao trabalho é um ato de sublimação² do indivíduo, que “vive a sua repressão livremente como sua própria vida: deseja o que se supõe que ele deve desejar” (1975, p. 77).

Disso resulta que o lazer estaria atrelado a esse processo de sublimação do mundo de trabalho, ou seja, “o controle básico do tempo de ócio é realizado pela própria duração do tempo de trabalho, pela rotina fatigante e mecânica do trabalho alienado, o que requer que o lazer seja um relaxamento passivo e uma recuperação de energias para o trabalho” (Marcuse, 1975, p. 78). Com isso, a ideia de lazer inserida no atual contexto da sociedade pertenceria ao “patrimônio cultural do próprio princípio do desempenho” (Marcuse, 1975, p. 199).

Nessa lógica, o autor defende que o trabalho e o lazer devem ser igualmente inseridos no processo de des-sublimação da sociedade, o que acarretaria no desatrelamento do lazer a esses princípios regedores da sociedade. A crítica é pertinente e importante referencial. Contudo, a visão marxista, na qual se baseia a crítica do autor, pode acabar por ignorar a temporalidade da vida, condicionando o lazer a uma ruptura total com os sistemas dominantes, numa espécie de “tudo ou nada”. A visão referencial, tornada visão condicional, pode se ser prejudicial ao desenvolvimento do lazer. No entanto, essa análise crítica é fundamental para entender o contexto ao qual o lazer está inserido na sociedade contemporânea.

É fundamental a essa discussão, portanto, a crítica relacionada ao desequilíbrio entre lazer e trabalho, que é fator desencadeante da ampliação do sentimento de mal-

² Conceito freudiano que representa o fato de transferir o desejo sexual para outro ato significativo.

estar. A análise dessa relação é subdividida em pelo menos três aspectos: 1) a sobrevalorização cultural do trabalho; 2) o interesse do capitalismo no aceleração da produção e a consequente manutenção das elevadas jornadas; 3) ao despreparo em lidar com o tempo, quando liberado, resultante da carência de uma educação para o lazer.

A crítica não é ao desenvolvimento tecnológico como fato, mas sim quanto ao não acompanhamento da conscientização de seu uso. Nesse processo, a tecnologia se apodera sobre o homem e não o inverso. Em busca deste processo, de expansão econômica e tecnológica, a sociedade costuma abdicar de seu bem-estar. Conforme Lenea Gaelzer:

À medida que a máquina e a técnica deixam de ser meios e se tornam fins, a sabedoria desaparece, mesmo que a inteligência aumenta. O homem passa a ser mercadoria, investimento. Reduz-se a originalidade do homem. A razão está sendo dilacerada pelo impacto de uma verdadeira poluição intelectual, que se reflete na essência do ser humano, modificando-o. (...). O homem tem condições de aumentar o próprio período de vida, mas antecipa o próprio envelhecimento. Quer uma sociedade imune às doenças e à morte, mas aceita uma forma de vida neurótica (GAELZER, 1979, p.20).

É possível entender a ideia de sobrevalorização cultural do trabalho também como uma sobrevalorização cultural do sofrimento. Essa ideia é promovida pelo falso ideal meritocrático de que o sucesso é passível de conquista para qualquer um que suporte a dor do esforço. Obviamente, o sucesso a ser considerado neste âmbito é de caráter predominantemente financeiro. Há, com isso, o enraizamento de um modelo de vida conturbado envolto por uma esfera laboral-consumista. Nas palavras de De Masi, “o que é uma loucura é que os brasileiros que perseguem o modelo do futuro baseado no tempo livre estão destruindo este modelo a favor de outros modelos americanos que estão baseado no tempo de trabalho” (2000, p.132). A figura de nobreza atribuída ao “cidadão trabalhador”, não no sentido de competente em sua profissão, mas em relação ao acúmulo de trabalho, incentiva a ascensão do mal-estar generalizado.

Hoje, principalmente nas grandes cidades pós-industriais, frenéticas, hiperativas, temos vários tipos de trabalhadores. Há trabalhadores hiperativos alienados, que estão contentes por trabalhar sempre mais e quando conversam conosco nos dizem: “É, infelizmente o meu trabalho não me permite tirar férias”. São pessoas perigosíssimas!

Não tão perigosas para si mesmas, mas muito mais para os outros. São pessoas para as quais existe um só remédio: aconselhar e induzir ao suicídio. Porque, trabalhando muito, fazem trabalhar as pessoas que trabalham com elas e tornam-se escravistas de tipo moderno (DE MASI, 2000, p.132).

Em todos os sentidos, ao tratar o tema a sanidade mental, é necessário enfatizar a necessidade da humanização da vida. O lazer é um fator potencialmente humanizante e agregador de bem-estar, quando realizado em sua plenitude. A busca de um sentido, não limitado à carreira empresarial ou ao lucro individual, é condição para o desenvolvimento dos indivíduos, no lazer e na vida em geral. Até a apologia ao desenvolvimento do turismo não deveria se associar a fatores meramente econômicos, mas também, senão primordialmente, a fatores humanitários. Conclui-se disso que “somente uma outra sociedade e outras condições de vida produzirão um outro turista. Uma sociedade doente não pode produzir um turista sadio” (Krippendorf, 2008, p. 149). Neste contexto caótico e incerto do mundo globalizado, o que o homem “procura de mais fundamental é o desabrochar total e um sentido estável para a própria vida” (Krippendorf, 2008, p. 149).

Os movimentos sociais trabalhistas obtiveram sucesso em inúmeras jornadas ao longo dos séculos anteriores. Contudo, o dilema enfrentado pela sociedade pós-moderna é a alteração na estrutura dos problemas inibidores do desenvolvimento do indivíduo. De temas palpáveis e claros, como a exploração laboral e a alienação religiosa, enfrentam-se entraves subjetivos e dispersos, tão ou mais prejudiciais que os anteriores. A busca da felicidade, consequência almejada ao tempo de lazer, encontra a própria racionalidade econômica como vilã. Desta forma, “quando as massas se tornam verdadeiramente felizes, o capitalismo enfrenta um grande problema” (Salecl, 2005, p. 8). A cobrança externa dá lugar à cobrança interna.

O direito à fama individual repercute como um dever de esforço incessante e vigilância sem trégua – tal como o direito à salvação exigia uma bondade vitalícia e sem deslizes. Não promete descanso e pressagia uma vida cheia de ansiedade, autocrítica e possivelmente auto-reprovação (BAUMAN, 2008, p. 52).

Há uma nova percepção, que enfatiza a coerção psicológica causada pela modernização. É o que, em termos lacanianos, denomina-se como o Grande Outro, ou seja, “uma ordem simbólica na qual nascemos e que consiste não apenas de

instituições, cultura, mas primariamente da linguagem que molda nossa esfera social”, decorrendo que “o maior produtor de ansiedade para o sujeito é como ele aparece no sujeito do Outro” (Salecl, 2005, p. 20). Isto retorna à questão do consumismo como fator corruptor do lazer e do turismo e entrave na discussão acerca da redução da jornada de trabalho, não desconsiderado o fato atuar também como vilão da sustentabilidade (Boff, 2014), o que poderá acarretar em considerável prejuízo ao lazer e em especial ao turismo num futuro próximo. A expansão do consumismo, por meio do desenvolvimento da economia de mercado, tem-se mostrado prejudicial ao desenvolvimento sadio da sociedade, considerando que “um consumo sem limite provoca, paradoxalmente, o momento no qual o sujeito passa a ‘consumir a si mesmo’” (Salecl, 2005, p. 26).

E embora o sujeito no “Discurso do Capitalismo” seja percebido como tendo totalmente o controle de si mesmo, e sendo particularmente capaz de fazer inúmeras escolhas, é possível perceber uma paradoxal tendência: essa possibilidade de escolha abre as portas para um aumento da ansiedade (SALECL, 2005, p.26).

O atrelamento da lógica de consumo ao tempo de lazer corrompe seu sentido. A corrida em prol do destaque em relação à observância do outro desvirtua o significado do lazer como fator edificante àquele que o exerce. Há a tendência de relacionar a qualidade do lazer ao poder de consumo, o que já define Camargo como uma distorção, dado que “o que se observa, na maioria das vezes, é que a melhoria de salário e renda influi apenas no consumo de lazer, raramente na qualidade do lazer que se passa a praticar (1998, p. 82).

O consumismo induz a uma alta competição, que aliena os valores reais das atividades propulsoras de bem-estar. Neste aspecto, “a corrida da competição faz priorizar o urgente à custa do importante, a ação imediata à custa da reflexão, o acessório à custa do essencial. Leva também a criar uma atmosfera de dramatização, de estresse permanente, assim como todo um conjunto de distúrbios psicossomáticos” (Lipovetsky, 2004, p.77). O consumismo seria, portanto, a busca de compensação pela perda do sentido da vida (Lipovetsky, 2004). As consequências destas tendências pós-modernas tendem a agredir mais o gênero feminino, como observados por Gilles Lipovetsky.

Os efeitos induzidos pela nova ordem do tempo extrapolam em muito o universo do trabalho; eles se concretizam na relação com o cotidiano, com o eu e com os outros. Assim, um número crescente de pessoas (as mulheres mais que os homens, em razão das limitações da “jornada dupla”, dentro e fora do lar) reclama de estar sobrecarregadas, de “correr contra o tempo”, de ficar estafadas (LIPOVETSKY, 2004, p. 77-78).

A “cobrança de si mesmo” visando a um progresso inatingível transforma o cotidiano, desestabilizando as relações humanas e corrompendo o sentido existencial dos indivíduos.

No universo da pressa, dizem, o vínculo humano é substituído pela rapidez; a qualidade de vida, pela eficiência; a fruição livre de normas e de cobranças, pelo frenesi. Foram-se a ociosidade, a contemplação, o relaxamento voluptuoso: o que importa é a auto-superação, a vida em fluxo nervoso, os prazeres abstratos da onipotência proporcionados pelas intensidades aceleradas (LIPOVETSKY, 2004, p. 80).

Nessa nova sociedade da informação, há uma sobrecarga perturbadora. O tempo de trabalho costuma se estender ao lar. A vigilância é contínua, e é preciso estar antenado. A expansão do tempo é contraditória, pois “muito do que era chamado de tempo livre foi colonizado por uma miríade de obrigações em rede – portanto, não é mais livre” (Powers, 2012, p.16). A profundidade das experiências tem se esvaído. A necessidade da atenção parcial contínua (monitorar várias tarefas ao mesmo tempo), a apneia de e-mails (perder o fôlego ao checar os e-mails) e até a nomofobia – medo de ficar sem telefonia móvel – são algumas características patológicas contemporâneas (Powers, 2012).

A cultura do trabalho e da expansão do consumo como fator de prestígio social interferiu inclusive na ociosidade, no ato de relaxar. Atitudes fundamentais à manutenção da qualidade de vida assumem tom subversivo em meio à agressividade do desenvolvimento econômico, ocorrendo num aparente paradoxo, onde “as grandes revoluções políticas e de consumo dos séculos XVIII e XIX levaram a uma angústia psicológica, mesmo tendo ampliado a riqueza material da humanidade” (Botton, 2005, p.49).

O lazer e o turismo não costumam fugir aos apelos da nova sociedade do consumo. A essência da prática, que tem como fim a busca pela fruição plena de

determinado momento, tende a ser transformada por meio do poder de persuasão das tendências do mercado. O desejo de status é o novo motor da sociedade.

Nossa mente é suscetível à influência de vozes externas que nos dizem que desejos devem ser satisfeitos, vozes que podem abafar os sons fracos emitidos pela nossa alma e podem nos distrair da tarefa delicada e árdua de identificar corretamente nossas prioridades (BOTTON, 2005, p. 198).

Em todo o processo das conquistas trabalhistas e da consequente ampliação do tempo de lazer, é possível considerar o interesse do próprio sistema econômico na liberação deste tempo, em prol da expansão do consumo. O tempo de lazer, destinado ao repouso, às festas, enfim, à fruição de modo geral, passa a ser um tempo de consumo (Morin, 2011). O próprio desenvolvimento industrial é suprimido pelo excesso de trabalho. A nova cultura defende não apenas a santificação do trabalhador, mas também a do consumidor. O indivíduo gradualmente liberado do trabalho é induzido a entrar na esfera da nova lógica consumista.

É então possível começar a participar da civilização do bem-estar, e essa participação embrionária no consumo significa que o lazer não é mais apenas o vazio do repouso e da recuperação física e nervosa; não é mais a participação coletiva na festa, não é tanto a participação nas atividades familiares produtivas ou acumulativas, é também, progressivamente, a possibilidade de ter uma vida consumidora (MORIN, 2011, p.60).

As críticas sociológicas contemporâneas acerca das negatividades pós-modernas reforçam o argumento de Krippendorff (2009) quanto à necessidade da humanização do indivíduo em seu âmbito cotidiano para a consequente transformação deste enquanto homem-férias (tanto como usufruinte de lazer como turista). Da conturbação cotidiana surge o indivíduo que vê o lazer, e consequentemente o turismo, como válvulas de escape, como momento de reabastecimento das energias para o regresso ao caos.

É o lado “negativo” do desejo do turismo. O escapismo, a fuga da vida medíocre, tensa, cruel e massificante que a grande maioria das pessoas é obrigada a agüentar como obrigações sociais, profissionais, religiosas, acadêmicas, éticas, morais, familiares. Não apenas o que nos é proibido, mas também tudo que nos é impingindo consciência abaixo (TRIGO, 1998, p.30).

Acerca da função “compensadora” do lazer, Elias e Dunnig defendem que o lazer é vital para o funcionamento da sociedade. Um dos principais problemas da sociedade, potencializado pela Revolução Industrial e pela “taylorização”, ou seja, fragmentação da linha de trabalho que se subdividiu em pequenas especialidades (questão bem tratada por Charlie Chaplin no filme “Tempos Modernos”), é a rotina do cotidiano. Portanto, há um desejo intrínseco de ruptura com essa rotina, potencialmente realizado no tempo de lazer. Dessa forma, o lazer é o momento de máxima oportunidade para a expressão das emoções (Elias e Dunning, 1992). A atividade de lazer permite romper ou simular a ruptura dos padrões morais impostos pela sociedade. Esse processo propõe ao lazer uma característica de risco, que seria fator constituinte de seu significado.

No conjunto das atividades de lazer, todas integram um tipo peculiar de risco. São capazes de desafiar a rigorosa ordem da vida rotineira das pessoas sem colocar em perigo os meios de subsistência ou o seu estatuto. Permitem às pessoas tornar mais fáceis ou ridicularizar as normas da sua vida de não lazer, e todos o fazem sem ofender a consciência ou a sociedade. Envolvem “brincar com as normas” como um “brincar com fogo” (ELIAS E DUNNING, 1992, p. 151).

O lazer é este momento de significância para o praticante, e não para o outro, diferente das práticas cotidianas regidas pelas normas sociais. Com base na análise de Elias e Dunning (1992), é possível extrair que o lazer atrelado ao consumo de bens, a fim de gerar valor social perante o outro, é desconstituído de seu significado. O papel do lazer, pleno em seu sentido, é fundamental para a manutenção da saúde psíquica da sociedade.

Na nossa sociedade, como em muitas outras, faz-se sentir uma necessidade corrente de motivação de fortes emoções que aparecem e, se encontram satisfação, desaparecem, para só voltarem a manifestar-se algum tempo depois. Seja qual for a relação que esta necessidade possa ter com outras necessidades mais elementares como a fome, a sede e o sexo – todos os dados acentuam o fato de que esta representa um fenômeno muito mais complexo, um fenômeno muito menos puramente biológico -, pode bem considerar-se que o desprezo quanto à atenção dedicadas a esta necessidade constitui uma das maiores lacunas na abordagem dos problemas de saúde mental (ELIAS e DUNNING, 1992, p.136-137).

Não se podem ignorar as características e as necessidades biológicas dos indivíduos em detrimento de uma alienação desenvolvimentista que inverteu a hierarquia de importância da vida, colocando o progresso econômico acima do bem-estar humano. O lazer atrelado à lógica preponderante do lucro desenfreado se distancia de sua essência e perde a capacidade de ingrediente fundamental à manutenção da vida.

2 Aspectos econômicos do lazer

O jogo de transformação do mundo das ideias para a realidade usualmente deve considerar os aspectos econômicos em questão. Da mesma forma se dá o inverso, para uma crítica coerente com a realidade, a análise do contexto econômico em que se inserem os participantes é fundamental.

As desavenças políticas em torno da alocação correta dos recursos de uma sociedade são constantes. No século XX, diferentes visões político-econômicas polarizaram o mundo em duas grandes vertentes: uma socialista e outra capitalista. Com o desenrolar da história e impulsionada pela expansão da democracia, esta macropolarização se dissolveu, dando margem a pequenas polarizações, que se manifestam nas propostas dos mais variados partidos políticos existentes.

O neoliberalismo econômico obteve maior êxito em sua expansão, potencializado pela queda da União Soviética. Contudo, o debate econômico está longe de obter consenso. Os movimentos de esquerda, em grande parte ainda impulsionados pela teoria econômica marxista, ocupam uma considerável parcela da política, em especial na América Latina. Na Europa, o Estado de bem-estar social e as políticas de subsídio estatal à economia encabeçadas por John Maynard Keynes estão presentes, principalmente nos países nórdicos, habituais líderes nas tabelas de Índice de Desenvolvimento Humano.

A economia brasileira foi fortemente influenciada por aspectos neoliberais, apesar de ainda ser classificada como uma economia mista por grande parte dos economistas. No cenário político atual, o que se encontra em pauta é busca pelo melhor caminho econômico para o desenvolvimento do país, onde se travam disputas acirradas entre os defensores da expansão da economia de livre mercado e aqueles que defendem a intervenção estatal em prol da maximização do bem-estar comum.

Para a contextualização do cenário político-econômico brasileiro e a situação da mulher bancária neste contexto, é necessário analisar alguns aspectos de caráter mundial que refletem na realidade nacional.

O fim da guerra fria e o avanço da democracia acarretaram em certa redução do clima apocalíptico que as divergências político-econômicas causavam. A bipolarização que dividia o mundo entre economia de mercado e economia de Estado perdeu progressivamente seu caráter bélico, concentrando-se em disputas políticas.

A escolha que deve ser feita, portanto, não é entre mercado e Estado, mas entre dois tipos de Estado, cabendo à população decidir qual via atenderá melhor aos seus anseios políticos e sociais (Judt, 2011).

Para a proposta de uma sociedade sadia, que democratize o lazer e humanize o trabalho, faz-se necessária a análise dos entraves no caminho deste desenvolvimento.

2.1 - A desigualdade: um entrave para o desenvolvimento

O problema da desigualdade é crescente no mundo e serve como umas das principais barreiras ao progresso. Os níveis de desigualdade atingem patamares absurdos. No Fórum Econômico Mundial de Davos – 2016, a Oxfam, confederação internacional formada por 20 organizações, apresentou um relatório apontando os números alarmantes da desigualdade pelo mundo, destacando os seguintes pontos:

- Em 2015, apenas 62 indivíduos detinham a mesma riqueza que 3,6 bilhões de pessoas – a metade mais afetada pela pobreza da humanidade. Esse número representa uma queda em relação aos 388 indivíduos que se enquadravam nessa categoria há bem pouco tempo, em 2010.
- A riqueza das 62 pessoas mais ricas do mundo aumentou em 45% nos cinco anos decorridos desde 2010 – o que representa um aumento de mais de meio trilhão de dólares (US\$ 542 bilhões), que saltou para US \$ 1,76 trilhão.
- Ao mesmo tempo, a riqueza da metade mais pobre caiu em pouco mais de um trilhão de dólares no mesmo período – uma queda de 38%.
- Desde a virada do século, a metade da população mundial mais afetada pela pobreza ficou com apenas 1% do aumento total da riqueza global, enquanto metade desse aumento beneficiou a camada mais rica de 1% da população.
- O rendimento médio anual dos 10% da população mundial mais pobres no mundo aumentou menos de US\$ 3 em quase um quarto de século. Sua renda diária aumentou menos de um centavo a cada ano (OXFAM, 2016).

O argumento neoliberal defende que a desigualdade pode ser benéfica. Este argumento considera que a economia não seria tida como um “jogo de soma zero”, ou seja, o crescimento desmedido dos mais ricos pode refletir (evidentemente em

menores proporções) nos mais pobres. No entanto, esta ideia é incompleta, pois desconsidera aspectos fundamentais do comportamento humano.

As sociedades desenvolvidas caracterizam-se não apenas pela redução da pobreza entre seus habitantes, mas pela promoção de certa igualdade. Considerar a igualdade como justa ou natural representa o desconhecimento das características comparativas humanas e dos seus efeitos no bem-estar comum.

Quanto maior a distância entre os poucos ricos e os numerosos pobres, piores os problemas sociais: o conceito se aplica tanto aos países ricos quanto aos pobres. Não importa o quanto uma nação seja afluenta, mas sim seu grau de desigualdade. (...). A desigualdade é corrosiva. Faz com que as sociedades apodreçam por dentro. O impacto das diferenças materiais exige algum tempo para se manifestar, mas aos poucos a competição por status e bens aumenta; as pessoas desenvolvem uma sensação de superioridade (ou inferioridade) baseada em seu patrimônio; cresce o preconceito contra os que ocupam os patamares inferiores da pirâmide social; o crime se agrava e as patologias ligadas à desigualdade social se destacam ainda mais. O legado da acumulação desregulada da riqueza sem dúvida é amargo (JUDT, 2011, p.30).

Dentre as consequências perversas causadas pela expansão da desigualdade, a criminalidade se destaca. O aumento da taxa de criminalidade influi diretamente na qualidade do lazer de uma metrópole. As práticas de lazer em ambiente externo são as principais prejudicadas. A violência cria uma tensão geral, aumentando a ocorrência de stress, reduzindo desta forma a qualidade de vida. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP, 2015), foram registradas em 2014, no Brasil, 58.559 vítimas de mortes violentas. No caso da mulher, outro agravante é o alto índice de violência sexual do país. Em 2014, foram registrados 47.646 casos de estupro. O fato mais alarmante é que o mesmo anuário considera que uma média de apenas 35% dos casos de estupro sejam notificados à polícia. A violência contra a mulher teve considerável redução nos países desenvolvidos, mas ainda continua em alta na América Latina e, em especial, no Brasil. Evidentemente, a questão da segurança é um aspecto a ser levado em conta, antes da realização de qualquer atividade externa, que exponha o indivíduo às consequências sociais do ambiente em que reside. As atividades de lazer, em especial o turismo, sofrem com a expansão da violência. O caso das duas argentinas, Maria José Coni e Mariana Menegazzo, brutalmente mortas ao realizarem turismo pelo Equador, causou comoção generalizada e reacendeu a questão da segurança de mulheres que viajam sozinhas,

levando inclusive à queda da vice-ministra equatoriana, que classificou o caso como uma ocorrência natural (Folha, 2016).

A violência é também um reflexo do contexto econômico no qual um país ou uma região está inserido, e dados apontam que está diretamente ligada à questão da desigualdade.

Gráfico 1 – Desigualdade e Crime

Fonte: (Wilkinson e Pickett, The Spirit Level, Quadro 10.2, p.135)

O gráfico acima demonstra os efeitos sombrios da desigualdade sobre a sociedade, neste caso, com a expansão da criminalidade, considerando os países desenvolvidos. Nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, os números relativos à desigualdade e à violência são ainda maiores. O Brasil é um dos líderes neste quesito, ocupando a décima segunda posição entre 154 países na lista de maiores taxas de homicídio. Em 2014, a taxa de homicídios no país foi de 29,1 por 100 mil habitantes, lembrando que a taxa utilizada para representar o gráfico acima é de homicídio por milhão, o que resultaria ao Brasil uma taxa de 290,1 homicídios, número assustadoramente desproporcional, comparado aos dos países citados acima (IPEA, 2016). Nesse sentido, é importante destacar que o Brasil costuma aparecer no topo dos rankings de desigualdade. De acordo com o relatório do Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015), o IDH do Brasil (que apresenta um número consideravelmente baixo, ocupando a 75ª posição no ranking mundial) tem como maior fator prejudicial os altos índices de desigualdade do Brasil. A análise do IDH-D (IDH Ajustado à Desigualdade), índice que analisa de forma mais específica as desigualdades do país, coloca o Brasil numa posição abaixo da média da América Latina (não há ainda elaboração de ranking mundial por falta de dados de determinados países), com destaque para a alta desigualdade entre gêneros (PNUD, 2015).

A maior incidência de criminalidade, conforme expresso no gráfico 1, decorre de uma provável sensação de injustiça promovida pela ampliação da desigualdade. Quando esse senso de injustiça não se manifesta de forma externa (violência) pode se manifestar de forma interna, a exemplo da ampliação do caso de doenças mentais, problema em expansão mundial e, em especial, nas grandes metrópoles, como no caso de São Paulo, relatado no capítulo anterior.

Gráfico 2 – Desigualdade e Doença Mental

Fonte: (Wilkinson e Pickett, The Spirit Level, Quadro 10.2, p.135)

Dessa forma, percebe-se que “a desigualdade, portanto, não é desestimulante por si só: ela conduz a problemas sociais patológicos que só podemos resolver se lidarmos com sua causa subjacente” (Judt, 2011). Considerado o precursor do pensamento econômico moderno, Adam Smith já afirmava que “a disposição de admirar, e quase idolatrar, os ricos e poderosos, e desprezar, ou pelo menos negligenciar, as pessoas de condições precárias e pobres... [é] ... a maior causa universal da corrupção de nossos sentimentos” (apud Judt, 2011, p. 34). O sentimento de injustiça, ampliado pela desigualdade crescente, é um grave entrave na busca do desenvolvimento social, que é fator condicionante para o desenvolvimento do lazer.

Nos gráficos referentes aos níveis de violência e de incidência de doenças mentais causados pela desigualdade, os EUA, vitrine global do neoliberalismo, aparecem como líder. Cabe ressaltar que o modelo político-cultural norte-americano é referencial para os países da América Latina, inclusive, em seus aspectos negativos.

Muitas das questões pertinentes à ampliação do bem-estar e o desenvolvimento do lazer em nossa sociedade estão presos no emaranhado teórico da economia. Nesse sentido, evidencia-se uma dificuldade de acadêmicos e cidadãos em apresentarem propostas, dado o distanciamento que da linguagem fria e economicista, que se tornou preponderante e, paradoxalmente, pouco acessível.

Sejamos francos: a economia jamais abandonou sua paixão infantil pela matemática e pelas especulações puramente teóricas, quase sempre muito ideológicas, deixando de lado a pesquisa histórica e a aproximação com as outras ciências sociais. Com frequência, os economistas estão preocupados, acima de tudo, com pequenos problemas matemáticos que só interessam a eles, o que lhes permite assumir ares de cientificidade e evitar ter de responder às perguntas mais complicadas feitas pelo mundo que os cerca (PIKETTY, 2014, p.38).

Como um marco nos estudos da economia, Piketty (2014) realizou intenso trabalho para demonstrar as bases hegemônicas da economia contemporânea que promovem a desigualdade. O estudo demonstra que, a partir da década de 1970, a financeirização do capitalismo cresceu de forma exponencial. Diversas críticas foram lançadas neste sentido, a exemplo do documentário *Inside Job*, da Sony Pictures. Nos Estados Unidos, os impostos sobre herança caíram de 70% em 1980 para 35% em 2013 (Piketty, 2014). No Brasil, essa taxa é de apenas 4% a 8%, de acordo com o estado (Exame, 2013).

As reformas beneficiaram a expansão das grandes fortunas. Contudo, não se trata de mera crítica ao enriquecimento pessoal, mas sim do entrave que isso causa ao desenvolvimento. A origem de uma fortuna pode ser produtiva, mas seu crescimento tende a ser por aplicação. A remuneração por produção é benéfica e justa, porém, quando o retorno da aplicação é maior, há uma queda no incentivo da produtividade. Além disso, o retorno desmedido de aplicações financeiras pode ser caótico. A economia mundial cresce a uma taxa média de 1,5% a 2% ao ano, enquanto bilionários conseguem uma expansão de suas fortunas a taxas médias de 10% ao ano (Piketty, 2014). O privilégio ao rentismo e a expansão do capitalismo financeiro sem controle podem ser responsáveis pela queda da produtividade, visto que “o dinheiro é tanto mais produtivo quanto mais se reparte de maneira equilibrada” (Dowbor, 2014, p.10).

Como resultado de sua análise, Piketty (2014) propõe como principal solução o imposto progressivo sobre o capital, onde o dinheiro seria distribuído de forma mais igualitária pelo Estado. Amartya Sen (apud Dowbor, 2014), defende a ideia do investimento nas políticas sociais como fator de impacto na produção e na ampliação do bem-estar geral.

A redução da desigualdade, acompanhada de políticas sociais de investimento em tecnologia e educação, causa impacto positivo na produtividade, que pode refletir em ampliação do tempo livre, tomando como exemplo os países desenvolvidos

(...) a expansão da produtividade, ou seja, da produção por hora trabalhada, foi ainda mais elevada, uma vez que a duração média do trabalho por habitante diminuiu muito: todas as sociedades desenvolvidas escolheram, à medida que enriqueceram, trabalhar menos para desfrutar de mais tempo livre (jornadas de trabalho mais curtas, férias mais longas etc.) (PIKETTY, 2014, p.90).

Qualquer proposta que objetive uma real transformação da sociedade a fim de beneficiar-se do tempo livre e do lazer deve considerar o grande entrave da desigualdade. Uma análise crítica da economia atual é imprescindível para o debate do lazer.

2.2 O debate acerca da redução da jornada de trabalho

As atividades de lazer demandam tempo. A expansão do tempo livre não acarreta necessariamente em aumento do lazer, mas costuma ser consensual entre os autores estudiosos do tema que para beneficiar-se do lazer é necessário expandir o tempo livre. Em diversos estudos publicados encontramos uma grande variedade de propostas acerca de novas formas de organização do tempo, tendo como ênfase a redução do tempo de trabalho.

Paul Lafargue, considerado o precursor dos estudos do tempo livre, propõe uma jornada de trabalho que não ultrapasse três horas diárias. A proposta é polêmica, considerando o contexto em que seu livro “O Elogio à Preguiça” foi escrito, datando do ano de 1880, época de grande expansão da Revolução Industrial com jornadas de trabalho reconhecidamente elevadas. Deste modo, Lafargue propõe que “o trabalho deveria romper com esse sistema, obrigando-se trabalhar 03 horas diárias e a mandriar e andar no regabofe o resto do dia e da noite” (1977, p.10).

As jornadas elevadas do início do século XX culminaram em uma insatisfação crescente por parte da população e de intelectuais da época. Bertrand Russell lançou sua reflexão ao escrever uma obra sobre a temática do lazer, onde propunha uma redução, também drástica da jornada de trabalho, para quatro horas diárias.

Num mundo onde ninguém é obrigado a trabalhar mais do que quatro horas por dia, todo indivíduo, possuído de curiosidade científica, será capaz de entregar-se a ela, e todo pintor poderá preparar os melhores quadros sem morrer de fome. Os jovens escritores não serão obrigados a escrever coisas sensacionais para atrair a atenção, tendo em vista adquirir a independência econômica necessária, para escrever obras monumentais para o que, aliás, chegou o momento, já terão perdido o gosto e a capacidade. Os homens que, em seu trabalho profissional, se tornaram interessados por determinado aspecto da economia política ou do governo serão capazes de desenvolver suas ideias, sem a separação acadêmica, a qual torna carecente de realidade o trabalho dos economistas universitários. O médico terá tempo para se pôr em dia com os progressos da medicina, o professor não terá de lutar exasperadamente para ensinar, por métodos rotineiros, coisas que aprendeu na mocidade, e que, com o correr dos tempos, ficou provado não serem verdadeiras (RUSSELL, 1957, p.18-19).

Ao propor tal redução da jornada de trabalho, Russell (1957) aludia ao fato de que o desenvolvimento da sociedade ocorreria de forma real e intensa no tempo livre.

A formação de um cidadão se daria, portanto, num melhor equilíbrio entre lazer e trabalho. Contudo, Russell (1957) considera que sua proposta não é definitiva, servindo apenas como parâmetro. A quantidade de redução da jornada diária deve contemplar os anseios da comunidade que a almeja.

Ficará com aqueles que fizeram a planificação e, portanto, de modo definitivo, com o voto popular, o estabelecimento do equilíbrio entre o conforto e o lazer. Se todos trabalharem quatro horas por dia, haverá menos conforto do que se trabalhassem cinco. É de esperar que se utilizem, parcialmente, os progressos técnicos para proporcionar facilmente mais conforto e, parcialmente, mais lazer (RUSSELL, 1957, p. 138).

Há que se considerar que as transformações ocorridas na sociedade do consumo podem propor novo significado à palavra “conforto”, descrita no trecho acima. A ideia de conforto costuma ser fruto de uma satisfação com um padrão estabelecido de vida. Contudo, o capitalismo contemporâneo tem na manutenção da insatisfação o motor para o lucro, podendo promovê-la, o que abre margem à hipótese de a proposta de Russell (1957) não ter se realizado, mesmo após aproximadamente um século de sua publicação.

Além de uma tendência de ampliação do consumo pelo capitalismo crescente, John Maynard Keynes lançou sua crítica à cultura do trabalho. Keynes considerava que a automação crescente conduziria a um ponto tal que a sociedade se aproximaria do não-trabalho, ou seja, o trabalho perdendo o seu sentido de necessidade vital. Contudo, para Keynes, uma jornada de pelo menos três horas diárias deveria permanecer para impedir o forte choque cultural do tempo livre.

Ainda por muitas gerações, o instinto do velho Adão continuará tão forte dentro de nós que precisaremos de “algum” trabalho para ficarmos satisfeitos. Faremos, para servir a nós mesmos, mais coisas do que costumam fazer os ricos de hoje e ficaremos mais contentes de ter obrigações, deveres e rotinas a cumprir. Mas, além disso, teremos de nos empenhar com cuidado para compartilhar desse “pão” a fim de que o pouco trabalho que ainda resta seja distribuído entre o maior número possível de pessoas. Turnos de três horas e semana de trabalho de quinze horas podem manter o problema sob controle por um longo período. Três horas de trabalho por dia são de fato mais do que suficientes para apaziguar o velho Adão que está em cada um de nós (apud DE MASI, 1999, p. 53-54).

Os efeitos negativos da sociedade do consumo passaram a ser mais evidentes na segunda metade do século XX, conforme constatou Dumazedier: “a pressão dos modelos de consumo de massa dos bens de conforto e de lazer nas sociedades pós-industriais cria muitas vezes necessidades tais que, quanto mais se ganha dinheiro, mais se precisa ganhar” (2008, p. 152). A cultura de massa e o incentivo ao consumismo seriam, portanto, fatores negativos crescentes em relação ao desenvolvimento da sociedade.

O problema da redução da alienação cultural vem, por sua vez, tornar-se mais difícil pela crise da participação social em um sistema eficaz de consumo de massa. Pela crise da solidariedade social em relação aos valores do lazer de massa, pela crise dos valores culturais em relação ao crescimento de uma certa cultura de massa (DUMAZEDIER, 2008, p.189).

Joffre Dumazedier é reconhecidamente responsável por organizar os estudos do lazer, dando-lhe importância acadêmica e promovendo efetivamente seu debate. Compreendia, desta forma, a expansão do lazer como motor de um desenvolvimento equilibrado da sociedade, tendo em vista que “evidentemente é no tempo liberado pelo trabalho e em especial no lazer, que o adulto pode, acima de tudo, consumir os bens e serviços culturais” (Dumazedier, 2008, p. 74). Contudo, para a promoção de uma sociedade do lazer, a educação para o lazer deveria caminhar em conjunto com a redução gradual da jornada de trabalho, tendo em vista evitar problemas como o tédio, o ócio improdutivo e até as consequências negativas da alienação do trabalho no tempo livre.

Além da redução da jornada de trabalho em relação às horas trabalhadas no dia ou na semana, Dumazedier (2008) enfatiza a importância da redução da jornada de trabalho em vida, ou seja, com a possível antecipação da aposentadoria.

(...) faz-se sentir a necessidade de tornar mais flexível a idade da aposentadoria em duas direções: dar a uns a liberdade de continuar trabalhando mais tempo em empregos especialmente adaptados, onde a produtividade será menor, e dar a outros a possibilidade de deixar de trabalhar mais cedo, sem diminuição da taxa de aposentadoria.

A observação sociológica evidencia que, para alguns, a adaptação à inatividade profissional é difícil. Daí a necessidade complementar de preparar esta transição pela possibilidade de encurtar progressivamente, a partir dos 45 anos, o tempo de produção (DUMAZEDIER, 2008, p. 161).

Para a reforma gradual do modo de trabalho da sociedade contemporânea seria necessário um questionamento profundo em seu modo de funcionamento, o que consistiria numa tarefa árdua. Contudo, para atingir um grau satisfatório de desenvolvimento sociocultural, “pode-se formular a hipótese de que uma política a longo prazo de destinação preferencial do tempo livre, combinada com novas formas de instrução permanente, poderia ter maior eficácia”, deste modo, “tratar-se-ia de constituir e desenvolver uma força de trabalho social voluntário para o desenvolvimento social comparável à força de trabalho profissional para o desenvolvimento econômico” (Dumazedier, 2008. P. 163).

A ideia de que micro reformas graduais não atendem mais aos anseios da sociedade na busca da qualidade de vida é cada vez mais clara. Medidas paliativas não contribuem significativamente para uma sociedade que busque ampliar a qualidade de seu lazer.

Retoques de maquiagem não bastarão. Humanizar o trabalho não consiste tão meramente de tolerar que um funcionário coloque no escritório a gaiola de seu *hamster* e sua máquina de fazer café. Se desejamos voltar a uma forma de trabalho mais humana, devemos ir à raiz: modificar as condições de base (KRIPPENDORF, 2009, p. 133).

Neste sentido, Krippendorf (2009) defende, entre outras, duas teses para a humanização do trabalho e a redução gradual da jornada. Em primeiro, uma “nova repartição” do trabalho, que consistiria em medidas tais como: a redução da carga horária diária de 08 para 07 horas; a redução da semana de trabalho de 05 dias para 04 dias; a redução anual do trabalho com o prolongamento das férias; a redução do tempo trabalhado em vida, conforme citado anteriormente, com o adiantamento da aposentadoria. Essas formulações básicas na questão do trabalho seriam um princípio para a questão da expansão do tempo livre e de lazer. Por meio de um viés mais específico, que considera melhor as nuances da sociedade, Krippendorf (2009) apresenta o que denomina como “organização flexível do tempo”, descrito da seguinte forma:

- a semana de 35 horas, de livre escolha, isto é, 5 x 7 ou 4 x 8,45 horas de trabalho diário ou um número maior de dias livres por ano, ou férias prolongadas ao término de vários anos; horários de trabalho mais flexíveis;

- maior oferta de empregos de meio expediente;
- determinação semestral da duração semanal do trabalho: por exemplo, 30 horas por semana no verão, 40 horas no inverno;
- contratos com base na duração anual do trabalho: por exemplo, 1.500 horas de trabalho anual total, com um mínimo de 100 horas por mês;
- introdução de novos ciclos de trabalho: por exemplo, 10 dias de trabalho, 10 dias livres, ou ainda trabalho de segunda a quinta-feira, a seguir de terça-feira a sábado;
- *job-sharing*: por exemplo, dois colaboradores dividem um emprego e os horários de trabalho correspondentes de acordo com a própria conveniência;
- ano sabático: todos têm direito ao término de sete anos de trabalho, por exemplo, a uma folga prolongada, sem por isso perder o emprego;
- trabalhar menos após uma certa idade: por exemplo, a partir de 55 anos, as pessoas determinam livremente a idade da aposentadoria ou reduzem progressivamente as horas de trabalho (KRIPPENDORF, 2009, p. 135-136).

Tais medidas se tornam ainda mais contextualizadas com o desenvolvimento da tecnologia e a expansão das cidades presentes na sociedade contemporânea. A internet possibilita a redução do deslocamento, utilizando de conceitos tal como de *home-office*, podendo contribuir efetivamente para a ampliação da produtividade em menor tempo, contanto que seja acompanhada de conscientização por parte das empresas, do governo e da sociedade.

Um dos maiores empecilhos em relação à humanização do cotidiano é a própria cultura do trabalho disseminada por toda a sociedade. O argumento do privilégio ao bem-estar não é suficiente para o pensamento hegemônico conduzido pela economia de mercado: é preciso provar que a melhoria das condições de trabalho (inclusive em redução do tempo) aumenta a produtividade. Mesmo assim, o argumento continua sem grande poder de persuasão. Desta forma, Camargo afirma que a movimentação dentro das empresas pelos próprios trabalhadores é fundamental, a fim de reivindicar a “implementação de fórmulas flexíveis de tempo de trabalho” (1998, p.96). Este seria novamente o caminho proposto para o equilíbrio entre lazer e trabalho no intuito de reduzir o desgaste cotidiano potencializado pela desproporção entre estes. Para tal, Camargo destaca três pontos principais

- *Jornada variável* – institui-se, nas 8 horas diárias, ou nas 40 ou 44 horas semanais, um núcleo fixo e um núcleo variável de horas. Assim, após uma noite de festa, pode-se chegar mais tarde ao

trabalho ou, no caso de uma viagem mais longa, sair mais cedo na sexta-feira, sempre compensando as horas utilizadas com a família e o lazer.

- *Jornada de 40 horas em 4 dias* – pode-se compensar, ao longo de 4 dias, a segunda-feira ou a sexta-feira utilizadas para a sua vida familiar e o lazer.
- *Tempo compartilhado* – a jornada diária de 8 horas ou a semanal de 40 horas e, claro, os salários podem ser divididos entre duas pessoas de mesmo perfil (CAMARGO, 1998, p. 96).

O sentido da luta pela redução da jornada não deveria girar em torno de aspectos funcionais ao sistema somente, que vão do aumento da produtividade, conforme dito, à redução do desemprego. É preciso tratar da questão tomando o ser humano como referência, ou seja, é preciso ir direto ao assunto (Camargo, 1998). O anseio em justificar a redução da jornada por fins de melhoria das engrenagens do sistema é controverso, incidindo num aparente paradoxo onde a leve redução do tempo de trabalho ampliou o tempo ocupado por fins laborais, como ocupação pelo trânsito, a tecnologia da informação que mantém o contato com as atividades de trabalho mesmo após o expediente, além de outros fatores, como a tese de Sadi Dal Rosso (2008), que apresenta um aumento do trabalho na questão da intensidade, questão que deve ser cuidadosamente analisada.

Já que alongar a duração da jornada dos trabalhadores não é mais possível, os capitalistas, os gerentes de empresas estatais e os donos de pequenos negócios artesanais ou rurais passaram a buscar a acumulação por meio do mecanismo de tornar o trabalho mais intenso. Um serviço é considerado mais intenso quando, mantidas a duração da jornada e as mesmas condições de infraestrutura produtiva, o trabalhador apresenta mais ou melhores resultados, em decorrência do mais trabalho despendido (DAL ROSSO, 2008, p. 55).

Conforme observado por Camargo (2011) pela análise da questão nacional, além do potencial tecnológico para a redução da jornada, a reinserção da mulher no mercado de trabalho foi crescente. Dessa forma, os efeitos almejados pela redução da jornada ainda são controversos

Sem as sonhadas sondagens mais recentes, pode-se adiantar apenas a hipótese de que, com a redução da jornada oficial de trabalho de 48 horas para 44 horas semanais na Constituição de 1988, com a disseminação não oficial da jornada de trabalho de 40 horas semanais e com a expansão de formas de flexibilização da jornada, a partir de então, o tempo livre deve ter aumentado quantitativa e

qualitativamente. Mas a deterioração crescente da circulação urbana não terá aumentado o tempo gasto em transporte, sobretudo o casa-trabalho-casa (lembremo-nos de que, nas pesquisas de orçamento-tempo, a rubrica trabalho inclui o transporte correspondente)? E como a progressiva participação feminina no mercado de trabalho (que aumentou de 18,5% em 1970 para 44,1% em 2000) terá impactado na massa de horas de trabalho da sociedade, bem como a igualmente progressiva reivindicação feminina de igualdade de tempo para si? Ressaltemos, também, que o tempo livre das mulheres do lar e dos desempregados também ajuda a inflar o orçamento de tempo livre de uma dada população (CAMARGO, 2011, p.162-163).

O possível paradoxo da redução da jornada de trabalho não descredibiliza os movimentos que trabalharam em prol destas conquistas, mas serve como esclarecimento de que uma reforma trabalhista deve caminhar em conjunto com uma reforma cultural. É vital para o bem-estar da sociedade a dessacralização do trabalho. O lazer precisa ser despido de qualquer ar de superfluidade que lhe possa ser atribuído, tendo em vista a ruptura com o cotidiano conturbado e suas consequências amargas (com a devida ênfase às consequências psicossociais, conforme o primeiro capítulo) na sociedade. O problema do tempo deve ser colocado em xeque por toda a sociedade, a fim de reduzir o desgaste humano, conforme expresso por Pronovost (2011) ao relatar a situação dos jovens

(...) à medida que avançam na idade, os jovens inserem-se progressiva e inelutavelmente na ordem temporal adulta. Aprendem a ter de planificar o tempo, a transformar-se em trabalhadores incansáveis, a ter falta de tempo para o lazer e até a reduzir as horas de sono! (...) Os jovens declaram mais que a média da população ter de reduzir as horas de sono e até se sentir mais tensos pela falta de tempo. Interpretemos tal situação pelo fato de que os jovens valorizam mais o tempo livre, mas sentem-se, ao mesmo tempo, pressionados pela exigência do trabalho ou da escola (PRONOVOST, 2011, p. 87).

O que esperar de uma sociedade que deposita suas esperanças em seus jovens, mas lhes rouba o tempo para reflexão e evolução pessoal? Esse desequilíbrio do tempo tende a acarretar numa mediocridade crescente: no trabalho, nos estudos e no lazer. Que tipo de vida essa sociedade oferece às mulheres, que além das intempéries da juventude enfrentam as consequências de sua condição de gênero? Uma revolução cultural é urgente, para assim o debate acerca da redução do trabalho ser efetivo.

O charme da abundância de tempo desaparece rapidamente se a educação permanente e a cultura não passarem de ilusão, se a

comercialização das relações de trabalho conduzir a uma precarização crescente dos empregos. Não vale a pena produzir mais tempo para não se fazer nada. O tempo livre não escolhido, não desejado, remete às desigualdades sociais, não a uma maior democracia (PRONOVOST, 2011, p.91).

A redução do tempo de trabalho em conjunto com uma educação que atribua a devida relevância ao tempo de lazer consiste numa fórmula importante para o desenvolvimento sadio da sociedade. A partir de novas reflexões que considerem o contexto de rápida mutação do cotidiano contemporâneo, é preciso retomar as utopias dos pensadores do lazer como referenciais para o desenvolvimento da sociedade.

2.2.1 - A redução do trabalho e o sistema econômico

O discurso da redução da jornada de trabalho por meio do desenvolvimento da automação, conforme visto, é um fator de potencial benéfico para a expansão e disseminação do lazer. Contudo, além da educação sobre a importância do tempo livre, esta questão deve ser acompanhada do debate acerca da distribuição de renda.

O sistema de livre mercado, propulsionado pelo motor do lucro com regulamentação baixa ou quase nula, pode agir no sentido contrário à expansão do tempo livre, podendo culminar numa incompatibilidade, ou seja, a racionalidade econômica vigente e a expansão do tempo livre formariam, neste sentido, uma espécie de “par imperfeito”, conforme proposto por Padilha (2000). Contudo, seja por meio de uma via reformista, tendo a conscientização e educação para o lazer como transformadores da realidade, ou por uma via revolucionária, oriunda de um iminente colapso civilizacional originário pela saturação do sistema, é possível considerar que uma nova civilização com a predominância do tempo livre constitui um futuro altamente provável. Para tanto, surgiria o novo impasse da redução do trabalho: quem ficaria com a renda? No contexto atual, a propriedade privada e o direito à patente concentrariam o potencial de produtividade nas mãos de poucos. Essa automação não seria benéfica, pois não acarretaria em tempo livre para o lazer, mas causaria ampliação do desemprego e da desigualdade, probabilidade esta que já está se tornando uma realidade em contexto mundial.

Os países desenvolvidos já demonstram a tendência à automação crescente, enquanto os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, por falta de acesso à

tecnologia, por combate ao desemprego ou até por manutenção de baixos custos (visto que o emprego de mão de obra ainda é muito barato) mantêm atividades há tempos descartadas pelos primeiros. No Brasil, há alocação de mão de obra humana em serviços tidos como tendencialmente supérfluos por países desenvolvidos, tais como cobradores de ônibus, ascensoristas (salvo em casos de necessidade especial, como hospitais e afins), garçons e empregados domésticos em alta escala (pelas mais variadas classes sociais), manobristas, entre outros. Há uma tendência global à automação do trabalho em expansão, representada de diversos modos, como a proposta de substituição de carteiros e motoboys por drones, a virtualização dos serviços de venda e a possibilidade de redução de lojas físicas, a robotização das linhas produtivas e dos serviços de alto risco, entre uma imensa lista de exemplos e possibilidades anunciadas e realizadas. Os bancos são um exemplo claro deste sistema de redução de vagas por avanço de meios tecnológicos, relatado em matérias jornalísticas que se resumem pelo título, como “Lógica perversa: Itaú lucra 9,7 bilhões e demite 9 mil bancários” (Pragmatismo Político, 2012).

Os países que se abrem à expansão da tecnologia em prol da automação do trabalho entram em confronto com a questão da redistribuição da renda. Em caso recente, a Finlândia lançou polêmica ao propor projeto de lei que trataria o trabalho como opcional, baseado numa política de implementação de um salário base para todos os cidadãos do país (BBC Brasil, 2015).

2.2.2. Para expandir o tempo livre é necessário distribuir a renda

A distribuição da renda tem conquistado por diversas vezes as pautas mundiais relacionadas às discussões econômicas. O sistema segue seu curso de desenvolvimento seletivo, sobrepondo o econômico ao humano. A tecnologia atinge patamares inimagináveis, acompanhando a alta do desemprego e da desigualdade. Um desenvolvimento destoante das necessidades humanas, que faz jus à crítica de Friedmann sobre “um desequilíbrio crescente entre o poder do homem e sua sabedoria” (apud Dumazedier, 2008, p.243). Um progresso material em desproporção com o progresso intelectual causando um crescimento desigual e contraditório. O cerne do problema contemporâneo não é mais o da produção, mas o da distribuição, em evidência no caso dos países ricos

Como o problema real deixou de ser o da produção para ser o da distribuição equânime, tanto da riqueza como do trabalho necessário para produzi-la, eles fazem de conta que o problema principal é tornar ainda mais rápida a produção de bens. É claro que o resultado é um aumento do desemprego, cuja eventualidade não é considerada como premissa de uma alegre libertação do trabalho, mas como um espantalho para manter os trabalhadores disciplinados, com um rendimento eficiente e comportamento competitivo (DE MASI, 1998, p.63).

A evolução constante dos novos métodos de produção já poderia ter permitido a ampliação do acesso ao lazer, mas a lógica da competitividade desenfreada a impossibilitou:

(...) os responsáveis pela organização da produção, cegos pela euforia mercantil, em vez de aproveitar as inovações tecnológicas para produzir os mesmos bens em menos tempo, preferiram produzir mais bens ao mesmo tempo, alimentando uma espiral de consumo muitas vezes caprichosa, porém, destinada a, em um dado momento, se esfacelar contra a saturação do mercado e contra a mão de obra sobressalente (DE MASI, 1998, p. 46).

O economista marxista Ernest Mandel apresenta uma perspectiva mais crítica ao tema, ao crer que, seguindo a lógica do capitalismo de livre mercado, o avanço da automação produziria efeitos reversos aos esperados pelos estudiosos do lazer. Portanto, seria necessária a socialização dos meios de produção para atingirmos tais fins. De acordo com o autor, desta forma,

Sob o capitalismo, a automação total, a introdução de robôs em grande escala é impossível, pois implicaria na desapareição da economia de mercado, do dinheiro, do capital e dos lucros. Numa economia socializada, a robótica seria um maravilhoso instrumento de emancipação humana. Ela possibilitaria a semana de trabalho de 10 horas. Ela dotaria os homens e as mulheres de todo o tempo necessário à auto-gestão da economia e da sociedade, voltada para o desenvolvimento de uma individualidade social rica para todos os seus membros. Permitiria a desapareição da divisão social do trabalho entre administradores e administrados, a rápida desapareição do Estado, de toda coerção ou violência entre os seres humanos (MANDEL apud PADILHA, 2000, p. 96).

Considerando esse ponto de vista, a ruptura com o sistema seria condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma sociedade do lazer. O debate acerca do tema que apresenta vias de reforma ou de ruptura com o sistema para atingir os fins

propostos nos interessa pelo pressuposto comum: o capitalismo de livre mercado se choca com a ampliação do tempo livre, retardando uma etapa importante deste progresso social.

Além das propostas de nova repartição do trabalho e organização flexível do tempo, citadas anteriormente, Krippendorf (2009) elabora uma proposta mais ousada, a que nomeia de “sistema binário da atividade econômica”. Tratar-se-ia de dividir a atividade econômica em duas partes complementares. De um lado, o sistema tradicional de trabalho, que deveria ser reformado visando à qualidade e não ao desperdício e ao consumismo, dando fim à “expansão financeira forçada, no aumento contínuo de produção, assim como na tendência que visa à economia generalizada e à comercialização total” (Krippendorf, 2009, p. 137). De outro lado, a ampliação do setor informal da economia, com ênfase à organização local e doméstica pelo objetivo da autossuficiência. Essa perspectiva é crítica em relação à alienação do trabalho especializado, o qual poderia retomar seu caráter humano e devolver sentido ao cotidiano dos cidadãos. As propostas de Krippendorf (2009) teriam como ponto de partida a participação coletiva ou a aplicação de medidas estatais que rompessem com o *modus operandi* do sistema econômico vigente. É uma medida de redistribuição do trabalho e de renda em prol da democratização do lazer.

Krippendorf entendia que o sistema de livre mercado poderia oferecer resistência, ou até caminhar em sentido oposto à civilização do lazer. Afinal, a centralidade do sistema se deslocava cada vez mais do humano para o lucro. Portanto, um sistema que apresentasse pontos falhos em diversos sentidos não poderia ser o ideal na questão do lazer também.

O sistema do mercado livre não é melhor nesse campo do que nos outros: ele não resolve os problemas dos limites do crescimento, da utilização irracional do solo, dos ataques ao meio ambiente e da exploração dos fracos. Ele não muda nada nessa situação escandalosa do nosso planeta, onde uns morrem de fome enquanto outros esbanjam e não pensam nos interesses das gerações futuras. Seria tanto ingênuo quanto perigoso crer numa autorregulamentação do sistema. Há necessidade de uma política de normas. Se o Estado, em especial, não impuser condições de ordem geral, a liberdade do lazer e das viagens dará origem ao caos e à anarquia (KRIPPENDORF, 2009, p. 155).

O crescimento desmedido e não-planejado é perigoso: com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, pode promover o retrocesso social. É

evidente que “essa sociedade de mercado não está se preparando para o lazer ao mesmo tempo em que opera as profundas modificações produtivas e econômicas que presenciamos” (Coelho, 1998, p. 152). Sem contrabalancear os efeitos destes progressos, tendo o cidadão como referência, os resultados devem ser negativos.

Continua-se a privatizar o lucro e a socializar o prejuízo, como se vê na prática delituosa de despedir funcionários imediatamente, ao menor sinal de retração do mercado, sem que isso se faça acompanhar pelo pagamento imediato dos lucros reais, quando conseguidos – e esses vêm sendo conseguidos (COELHO, 1998, p. 154-155).

Desta forma, a relação entre a mulher e o trabalho bancário é pertinente a fim de evidenciar esta crítica por meio da exemplificação de dois extremos: de um lado, um dos elos mais fortes na questão de progresso econômico como empregador; de outro lado, um dos elos mais fracos e atingidos como empregado.

As instituições bancárias podem ser consideradas a representação máxima do capitalismo de livre mercado global. Estão registradas 124 diferentes instituições bancárias no Brasil, de acordo com a Federação Brasileira de Bancos (FENABRAN, 2016). Apenas na cidade de São Paulo, há 2.516 agências bancárias (Banco Central do Brasil, 2016). A expansão de seus lucros é constante, mantendo-se progressivas, mesmo mediante às crises financeiras globais. No Brasil, a exploração dessas instituições assume patamares assombrosos. Um exemplo disto é a discrepância entre as taxas de juros praticadas a nível nacional em comparação com os países desenvolvidos. Os juros sobre cartões de crédito, por exemplo, estão numa média de 238% ao ano no Brasil, enquanto que no Reino Unido e nos Estados Unidos esta taxa média é de 18,7% e 16,9% respectivamente (Dowbor, 2015). A taxa de juros sobre empréstimos, que são essenciais para o desenvolvimento de um país, seguem o mesmo padrão discrepante.

Tabela 1: Taxa anual real de juros total sobre empréstimos pessoais em instituições bancárias em países selecionados na primeira semana de abril de 2009

Instituição	País	Juro real (em %)
HSBC	Reino Unido	6,60
	Brasil	63,42
Santander	Espanha	10,81
	Brasil	55,74
Citibank	E.U.A	7,28
	Brasil	60,84
Banco do Brasil	Brasil	25,05
Itaú	Brasil	63,25

Fonte: Dados fornecidos pelas instituições bancárias para os juros e OCDE e BCB para inflação nos países selecionados e no Brasil

No extremo representado pelo caso dos bancos, fica mais evidente o escoamento da renda dos trabalhadores brasileiros pelos ralos de ganância dessas instituições. É uma taxa abusiva e desnecessária, tendo em vista a prosperidade destas instituições com seus lucros exorbitantes. Apenas no primeiro semestre de 2015, o lucro líquido dos cinco maiores bancos atingiu o valor de R\$ 33,6 bilhões, mesmo em meio a um cenário de desaceleração da economia (DIEESE, 2015). Cabe salientar, apesar de óbvio, que o consumo aos bens de lazer é diretamente prejudicado por esse sistema, assim como a questão do tempo livre indiretamente prejudicada, devido à alta concentração de renda e a ampliação da desigualdade com seu consequente desestímulo à produtividade, conforme abordado por Piketty (2014).

O desenvolvimento do lazer requer a expansão da segurança e da estabilidade social. Para a satisfação das necessidades básicas humanas, a instabilidade é prejudicial, mas de forma menos agressiva, visto que essas necessidades devem ser inexoravelmente saciadas. Contudo, o sentimento de insegurança oriundo da globalização é altamente prejudicial às atividades complementares para a formação de um indivíduo, tais como o lazer, a cultura e o turismo.

A globalização é uma grande devoradora de empregos por situar-se a cavaleiro de um instante econômico e social marcado, de um lado, pela tentativa de desmontar todos os protecionismos e, de outro, por um desenvolvimento tecnológico acentuado que tende mais e mais a substituir a força de trabalho humana pela máquina. (...) o resultado dessas operações num primeiro momento, é a destruturação do

arcabouço interior das pessoas e consequente aumento de sua insegurança subjetiva ao mesmo passo do aumento da insegurança objetiva (COELHO, 1998, p.150).

A insegurança é um fator potencialmente prejudicial ao lazer. Ao não saber sobre as possibilidades de saciar suas necessidades básicas num futuro próximo, o indivíduo tende a se sentir acuado em relação ao desfrute do lazer. O desemprego é um tormento e empecilho ao bem-estar, até mesmo para os que estão empregados, pois sua probabilidade gira ao redor como um mal súbito. O mal-estar derivado dessa situação promove um enclausuramento psicológico, que fecha a sociedade frente às possibilidades do lazer. É preciso entender que estabilidade social e segurança econômica são fatores essenciais ao lazer, e a crítica acerca deste deve abarcar a proposta de medidas públicas de reversão ao problema para promover um equilíbrio.

As prováveis consequências dessa idade da incerteza que se aproxima – quando um número cada vez maior de pessoas terá bons motivos para temer a perda do emprego e a obsolescência a longo prazo – serão o retorno à dependência do Estado. Mesmo se o setor privado promover programas de atualização, projetos de meio período e outros paliativos, os programas terão de ser subsidiados pelo setor público – como já ocorre em diversos países ocidentais. Nenhum empregador privado contrata mão de obra por caridade (JUDT, 2011, p. 164).

Não é coerente falar em avanços sociais e na consequente democratização do lazer sem considerar as contradições da economia. As alusões aos benefícios da distribuição de renda para a promoção do bem-estar comum são diversas. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um exemplo, constantemente liderado por países com as menores taxas de desigualdade. A distribuição de renda é o caminho inteligente para a ampliação do bem-estar e o incentivo ao lazer.

O impacto da desigualdade sobre as famílias tem duas dimensões. Primeiro, é preciso constatar que o dinheiro só não traz felicidade para quem já tem dinheiro. Inúmeras estatísticas permitem hoje afirmar que mais dinheiro nas mãos de uma família pobre, que passa a poder comprar o remédio e alimentar melhor os filhos, aumenta muito o bem-estar. Por outro lado, essas mesmas pesquisas mostram que, a partir de uma renda média, que assegura o básico e um pouco de conforto, o aumento de renda não aumenta o sentimento de bem-estar. Isso é muito importante, pois mostra que quanto mais o dinheiro flui para a parte mais pobre da sociedade, mais se torna útil em termos sociais (DOWBOR, 2015, p. 18).

A distribuição da renda, além de pressuposto ético pelo combate à miséria e à pobreza, é uma alternativa inteligente em termos de potencialização do desenvolvimento da sociedade, entendendo por desenvolvimento aquele que integra os diversos setores da sociedade, e não o de caráter exclusivamente econômico que buscou tornar exclusivo o uso da palavra. Além das decorrências da globalização financeira e da falta de regulação do mercado, o aumento da expectativa de vida e a desintegração das famílias também podem ser tratados como fatores de impacto atrelados na discussão da presença das políticas públicas na distribuição da renda.

(...) o tempo de dependência da nossa vida aumentou drasticamente, enquanto a família, que assegurava a redistribuição do excedente entre as gerações – e entre as fases remuneradas e não remuneradas de nossas vidas – está se tornando cada vez menos presente. Esse processo torna absolutamente indispensável a presença de mecanismos sociais de redistribuição de renda, suprimindo o papel que as famílias estão deixando de desempenhar. Trata-se, do ponto de vista das políticas públicas, de uma redistribuição de renda já não só dos ricos para os pobres, mas entre as gerações, por meio da expansão das políticas sociais (DOWBOR, 2015, p. 16).

Desse modo, com as novas peculiaridades da sociedade contemporânea, o avanço do capitalismo de livre mercado pode entrar em choque com a busca do bem-estar de maneira mais consistente. A percepção da redução da jornada de trabalho, como mola propulsora ao desenvolvimento do lazer, tão cara aos pensadores da área, pode se distanciar progressivamente de uma aplicabilidade real. É necessária a expansão das análises críticas sobre os efeitos perversos deste sistema ao bem-estar, à liberação do tempo, ao avanço do lazer e à vida humana de forma geral. Assim, entende-se que:

(...)a economia liberal apresenta um aspecto niilista cujas consequências não são apenas o desemprego e a precarização do trabalho, as desigualdades sociais e os dramas humanos, mas também o desaparecimento das formas harmoniosas de vida, o desvanecimento do encanto e da graça da vida em sociedade. (...). Riqueza do mundo, empobrecimento das existências; triunfo do capital, liquidação do saber viver; superpoder das finanças, “proletarização” dos modos de vida (LIPOVETSKY, SERROY, 2015, p.12).

Nesse sistema globalizado, é importante ressaltar que a desigualdade é uma característica quase exclusiva aos aspectos financeiros, visto que, para o avanço

dessa globalização, a igualdade de comportamento prossegue de forma digna aos propostos pela sociedade industrial. Estamos numa era de supressão das diferenças culturais em busca da padronização de comportamento. Na situação da mulher, essa condição é nítida ao considerar os aspectos do trabalho.

A mulher só poderá se sentar na poltrona de quem decide adotar para si os valores masculinos e tiver dado, sobretudo, ampla demonstração de ser capaz de assumi-los. Só se demonstrar que não é movida pela estética, ética, moderação e emotividade, valores contrastantes com o ideal taylorista do bom executivo (DE MASI, 2001, p. 68).

Contudo, mesmo conduzindo a mulher a um padrão de comportamento globalizado, a desigualdade econômica surge novamente como aspecto a ser considerado. A desigualdade por gênero ainda é uma realidade inconveniente. A sociedade contemporânea evoluiu, mas ainda não conseguiu romper o peso arcaico da segregação de gênero.

O economista Thorstein Veblen, autor de “A Teoria da Classe Ociosa”, obra importante aos estudos do lazer, trata de alguns aspectos da questão de gênero. A obra, que data do ano de 1899, evidencia o papel subjugado da mulher na sociedade, demonstrando o preconceito de gênero numa época que antecedia a maioria das lutas e conquistas feministas. Dessa forma, mostra as raízes de uma dominação do gênero masculino sobre o feminino, dos quais a sociedade contemporânea carrega fortes traços.

A primitiva diferença, da qual se originou a divisão em uma classe ociosa e uma classe trabalhadora, é a distinção entre trabalho feminino e trabalho masculino, existente nos primeiros estágios da barbárie. Do mesmo modo, a forma mais primitiva da propriedade é a propriedade que tem os homens capazes sobre as mulheres. Em termos mais gerais, e com maior relevância para a teoria de vida do homem bárbaro, pode-se dizer que se trata de propriedade da mulher pelo homem (VEBLEN, 1983, p. 15).

A posse da mulher pelo homem tinha o perfil da escravidão.

(...) há pouca dúvida de que a base do sistema industrial é a escravidão e que as mulheres são usualmente escravas. A mais importante das relações humanas, em tal sistema, é a relação entre senhor e escravo. A prova aceita de riqueza é a posse de muitas mulheres e, bem logo, de outros escravos, que se ocupam da pessoa do senhor e da produção de bens para ele (VEBLEN, 1983, p.28).

O combate aos resquícios desse modo de discrepância de gêneros só se dará por meio de um sistema que tenha o ser humano como centro. À racionalidade econômica do capitalismo contemporâneo importa o lucro. Desse modo, a desigualdade persiste. O caráter da desigualdade de gênero ainda triunfa no mercado de trabalho brasileiro. Estudos do IBGE apontam que o rendimento médio da mulher brasileira é equivalente a apenas 73% do rendimento médio do homem, no exercício da mesma função (IBGE, 2013), conforme tabela a seguir.

Tabela 2 – Rendimento médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões – 2012.

Grandes Regiões	Rendimento médio no trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (R\$) (1)							
	Total	Posição na ocupação						
		Empregado		Trabalhador doméstico		Militar ou funcionário público estatutário	Conta própria	Empregador
		Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada	Com carteira de trabalho assinada	Sem carteira de trabalho assinada			
	Total							
Brasil	1 469	1 434	938	811	497	2 439	1 318	4 515
Norte	1 161	1 195	863	682	424	2 147	914	3 496
Nordeste	1 006	1 084	627	677	343	1 950	806	3 741
Sudeste	1 666	1 575	1 167	845	582	2 508	1 643	4 890
Sul	1 600	1 406	1 051	847	574	2 566	1 663	4 376
Centro-Oeste	1 765	1 447	1 192	793	542	3 452	1 667	5 179
	Homens							
Brasil	1 657	1 558	981	934	709	2 929	1 446	4 924
Norte	1 234	1 250	875	759	590	2 438	975	3 463
Nordeste	1 094	1 131	631	755	527	2 357	872	4 080
Sudeste	1 924	1 730	1 265	994	848	3 050	1 810	5 415
Sul	1 842	1 575	1 152	990	671	3 043	1 843	4 714
Centro-Oeste	1 994	1 558	1 250	997	750	4 073	1 852	5 704
	Mulheres							
Brasil	1 203	1 236	856	793	485	2 086	1 044	3 510
Norte	1 037	1 075	834	671	412	1 904	759	3 601
Nordeste	870	996	618	658	334	1 681	670	2 801
Sudeste	1 322	1 337	999	824	566	2 116	1 304	3 624
Sul	1 275	1 167	882	833	568	2 242	1 241	3 657
Centro-Oeste	1 442	1 257	1 092	768	533	2 963	1 267	3 870

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

(1) Exclui as pessoas sem declaração de rendimento e pessoas com rendimento nulo.

A diferença salarial persiste e progride em relação ao emprego de alta escolaridade (12 anos ou mais), em que o rendimento médio feminino equivale a

apenas 66% do rendimento médio masculino (IBGE, 2013). A tabela a seguir mostra a variação da discrepância salarial entre gêneros em determinadas funções.

Tabela 3 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção ou gerência e relação entre os rendimentos médios no trabalho principal, por sexo, segundo os setores de atividade – Brasil – 2012.

Setores de atividade	Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade ocupadas em cargos de direção ou gerência, por sexo (%)			Relação entre os rendimentos médios no trabalho principal de mulheres e homens em cargos de direção ou gerência
	Total	Homens	Mulheres	
Total	5,8	6,4	5,0	0,69
Agrícola	0,7	0,9	0,2	0,80
Indústria	7,1	8,5	4,8	0,74
Construção	1,5	1,3	10,2	0,37
Comércio e Reparação	12,6	13,4	11,5	0,71
Alojamento e Alimentação	15,2	20,1	11,5	0,82
Transporte, Armazenagem e Comunicação	4,1	3,2	10,8	0,64
Administração Pública	6,2	6,5	6,0	0,81
Educação, Saúde e Serviços Sociais	2,8	4,2	2,4	0,60
Demais Serviços	4,6	7,7	2,8	0,69

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

É uma atitude ingênua esperar do mercado ou das empresas o equilíbrio dessa questão. Empresas são entidades voltadas ao lucro, de caráter impessoal e indiferente aos anseios humanos, por mais que sejam usados termos que busquem maquiar essa situação, como “pessoa jurídica” no Brasil, ou medidas que tentem demonstrar o caráter humanista das corporações para efeitos de marketing. É necessário, portanto, em caráter de urgência, que os estudos em lazer dialoguem com as questões econômicas em busca de soluções que beneficiem o acesso democrático ao lazer por toda a sociedade, a fim de atingir um grau cada vez maior de um desenvolvimento abrangente, que tenha o ser humano como centro. A armadilha criada pelos estudiosos da economia, no intuito de preservar o *status quo*, onde a manutenção dos interesses de poucos se sobrepõem aos interesses de muitos, forja uma falsa complexidade acerca do tema. Desse modo, cria-se a falsa crença de que cidadãos leigos ou estudiosos de outras áreas devem se abster mediante a crítica dos aspectos econômicos. Conforme constatou Milton Santos, ao descrever sobre a necessidade de repensar a relação entre lazer e trabalho em contraste com as mudanças econômicas da globalização, isso é originário “de um preconceito

arraigado, inclusive, na academia, segundo o qual a economia seria um negócio dos economistas, quando, na verdade, ela é um negócio de todos, inclusive a partir dos que trabalham a cultura” (1998, p. 35). Surge o mito de uma falsa soberania intelectual que deve controlar essas questões de forma distanciada dos outros saberes.

Atrás de cada investidor, ou executivo de banco cínico (ou simplesmente incompetente), há um economista garantindo a eles (e a nós), de uma posição de autoridade intelectual incontestada, que suas ações são benéficas ao público e de todo modo não deveriam ser objetivo de escrutínio coletivo (JUDT, 2011, p. 104).

Dessa forma,

(...) somos informados de que esses assuntos devem ser deixados para os especialistas: a economia e suas consequências políticas estão muito além da compreensão do homem comum – um ponto de vista reforçado pela linguagem cada vez mais obscura e matemática da disciplina. Poucos “leigos” se dispõem a desafiar o ministro da Fazenda ou os especialistas que o assessoram em questões econômicas. Quando fazem isso, recebem como resposta – semelhante à que um padre medieval daria a seu rebanho – que não precisam se preocupar com essas questões. A liturgia precisa ser entoada numa língua obscura, acessível apenas aos iniciados. Para o resto, basta ter fé (JUDT, 2011, p. 151).

Ao que já havia se manifestado criticamente Keynes, por meio da afirmação de que as bases intelectuais de tais economistas são falsas, servindo apenas como uma falsa base para a realização de seus interesses pessoais.

Homens práticos, que se creem acima de qualquer influência intelectual, normalmente são escravos de um economista defunto qualquer. Os malucos com autoridade, que ouvem vozes no ar, destilam seu frenesi a partir de algum escrevinhador acadêmico do passado recente. Tenho certeza de que o poder dos interesses velados é imensamente exagerado, em comparação com o gradual desrespeito pelas ideias. (KEYNES apud JUDT, 2011, p.104).

O que induz a uma crítica conhecida, oriunda das análises que impulsionaram os estudos da psicologia contemporânea por Gustave Le Bon, que pode ser relacionada à forma economicista, isenta de comprovações reais, repetidas incessantemente pelos meios de comunicação, com as quais as análises da economia contemporânea buscam se estabelecer.

A afirmação pura e simples, livre de todo raciocínio e de toda prova, constitui um meio garantido de fazer uma ideia penetrar no espírito das multidões. Quanto mais concisa, desprovida de provas e de demonstração for a afirmação, mais autoridade terá. (LE BON, 2008, p. 117).

A crítica de uma falsa indução às ideias neoliberais pelos países desenvolvidos ao terceiro mundo é lançada por Ha-Joon Chang (2004), ao realizar amplo estudo demonstrando que esses países atingiram o crescimento por meio de fortes medidas protecionistas. Contudo, imputam aos países de terceiro mundo uma série de acordos para que venham a aderir o livre mercado em suas fronteiras, a fim de ampliar ainda mais a exploração sobre estes. Desta forma, a analogia que expressa essa situação é o ato de “chutar a escada”, proposto por Chang (2004), como forma da manutenção dos privilégios dos países desenvolvidos.

Os estudiosos do lazer devem considerar esses aspectos, ao formular as críticas e propostas para o desenvolvimento deste em seus países. Não há como tratar de maneira separada as questões do lazer e do trabalho aos aspectos econômicos contemporâneos. Nesse sentido, as propostas de uma intervenção estatal, por meio das promoções de políticas públicas, promovidas por órgãos especializados nas questões de gênero, em conjunto com uma conscientização popular, apresentam-se como medidas efetivas para o avanço da questão feminina no mercado de trabalho. Questões como dupla jornada de trabalho, bem-estar na gravidez, desigualdade de salário, entre as demais questões que envolvem a desigualdade de classes e renda, devem ser tratadas de maneira eficaz e urgente por um Estado que vise à ampliação do bem-estar comum e, nos dizeres de Krippendorf (2009), a humanização do cotidiano.

3 O lazer e a questão do espaço urbano

Para analisar a temática do lazer no contexto de uma metrópole, é fundamental discutir a questão do espaço urbano. Os aspectos arquitetônicos de uma cidade costumam ser uma expressão singular de suas características sociopolíticas.

A crítica ao trabalho centralizado, como fator estrutural das sociedades capitalistas contemporâneas, evidencia-se no contexto urbano da megalópole paulistana. Construções rígidas e funcionais constituem o horizonte cinzento do cotidiano de seus cidadãos. Não se trata, neste sentido, de uma crítica a todo processo de urbanização, mas a um processo disforme, que reflete em sua estrutura física a sobrevalorização cultural do trabalho.

As cidades não se preocupam muito com o lazer nem com as necessidades de relaxamento dos seus habitantes. A maioria são cidades de trabalho, incompatíveis com uma vida plena. O processo de urbanização não para, com todas as implicações nefastas ao homem, embora, já há alguns anos, todos falem em tornar as cidades mais habitáveis. Continua a implantação de lugares de trabalho nos centros. Os preços dos terrenos aumentam. O espaço habitável se reduz (KRIPPENDORF, 2009, p. 35).

O crescimento da cidade segue ainda uma lógica arcaica de centralização do trabalho, sendo a região central da cidade consumida por edifícios comerciais, resultando numa crescente poluição visual. É a ideologia do trabalho quem determina o desenho da cidade. Dessa forma, “ainda que diretamente ligado à urbanização, o custo do lazer não é levado em consideração pelas cidades que não se sentem responsáveis por ele nem o assumem” (Krippendorf, 2009, p. 36).

Para a construção de uma sociedade e a emancipação do indivíduo, há a necessidade de uma construção complexa, onde o trabalho é uma parcela de um todo constituído de outros valores, dentre eles o lúdico. De acordo com Huizinga (2012, p. 6), “a existência do jogo (lúdico) é inegável. É possível negar, se se quiser, quase todas as abstrações: a justiça, a beleza, a verdade, o bem, Deus. É possível negar-se a seriedade, mas não o jogo (lúdico)”. O lúdico, no entanto, está presente na condição de ser humano. Para que seja dada ao lúdico a devida importância, é necessário reconhecer seu valor na constituição do indivíduo e da sociedade, e, por meio disso, ampliar qualitativamente e quantitativamente o acesso da população ao lazer, momento de máxima manifestação lúdica.

A questão do desenvolvimento de uma sociedade é, portanto, indissociável ao progresso das condições de lazer. A lógica da construção do espaço urbano deve abarcar os múltiplos fatores condicionais para um desenvolvimento amplo e equilibrado. Trata-se numa transformação no modo de pensar a cidade. Com isso, se as cidades

(...) quiserem representar o papel de pólo de desenvolvimento têm e terão cada vez mais a obrigação de ser centros de lazers repousantes, recreativos, instrutivos, aptos a responder às necessidades culturais de todas as categorias sócio-profissionais e de todas as categorias de idades, graças aos locais de passeio, aos estádios, aos cinemas, aos teatros, aos museus, às salas de concertos, aos locais de reunião, aos bares, às associações, etc (DUMAZEDIER, 2008, p. 52).

Contudo, os efeitos negativos derivados de um capitalismo voraz, que sobrepõe os anseios do mercado aos humanos, contrastam com o ideal de harmonia que deveria integrar o cotidiano. O imediatismo do lucro, engrenagem principal do neoliberalismo, age contra o planejamento em longo prazo, que é fundamental para a organização das demandas de lazer e culturais. Cresce, com isso, um emaranhado profuso de construções desconexas, gerando paisagens horripilantes e confusas. A inospitalidade é uma característica do urbanismo não planejado.

Construindo megalópoles caóticas e asfixiantes, pondo em risco o ecossistema, tornando insípidas as sensações, condenando os seres humanos a viver como rebanhos padronizados num mundo insulso, o modo de produção capitalista é estigmatizado como barbárie moderna que empobrece o sensível, como ordem econômica responsável pela devastação do mundo: ele “enfeia toda a terra”, tornando- a inabitável de todos os pontos de vista. Esse juízo é amplamente compartilhado: a dimensão da beleza se estreita, a da feiura se amplia. O processo iniciado com a Revolução Industrial prossegue inexoravelmente: é um mundo mais desgracioso que dia após dia se desenha (LIPOVETSKY e SERROY, 2015, p. 12-13).

Há, portanto, uma necessidade iminente de romper com o descontrole do desenvolvimento financeiro e sua conseqüente promoção cultural da ganância. Não há mais espaço e tempo para a permissividade com a construção de um ambiente urbano frio e funcionalista (para o capital). A arquitetura da cidade não deve se sujeitar aos ditames da ambição financeira generalizada, que concedeu papel secundário ou, em muitos casos, insignificante ao bem-estar na construção do espaço urbano.

Em vez de usar seus recursos técnicos e materiais ampliados para erguer uma cidade admirável, os homens do século XIX construíram cortiços (...) que “passaram” no teste do lucro da iniciativa privada, enquanto que uma cidade admirável seria, pensavam, um ato de delirante extravagância que acabaria por “hipotecar nosso futuro”, no imbecil jargão econômico em voga. (...). A mesma regra autodestrutiva de cálculo econômico governa todos os setores da vida. Destruímos a beleza do campo porque os esplendores da natureza não apropriados carecem de valor econômico. Seríamos capazes de apagar o sol e as estrelas, pois eles não pagam dividendos (KEYNES apud JUDT, 2010, p.147).

A nova organização da megalópole globalizada gerou uma transformação nos anseios de seus cidadãos. Em busca de um desenvolvimento material desenfreado, o sistema econômico vigente, apesar de agregar tais bens, substituiu outros bens fundamentais à sociedade. A representação do luxo, por exemplo, já não se limita aos ornamentos preciosos ou aos aparatos tecnológicos de última geração.

Enquanto na sociedade industrial a maior aspiração era o trabalho e o luxo consistia na acumulação de coisas e no consumismo, hoje o luxo consiste em uma coisa muito diferente: o raro. Uma coisa é de luxo se é rara. Mas o que é raro em Nova York? O que é raro em São Paulo? Em Nova York, assim como em São Paulo, é raro o silêncio, o espaço, a autonomia, a segurança social, a criatividade. Estes serão os grandes luxos do século XXI. Isso porque são modificados completamente os valores (DE MASI, 2000, p. 129).

De acordo com o autor, a condição para algo ser considerado como um bem de luxo é a sua raridade. E a condição para a raridade é a escassez. Logo, podemos avaliar algo como bem de luxo dada sua devida condição de escassez. Dos cinco fatores citados, dois estão diretamente ligados à questão do espaço urbano em sentido físico – silêncio e espaço – e os demais, possivelmente, ligados às questões subjetivas do contexto urbano, ou seja, de forma indireta. É importante agregar à tal lista, além da segurança social, a segurança física, outro item diretamente relacionado ao espaço urbano. A segurança física é um item de luxo. Aqueles que possuem condições podem blindar seus carros, equipar suas residências com itens de proteção dispendiosos, além de adquirir imóveis em bairros com maior segurança e menores índices de criminalidade. De toda forma, é possível constatar que apenas um desenvolvimento desequilibrado, que prioriza a ascensão do capital em detrimento do bem-estar humano, poderia tornar escassos tais atributos fundamentais aos cidadãos.

Não são apenas itens de luxo – visto que este pode estar associado também ao supérfluo - são itens de dignidade.

Há, neste contexto de crescimento das cidades, uma aparente negação à realização completa do indivíduo enquanto cidadão. Esse sentimento de incompletude tende a acarretar consequências severas à saúde física e mental de seus habitantes. De um lado, há um desenvolvimento tecnológico e de produção potencialmente benéfico e, de outro, indivíduos vitimizados pelas consequências nefastas da racionalidade econômica que gere esse desenvolvimento. Deste modo, “as concepções arquitetônicas e urbanísticas desse modelo de cidade exploram e acentuam as diferenças entre esses pontos qualitativamente excepcionais e o resto do espaço urbano amorfo” (Rolnik, 2000, p. 181). Uma cidade mal planejada é uma cidade que hostiliza o lazer. Assim, “quando a cidade se transforma em um lugar absolutamente inóspito, sem qualquer possibilidade de prazer, ao invés de um lugar onde as pessoas se sintam inseridas na harmonia de uma comunidade urbana, o lazer estará restrito a espaços e tempos determinados” (Rolnik, 2000, p. 180). O papel do mercado como ditador de regras para a sociedade é um entrave para o desenvolvimento. É uma necessidade iminente a inversão desse valor.

Do ponto de vista das políticas urbanas e do mercado, essa posição é a dominante e a que, conseqüentemente, orienta a produção das cidades. Um exemplo claro desse modelo é São Paulo, que chegou a essa situação não por negligência e falta de planejamento ou política urbana, mas por causa de uma política expressamente pensada dentro dessa concepção (ROLNIK, 2000, p. 181).

Uma cidade promotora de um lazer genuíno é também uma cidade promotora de beleza. A arquitetura do espaço urbano, que considera o lazer em seu contexto abre margem a novas possibilidades de beleza. E beleza promove bem-estar. O contexto arquitetônico que nos cerca é fator potencial de transformação de nosso cotidiano. A estética é uma dimensão da qualidade de vida.

Parecemos divididos entre a necessidade de atropelar nossos sentidos e nos adaptar anestesiados aos nossos ambientes e o impulso contraditório de reconhecer o quanto as nossas identidades estão indelevelmente associadas ao lugar onde vivemos, e junto com eles se transformarão. Um quarto feio pode coagular vagas desconfianças quanto ao que está faltando na vida, enquanto outro ensolarado, revestido com pedras calcárias cor de mel, é capaz de dar

sustentação às nossas maiores esperanças (DE BOTTON, 2007, p.12).

A arquitetura da cidade pode ser entendida como um fator de representação das condições de vida desta cidade. Nesse sentido, “a arquitetura como arte surge do desejo de ultrapassar a solução de um problema funcional. Esse desejo mais profundo é, em si mesmo e em certo sentido, sua função ética (...)” (Goldberg, 2011, p. 63). É um pressuposto ético inserir como função da construção do espaço urbano a valorização da cultura, dos lazeres, das vivências. Entende-se, portanto, que “a arquitetura não é arte pela arte, tem um objetivo social” (Goldberg, 2011, p. 63). A consideração deste objetivo social no contexto urbano, que abarque a complexidade humana e suas necessidades objetivas e subjetivas, é fator crucial para o verdadeiro desenvolvimento. Desta forma, não há desenvolvimento real que ignore a necessidade da beleza como promotora de bem-estar, ao que parece pertinente o ponto de vista de Domenico De Masi (2000, p. 29), ao afirmar que “entre todas as formas de expressão humana, a estética é aquela que, mais do que qualquer outra, é responsável pela nossa felicidade”. O estudo do lazer propõe uma revolução estética no modo de pensar a cidade.

3.1 A cidade não lúdica: a interferência da ideologia do trabalho na construção do espaço urbano

A cidade de São Paulo caracteriza-se como a mais populosa e principal ponto econômico da América do Sul. Faz jus ao tema presente em seu brasão oficial “Non ducor, duco” (não sou conduzido, conduzo), tornando-se referência para as demais cidades que aspiram ao status futuro de grande metrópole nacional. Popularmente conhecida como a “cidade do trabalho”, São Paulo sedia a maior parte das multinacionais e dos eventos de negócios do país.

Contudo, o suposto patamar honorífico concedido pelo dito popular, que denomina São Paulo como a “cidade do trabalho”, possui efeitos ambíguos. Apesar dos benefícios causados pelo progresso econômico e a industrialização avançada (em relação aos demais Estados do país), a cidade carrega o peso de uma urbanização desenfreada, voltada ao interesse do capital. Desta forma, o funcionalismo urbano privilegia as exigências do trabalho, subjugando o lúdico a um patamar

consideravelmente inferior. A ideologia triunfante do trabalho é o motor central do funcionamento da cidade.

Analogamente à interpretação psicanalítica de que a doença da mente reflete no corpo, percebe-se que a ideologia dominante do trabalho centralizado reflete no desenho do espaço urbano da cidade. A cidade se torna alvo de especulação imobiliária, resultando em uma consequente supervalorização do espaço físico. Neste contexto, a moradia e os estabelecimentos comerciais preponderam. Na cidade dos negócios, basta morar e trabalhar. Sobreviver. Viver, no sentido de fruição da vivência, recebe ares de tema secundário. Impera a ansiedade generalizada resultante da busca do sucesso contínuo. Paira uma espécie de dor pelo sacrifício cotidiano inspirada por uma recompensa futura de caráter quase transcendental. E a cidade reflete, em suas características e aspectos físicos, a ideologia vivenciada por seus cidadãos. O espaço urbano segue os rastros de ideologia dominante.

Dessa destoante relação na construção do espaço urbano, em referência aos anseios do ser humano, resultam algumas consequências de caráter prejudicial ao desenvolvimento do lazer. Para elucidar a crítica, abordam-se três exemplos, que representam os efeitos da perda do lúdico no espaço urbano da cidade de São Paulo: a segregação (elitização), o deslocamento e a limitação (restrição) do lazer. Por meio da abordagem desses exemplos, busca-se enfatizar as possíveis consequências ocorridas ao lazer, que podem influenciar de forma negativa o lazer das mulheres bancárias e dos demais cidadãos da cidade de São Paulo.

3.1.1 Segregação do lúdico: a condominialização do lazer

Há, atualmente, nas grandes metrópoles urbanas, uma crise do espaço. Crise esta referindo-se ao fato de as leis do mercado assumirem tão intenso domínio, restringindo assim a construção de um desenho urbano harmonioso e socialmente saudável. Luta-se para que as praças e os parques continuem pertencendo a pequenos espaços entre paredes de concreto. Apartamentos com metragem digna e espaços de lazer de uso comum passam a pertencer à categoria de itens de luxo. De acordo com Milton Santos:

Quando todos os lugares são atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente,

seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Donde uma reorganização das funções entre as diferentes frações de território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes, ou adquiridas, segundo intervenções seletivas (SANTOS, 1988, p. 11).

O domínio do mercado sobre as transformações do espaço urbano ignora as necessidades de uma sociedade em relação ao bem-estar humano. A ilusão do crescimento econômico representada pela abstração dos números é quem dita as regras. Há uma analogia condizente com esta situação, a qual relata que, em determinada cidade, o manancial de água, acessível a todos, foi privatizado, sendo a água envasada e vendida a determinado preço para cada morador. Por um viés economicista, isso representou um caso de sucesso, visto que as transações comerciais de compra e venda de água aqueceram a economia local, elevando consequentemente seu PIB. O espaço urbano atravessa processo semelhante, sendo privatizado, fragmentado, e retornando à população de maneira supervalorizada.

A tendência à condominialização caracteriza, dentre outros aspectos, a ineficiência das políticas públicas em proporcionar lazer e segurança a toda população. Evidentemente, o avanço da tecnologia ampliou as possibilidades de lazer no espaço doméstico. A virtualização da socialização, por meio das redes sociais, beneficiou o acesso à comunicação³. A modernização dos jogos e brinquedos eletrônicos cativam seus usuários, além de toda uma gama de benefícios tecnológicos ao lazer doméstico. Contudo, a tecnologia ainda deve ser considerada como adicional e não substituta às práticas tradicionais de lazer.

A atividade de lazer demanda espaço. Para a implantação de brinquedos infantis, para a realização de um churrasco entre amigos, para a prática do futebol, o lazer necessita de espaço físico. Dentro de um contexto urbano de supervalorização do espaço físico, isso representa um problema. A carência dos espaços públicos de lazer e a insegurança nos poucos existentes refletem em anseio por parte da população na busca por estes. O espaço de lazer torna-se escasso e raro, sendo assim, consequentemente, supervalorizado. Ao analisar um artigo sobre

³ Contudo, neste sentido, cabe considerar a crítica acerca do paradoxo da comunicação (que ao invés de aproximar acabou por distanciar os indivíduos), analisada por autores como Powers (2012) e em filmes, a exemplo do argentino “Medianeras – Buenos Aires na era do amor virtual” (2011).

investimentos em marketing para empreendimentos imobiliários residenciais, é perceptível a utilização da deficiência da estrutura pública de acesso ao lazer como forma de atrair público para tais empreendimentos.

O marketing também tem se apoiado na definição de projetos cada vez mais complexos e elaborados que tentam atingir os anseios do público-alvo. Com o agravamento da sensação de falta de segurança pública, as pessoas, em sua maioria, buscam num empreendimento o convívio com família e amigos, um refúgio da conturbada vida urbana, mas com uma infraestrutura que o atenda em suas necessidades. Cientes desta preocupação, os empreendedores têm incorporado aos seus projetos cada vez mais as áreas e benfeitorias de convivência e lazer (KAWASHIMA, AMATO e SOUZA Jr., 2008).

A constatação da importância do espaço de lazer para o bem-estar humano recebe grande consideração por parte desses empreendimentos. Contudo, em torno dessa vertente de lazer privatizado, há um processo de elitização do lazer de traços característicos ao descrito por Veblen (1983). Atualmente, o desfrute de um apartamento com uma área mínima de lazer exige um investimento alto, visto que “a diferença entre dois imóveis do mesmo tamanho no mesmo bairro pode chegar a até 40% se um deles tem área de lazer mais completa” (SÁ, N/D). Além da valorização ao preço de compra, há o aumento do valor mensal do condomínio, conforme matéria divulgada que relata que “áreas de lazer podem deixar condomínio mais caro que prestação de imóvel” (R7, 2010). Há ainda uma consideração a ser feita: é comum a aquisição do espaço de lazer como símbolo de status, onde, não raro, se percebe que essas áreas são subutilizadas dentro dos próprios condomínios.

Na cidade de São Paulo, a estratégia de utilizar a área de lazer como diferencial na hora da compra dos imóveis é usada intensamente. A fragilidade das políticas públicas em relação aos espaços de lazer incentivou a expansão de um nicho imobiliário milionário. São criadas cidades dentro da própria cidade. É o caso do condomínio Parque Cidade Jardim, onde poucos moradores privilegiados têm acesso a um shopping dentro do próprio condomínio. Um novo empreendimento caracteriza ainda mais tal efeito: o Jardim das Perdizes. O próprio marketing desse empreendimento diz que não se trata de um condomínio, mas da criação de um novo bairro, numa área de 250 mil m², com uma gama de acessórios que, segundo a divulgação, inclui um parque “público” central e diversas formas de lazer (Zap Imóveis, 2013). O termo “público” é utilizado no sentido de acessível a todos os moradores que

tenham condições financeiras de morar nesta microcidade privilegiada. Os anúncios oferecem uma estrutura de lazer de alto padrão, apresentando “a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade e para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre iguais” (Caldeira, 2000, p. 265).

Ao nos referirmos à condominialização do lazer, a crítica não é dirigida à tendência de inserção do espaço de lazer dentro dos novos condomínios, mas à intensa valorização representada por esse espaço no valor do imóvel e a consequente segregação urbana derivada deste isolamento. A harmonia urbana é prejudicada, sendo entrecortada por guetos seletivos. São Paulo torna-se uma cidade repleta de muros, rompendo com o conceito de comunidade.

Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão cada vez mais marcadas por suspeita e restrição (CALDEIRA, 2000, p. 259).

O desejo de acessibilidade exclusiva a determinados serviços, dentre eles o lazer, demanda também não apenas um desejo sobre a atividade em si, mas ao status gerado por este poder de exclusividade. Dessa forma, os anúncios publicitários desses empreendimentos reforçam os pontos positivos do acesso exclusivo à área de lazer.

No contexto urbano da megalópole desestruturada, o desfrute do lazer é para quem pode pagar. Fato semelhante ao representado pelo filme “O expresso do amanhã”, que simboliza a humanidade por meio de sobreviventes em um trem, onde os membros dos vagões das classes baixas dormem em cubículos minúsculos, alimentando-se de barras proteicas de baratas prensadas, enquanto os vagões das classes altas vivem em abundância material acompanhada de uma ludicidade festiva constante. Nesse novo esquema de formação da cidade, as vivências são segregadas, conforme exposto no seguinte anúncio publicitário sugerido por Teresa Caldeira:

“Desperte o homem livre que vive em você. Mude para a Chácara Flora. *Aqui você vai poder ser gente a semana inteira e não só no sábado e no domingo.* Aqui você vai morar cercado de verde, respirando ar puro. (...) Aqui você vai mudar de vida sem sair de S.

Paulo. (...) Segurança total com grades e guarita com interfone.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 22 de janeiro de 1989 apud CALDEIRA, 2000, p. 267, grifo nosso)

A frase enunciada é impactante. “Poder ser gente a semana inteira” é um privilégio a ser adquirido em determinadas prestações. É provável que a equipe de marketing tenha tido a perspicácia de perceber que o contexto urbano da cidade já seguia um rumo que dificultava o fato de “ser gente”, ou seja, de satisfazer os anseios humanos de forma legítima.

A publicidade que sugere que a vida, em sua essência, acontece dentro de um condomínio, impulsionada pela falha das políticas públicas, permitiu a expansão de forma intensa da condominialização da cidade, descaracterizando o próprio conceito de cidade. Desta forma, “os que podem, vivem em ‘condomínios’, planejados como se fosse uma ermida⁴: fisicamente dentro, mas social e espiritualmente fora da cidade” (Bauman, 2004, p.130). Resultante disto, os condomínios

(...) estão por toda parte: símbolo de “posição”, reconhecimento descarado do desejo de se isolar dos outros membros da sociedade, assim como reconhecimento formal da incapacidade ou omissão do Estado (ou do município) em impor sua autoridade sobre um espaço público contínuo (JUDT, 2010, p. 123).

A lógica excludente do condomínio é um paliativo para as mazelas sociais e que, em ampla escala, pode acarretar em consequências desastrosas à sociedade. Além de segregar o cidadão é um entrave também para o estrangeiro e possivelmente para o turista.

Cercas cuidadosamente erguidas contra aqueles que se fazem passar por pessoas “em busca de asilo” e migrantes “meramente econômicos” trazem a esperança de fortalecer uma existência incerta, errática e imprevisível. Mas a líquida vida moderna tende a permanecer inconsistente e caprichosa, sejam quais forem os apuros infligidos aos “forasteiros indesejáveis”, e portanto o alívio é momentâneo, e as esperanças investidas nas “medidas duras e decisivas” se desvanecem tão logo se apresentam (BAUMAN, 2004, p. 129).

A cidade torna-se um ambiente enclausurado e inospitaleiro. Ao turista em uma cidade de muros resta perambular contemplando um horizonte semelhante a um caminho de ratos. Os muros são itens antiestéticos e não receptivos. Nesse sentido,

⁴ Igrejas ou capelas construídas em locais ermos (inóspitos), geralmente afastados da cidade. Pertencem à cidade, mas estão distantes, a fim de evidenciar a sacralização da construção.

é “pois impossível separar o espaço público e o espaço privado, se se pretender favorecer um desenvolvimento harmonioso e eficaz das atividades de lazer” (Dumazedier, 2009, p. 170).

Apesar de demonstrar o crescente desejo da população sobre o acesso ao lazer, a condominialização do lazer segue uma lógica elitista e excludente, onde uma pequena parcela desfruta de um direito constituinte não atendido pelo Estado. A criação de um novo lugar dentro do lugar reflete a ineficiência das medidas públicas nesta questão. A solução deveria, portanto, abranger uma reforma dessas políticas públicas para a democratização do acesso ao lazer, não outorgando exclusivamente à iniciativa privada o compromisso de proporcionar um acesso seletivo.

3.1.2 Deslocamento do lúdico: o caso dos parques de diversão

Ao analisar o caso dos parques de diversões, faz-se necessário esclarecer a defesa destes no sentido de utilização da tecnologia para potencialização do lúdico. A crítica referente ao objetivo de lucro desses empreendimentos privados necessitaria de uma análise a partir de outro contexto. Entende-se o caso dos parques de diversão como uma vertente da indústria do entretenimento, que promove novas opções de lazer aos cidadãos da cidade de São Paulo, incluindo as mulheres bancárias. O esvaimento dos parques é também uma questão de perda da ludicidade, fator prejudicial a uma cidade de características tão fortemente voltadas à primazia do trabalho em relação ao lazer.

Os parques de diversão necessitam de uma análise delicada. Os empreendimentos ditos promissores não tiveram o êxito esperado nas capitais brasileiras, causando um rombo milionário aos investidores. Na cidade de São Paulo, houve o fechamento dos principais parques, tais como o Playcenter, o Parque do Gugu, o Parque da Mônica, o Parque da Xuxa, além dos pequenos parques de bairro. Os brinquedos automatizados, típicos desses parques de bairro, atualmente, são utilizados em menor grau apenas em buffets infantis⁵.

Os parques de diversão que atendem aos moradores da cidade de São Paulo distanciaram-se para o interior. Com isso, o acesso tornou-se mais difícil. Cita-se

⁵ Restringindo, evidentemente, o acesso ao público infantil. Diferente dos antigos parques de bairro, que eram abertos a toda população.

como exemplo o Hopi Hari, parque localizado a aproximadamente 73 quilômetros da capital, na região de Vinhedo. Para utilizar o parque, além de pagar um ingresso de R\$ 99,00, há um valor de transporte individual de aproximadamente R\$ 40,00, utilizando ônibus que parte do terminal Barra Funda. Essa dificuldade ao acesso inviabiliza este tipo de entretenimento a grande parcela da população⁶. No caso dos parques menores (de bairro), é difícil analisar seus deslocamentos e fechamentos. A observação permite concluir apenas que já não existem, ou são muito raros na cidade de São Paulo. Esse tipo de estabelecimento demanda grande espaço urbano. A questão da valorização monetária do espaço mais uma vez vem à tona. Em um sistema de mercados, a competitividade desse tipo de estabelecimento não viável. Logo, é descartado ou deslocado. Lojas, shoppings, estabelecimentos comerciais são erguidos. A economia não considera valores subjetivos e emocionais, o que vale é a potencialização do lucro em um menor espaço físico.

Um fato interessante na desativação de alguns desses parques é a amenização dos casos por parte da mídia, tendo em vista que é comum haver grande comoção generalizada por parte da sociedade, em especial os jovens, com o fechamento desses estabelecimentos. Como exemplo, a matéria que anuncia o encerramento das atividades do parque da Mônica - "Parque da Mônica fecha as portas na terça-feira de carnaval" (G1, 2010) - é enfática, ao afirmar que as providências para a abertura de um novo parque já estavam sendo tomadas. O empresário Maurício de Souza publicava intensamente em seu *twitter* sobre a iminente reinauguração. O seguinte trecho é extraído de uma entrevista ao empresário:

A saída do parque do (Shopping) Eldorado, onde ficou instalado por 17 anos, não é o fim, garante o empresário. Outros três locais, não revelados, estão sendo estudados. Sousa adiantou que o novo parque terá "um toque de modernidade" (GLOBO, 2009).

O parque da Mônica permaneceu fechado por cinco anos, após acumular mais de R\$ 40 milhões em dívidas relacionados ao não pagamento de impostos. Foi reaberto em julho de 2015 após receber novos investimentos.

O caso do encerramento do Playcenter foi mais dramático para a população de São Paulo. A mídia anunciava uma breve suspensão das atividades para retorno de

⁶ Contudo, esse distanciamento é uma característica comum às grandes cidades, tomando como exemplo o complexo Disney, localizado a 32 quilômetros de Orlando.

outro parque. Em matéria do portal Globo, intitulada “Playcenter fecha e investirá R\$ 400 milhões em outro parque”, é retirado o seguinte trecho.

De acordo com o Grupo Playcenter, serão investidos R\$ 400 milhões entre pesquisas, projetos, instalações, atrações, início das operações e marketing. O empreendimento estará em pleno funcionamento durante a Copa do Mundo de 2014. Para isso, a data de inauguração está prevista para julho do próximo ano (2013). O Grupo Playcenter estuda levar esse modelo de Parque para outras capitais do Brasil (GLOBO, 2012).

No ano seguinte, 2013, o portal UOL notícias revela o verdadeiro destino do parque:

Por 15 votos favoráveis e um contrário, a Câmara Técnica de Legislação Urbanística da Prefeitura de São Paulo autorizou a construção de um megaempreendimento comercial de 14 mil metros quadrados na Marginal Tietê, em parte do terreno onde funcionava o Playcenter, na zona oeste. Serão duas torres comerciais de 34 andares cada, shopping, teatro, centro de convenções para 400 pessoas e heliponto (UOL, 2013).

Os comentários presentes em tal matéria expressam a revolta dos cidadãos paulistanos frente à nova decisão. Após quase cinco anos, o Playcenter continua inativo, com propostas vagas de uma possível reabertura na cidade de Olímpia, há 435 quilômetros da capital paulista. Em 2015 as duas primeiras torres residenciais construídas no antigo terreno do parque foram entregues. As motivações que induziram à negociação do terreno foram esclarecidas em matéria jornalística que afirma que “a valorização da Barra Funda fez com que empreendedores imobiliários fossem rápidos em negociar o destino do endereço marcado pelas atrações do parque” (R7, 2015). Na mesma matéria, Maurício Salles, diretor de incorporação da empresa responsável pela compra, explica os benefícios da transação:

O bairro reúne diversos fatores que justificam uma tendência a médio e longo prazo de elevação dos preços. É *uma região com grande potencial de adensamento e verticalização na cidade*, tem localização privilegiada no contexto urbano e está em processo de qualificação dos padrões de ocupação. A região ainda é beneficiada pela Operação Urbana Água Branca. Boa parte da cidade atualmente tem mais restrições para construção (R7, 2015, grifo nosso).

O potencial de “adensamento e verticalização” é benéfico aos especuladores, mas oferece consequências perigosas a uma região já saturada pelo trânsito e pela alta circulação.

O Hopi Hari enfrenta crises desde sua inauguração e passou longe do sonho ambicioso que motivou sua abertura, de reproduzir um parque de sucesso semelhante ao Magic Kingdom. Inaugurado em 1999, com um investimento de US\$ 200 milhões, o parque causou rápido prejuízo, chegando a uma dívida de R\$ 500 milhões em 2008 (Exame, 2012). Foi vendido no mesmo ao preço de 1 (um) centavo de real cada lote de 100 mil ações, acompanhado ainda de uma dívida a ser paga no valor de R\$ 180 milhões (Exame, 2012). Atualmente, o HopiHari continua sua trajetória decadente, com dívidas potenciais, que incluem um empréstimo a ser pago ao BNDS no valor de R\$ 193 milhões. Foi noticiado, inclusive, um pedido de busca e apreensão de uma montanha-russa, a fim do saneamento de partes destas dívidas (Istoé Dinheiro, 2016). Mesmo ocupando o patamar de um dos maiores parques da América Latina, o HopiHari mostrou, novamente, a dificuldade que essa vertente da indústria do entretenimento encontra em se adaptar e se manter no contexto das cidades brasileiras.

A cidade do Rio de Janeiro passou por um processo semelhante, com a falência do megaprojeto Parque Terra Encantada (conhecido como a “Disney carioca”) e do Tivoli Park como principais exemplos. O parque Terra Encantada encerrou suas atividades em 2010 com dívidas estratosféricas. Em matéria acerca do falecimento do empresário Tjong Hiong Oei, ex-dono do terreno e idealizador do projeto, é relatado que apesar de seu sucesso empresarial (atraindo para seus terrenos empreendimentos como o BarraShopping, o Carrefour Barra, o condomínio Nova Ipanema e o Casa Shopping), teve que vender sua última propriedade para quitar as dívidas daquele que foi o “grande mau negócio da sua vida: o Parque Terra Encantada” (Globo, 2012). O terreno do parque foi vendido em 2013 pelo valor aproximado de R\$ 1,5 bilhão (Globo, 2016). Em entrevista a um portal de notícias, o estudante Rafael Studart apresenta o seguinte relato: “Quando passo em frente, sinto tristeza. Quando houver prédios, dará uma dor no coração. A memória de quem frequentava o local foi apagada.” (Globo, 2016). No caso do Tivoli Park, o prefeito César Maia decretou seu fim em 1995, após um incidente em uma atração. Contudo, em entrevista à revista Trip (2014), Orlando Orfei, ex-dono do parque, afirmou

acreditar em motivos relacionados à especulação imobiliária na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Há, em todo o contexto histórico dos parques de diversão, uma série de dificuldades, como os problemas do complexo Disney na década de 1980 (nos EUA) e a dificuldade de implantação de novas unidades em outros países, tendo como principais entraves os conflitos culturais (Trigo, 2003). Contudo, uma hipótese plausível de sustentação do complexo Disney encontra-se também no valor simbólico de sua marca.

(...) o Santo Graal da economia do entretenimento é o fenômeno. O mais raro e preciso tipo de sucesso é aquele mais do que bem aceito pelo público. Ele redefine o próprio conceito de sucesso, permeia a sociedade e influencia vários estilos de vida (Trigo, 2003, p.166).

Os motivos que conduzem ao fracasso desses parques nas metrópoles são complexos, sendo a alta valorização do terreno por fins de especulação imobiliária apenas uma das hipóteses. A alta taxa de impostos sobre os equipamentos importados, a falta de uma rede de turismo com a infraestrutura adequada em suas proximidades e, até mesmo, uma falta de costume relacionada à “cultura do parque”, em um país de ampla diversidade natural podem ser fatores relevantes nesses casos de insucesso. Em matéria jornalística intitulada “Parques de diversão viram ‘mico’ entre investidores no Brasil” (Terra, 2009) é descrito que mesmo os investidores continuam sem saber o que deu errado.

Alguns culpam a estratégia de marketing, outros culpam os próprios investidores que não quiseram dar um pouquinho mais para fazer o negócio funcionar. Há quem acuse o brasileiro por suas opções de entretenimento, trocando um dia no parque por um passeio no shopping center ou um dia inteiro na frente da TV (TERRA, 2009).

Ainda na matéria, Carlos Rosa, diretor de participações da FUNCEF (Fundação dos Economistas Federais), afirma acreditar que “teremos um segundo ‘round’ no segmento, como aconteceu na hotelaria” (Terra, 2009). É difícil apostar em quando esse ramo da indústria do entretenimento terá fôlego para tentar um novo crescimento.

Dado o contexto e considerada toda a complexidade do tema, a análise é a da perda das opções lúdicas para a cidade, com o deslocamento, ou a falência desses

empreendimentos. Em defesa do nicho⁷, é preciso romper o preconceito que trata de forma pejorativa a aparente infantilização das atrações de ludicidade e divertimento. Os parques de diversão são importantes constituintes do universo lúdico de uma cidade e devem constituir as análises e os estudos acerca do lazer. A defesa da ludicidade vai na contramão da seriedade laboral ideológica que permeia as cidades globalizadas, em especial, nos países em desenvolvimento. A aceitação da importância do lúdico, como fator de desenvolvimento, é prova cabal de maturidade de uma sociedade.

O neo-adulto que se libera na Euro Disney não recai na infância, ele se diverte em infantilizar-se, em suspender o real num espaço-tempo limitado, brinca “de crer, de se fazer crer ou de fazer os outros crerem que é diferente de si próprio. Ele esquece, disfarça, põe de lado passageiramente sua personalidade para fingir uma outra (LIPOVETSKY, 2007, p. 72)

É sensato reconhecer que “a verdadeira civilização não pode existir sem um certo elemento lúdico” (Huizinga, 2012, p. 234), e o uso da tecnologia em prol da criação de novas sensações de satisfação e vertigem é fator de desenvolvimento das práticas de lazer.

Os parques de diversão agregam a oferta de lazer do ambiente urbano. Quando estes se vão, há um sentimento de perda para a cidade. Novos prédios comerciais surgem, tradicionais estabelecimentos de entretenimento se vão. O acesso ao lazer é restringido com o fim desses estabelecimentos. A cidade torna-se cada vez mais funcional em relação ao trabalho e a um lazer restrito às banalidades cotidianas. O fim dos parques de diversões em São Paulo caracteriza um distanciamento da atividade lúdica do cotidiano do cidadão paulistano.

3.1.3 Limitação do lúdico: a insuficiência dos parques urbanos

Os parques urbanos são espaços fundamentais para o desenvolvimento sadio de uma sociedade. São espaços de lazer, de socialização, agregadores de beleza estética e consequente beneficiadores de saúde mental a uma comunidade. No

⁷ Nunca rompendo com a análise crítica da ganância, monopolização e afins, pertinentes a qualquer empresa em funcionamento sob a ótica neoliberal.

entanto, a expansão inconsciente do ambiente urbano das principais metrópoles desconsiderou a influência das áreas verdes no processo de bem-estar humano. O horizonte cinzento prepondera sobre a paisagem. O ambiente natural é suprimido com o processo de valorização do espaço. De acordo com Milton Santos, há, nesse contexto, a criação de um meio geográfico artificial:

Se até mesmo nos inícios dos tempos modernos as cidades ainda contavam com jardins, isso vai tornando-se mais raro: o meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo (SANTOS 1988, p. 16).

A cidade de São Paulo, altamente urbanizada, enfrenta o desafio da preservação de seus parques urbanos e áreas verdes. De acordo com matéria divulgada, São Paulo só atingiria os 12m² de área verde de lazer por habitante, recomendado pelo OMS⁸ (Organização Mundial de Saúde), se considerasse as matas dos extremos, pois mantém em sua mancha urbana apenas 2,6m² de área verde de lazer por habitante (Estadão, 2012). Alguns bairros chegam ao ponto crítico de possuir apenas 0,35m² por habitante, como no caso da Mooca. A matéria reforça ainda que a dificuldade da prefeitura em relação à ampliação desses espaços é a supervalorização dos terrenos.

Além de insuficientes, os espaços dos parques urbanos são desconexos da urbanidade paulistana. De acordo com Szeremeta e Zannin (2013), a proximidade dos parques é um dos principais motivadores para suas visitas. O deslocamento torna-se, portanto, outra forma de dificuldade para o acesso ao lazer em tais parques, visto que o trânsito é um reconhecido problema paulistano, com velocidade média de 22,1 km/h pela manhã e 18,5 km/h durante a tarde (CET, 2013).

A necessidade de tal deslocamento corrobora também uma forma de exclusão de acesso aos parques: os bairros de classe média e alta possuem mais praças e pontos verdes do que os localizados na periferia (Costa e Camargo, 2012). Tal exclusão, possivelmente, potencializou a organização de fenômenos como o do “rolezinho”, ocorrido em São Paulo, quando jovens da periferia organizaram encontros

⁸ Contudo, apesar de amplamente difundido pela mídia e mesmo por revistas científicas, não há confirmação de que a OMS tenha estabelecido esse índice, conforme constatado por Costa (2012). Além disso, o suposto índice abrangia áreas de recreação inviável, como os canteiros de avenida, como observa este autor.

em shoppings centers, dada a deficiência de pontos de lazer e encontros em suas regiões.

A criação de novos parques urbanos encontra seus maiores vilões na cidade de São Paulo: a escassez e o alto valor do terreno. Apenas o terreno do parque Villa-Lobos, que pertencia à família Abdalla, custou R\$ 1,3 bilhão aos cofres públicos (Estadão, 2002). Outro exemplo da luta pelo espaço para implantação de praças e parques ocorre no caso do terreno do suposto “Parque Augusta”. Há uma longa batalha judicial entre a prefeitura e os proprietários do terreno, que ocasionou em intensa movimentação social. O terreno representa uma área de 24 mil m², desocupada há mais de 40 anos. Os valores de multa e indenizações pelo fechamento ilegal do terreno já ultrapassam o valor do próprio terreno. Mesmo assim, a Prefeitura de São Paulo ofereceu R\$ 40 milhões pela desapropriação deste, em maio de 2016, e não obteve sucesso (G1, 2016).

O acesso a áreas verdes e a um lazer livre de pressões consumistas é prejudicado com a dificuldade da implantação de parques na metrópole paulistana. A beleza da cidade é empobrecida. A saúde mental dos cidadãos prejudicada. Praças e parques não são locais de grandes transações financeiras, são locais propícios à vivência e à convivência. As áreas verdes são marginalizadas diante do frenesi tecnodesenvolvimentista. Deste modo, “o urbanismo predominante absorve, como complemento ideológico, o que se submete ao carácter urbano sem, no entanto, levar na frente os estigmas da sociedade de mercado” (Adorno, 1970, p. 38). No contexto desta ideologia, não há espaço para o tido como supérfluo frente ao funcionalismo urbano normatizado pelo mercado.

Chegou o momento de virar as costas ao urbanismo funcionalista: por exemplo, para contrariar a inospitalidade e frieza dos cenários citadinos, uma verdadeira política urbana deve devolver toda a força de convivialidade à praça pública. Encarnando ao mesmo tempo a ágora, em que se debatem as questões da cidade, e o recanto da felicidade colectiva para uso privado que o largo ou a praça de bairro são, a praça é o lugar das trocas e dos encontros, da cidade com dimensão humana, da verdura num mundo de betão e vidro. (LIPOVETSKY e SERROY, 2010, p. 218)

A consciência da importância dos parques urbanos à cidade deve se fazer presente no seu planejamento futuro. As áreas verdes abrem margem ao convívio social, às atividades contemplativas e de lazer, rompendo com a paranoia cotidiana

da megalópole globalizada⁹. A implantação de parques pela cidade, além de importante questão referente à ampliação do acesso ao lazer, é uma questão de saúde pública.

3.2 Por uma nova abordagem da questão urbana

A cidade de São Paulo é reconhecida como polo financeiro nacional. São realizados cerca de 90 mil eventos de negócios por ano, um a cada seis minutos. Abriga a maior bolsa de valores da América do Sul e 38 das 100 maiores empresas privadas de capital nacional (Visite São Paulo, 2014). Os números da cidade de São Paulo relacionados a negócios e a destacam no cenário nacional. Contudo, esse destaque mercadológico interfere não apenas na economia da cidade, mas também na ideologia que constitui seu desenho urbano.

A centralização de grande parcela das atividades econômicas nacionais em uma única metrópole interfere diretamente na construção de seu espaço urbano. A valorização financeira do espaço privilegia os interesses do mercado, que giram em torno da potencialização do lucro e não do processo de construção de um ambiente urbano de bem-estar comum. Nesse contexto, há uma superexploração do espaço, que busca ampliar as possibilidades de lucratividade, ignorando aspectos essenciais ao desenvolvimento de uma sociedade, como espaços de convivência e lazer.

Diante desta supervalorização do espaço urbano, as atividades de lazer, entretenimento e recreação, que necessitam de maior amplitude para serem realizadas, sofrem de um processo de segregação, limitação ou deslocamento. Os estabelecimentos privados de entretenimento que demandam de certa amplitude de espaço físico para realização de suas atividades não atingem competitividade econômica suficiente frente à alta dos imóveis. Os estabelecimentos públicos, como parques e praças, de promoção de acesso ao lazer para a população, além de insuficientes, não acompanham o crescimento populacional constante, tornando-se cada vez mais escassos. A ideologia do trabalho centralizado e da primazia do mundo financeiro sobre a sociedade descompõem um cenário urbano que deveria abranger

⁹ É importante destacar que a crítica apresentada neste capítulo é referente aos benefícios sociais das áreas verdes. A questão ecológica, discutida pelos estudos acerca da sustentabilidade, é outro fator de importância vital para a sociedade. Contudo, careceria de uma abordagem exclusiva, dada a relevância do tema.

todas as necessidades fundamentais para a emancipação humana. Predomina, portanto, “um modelo de cidade que nega a possibilidade de uso do espaço público e intensifica a privatização da vida, o fechamento e a homogeneização dos espaços e que nos está levando à desorganização social e ao caos urbano” (Rolnik, 2000, p.184). Um cenário empobrecedor, que transforma o bem público em sinônimo de descaso, fator que influencia de forma negativa o modo de viver dos cidadãos.

Ao fim e ao cabo, o mau uso dos bens públicos desperta mais indignação do que o uso dos bens particulares. Com efeito, de que os consumidores se queixam mais frequentemente? Dos engarrafamentos de trânsito, das praias superlotadas, do processo de descaracterização da paisagem natural por obra das construtoras de edifícios ou da invasão de turistas, da repugnante promiscuidade nos transportes coletivos, do barulho dos vizinhos, etc. Em outras palavras, o que gera decepção não é tanto a falta de conforto pessoal, mas a desagradável sensação de desconforto público (...). (LIPOVETSKY, 2007, p. 29)

O espaço urbano que se desenha de acordo com os ditames da sobrevalorização cultural do trabalho pode acabar por negar a beleza, que é parte constituinte ao bem-estar da estrutura psíquica humana. O deslumbramento com as belezas da cidade é capaz de, por si só, promover um lazer estético. Assim como a linguagem faz uso de uma representação estética para definir fatores subjetivos, as subjetividades de uma cidade podem estar representadas na estética de seu espaço urbano.

A facilidade com que somos capazes de ligar o mundo psicológico com o externo, visual e sensorial, semeia a nossa linguagem com metáforas. Podemos falar de alguém que é enrolado ou sóbrio, mole ou duro. Podemos desenvolver um coração de aço ou um humor negro. Podemos comparar uma pessoa com um material como concreto ou uma cor como vinho e ter certeza de que estamos transmitindo algo sobre sua personalidade. (DE BOTTON, 2006, p. 90).

As dimensões estéticas, promotoras da beleza, devem constar no planejamento de uma cidade que pretenda usar o termo “desenvolvimento” de forma legítima, ou seja, não apenas como representação de um mero avanço do contexto

urbano funcionalista e disforme¹⁰. O acesso ao lúdico, ao lazer, deve constituir esse cenário urbano para a formação de uma sociedade desenvolvida. Por meio da consciência individual e do efetivo papel do Estado, esse processo de desintegração dos valores humanos com um desenho urbano excludente deve ser interrompido e revertido. A ruptura com uma ideologia que despreza a sociedade como um todo se faz urgentemente necessária. As palavras de Alexandre Koyré (2001) devem ser consideradas neste momento, de que não é do trabalho que surge a civilização, mas sim do tempo livre e do jogo (lúdico).

¹⁰ Neste caso, é possível uma analogia com o cinema. A Gotham City de Batman é uma representação do ambiente caótico de um crescimento desregulado oriundo de uma civilização hipercapitalista, violenta e sombria, com seus arranha-céus aglomerados em conjunto com um emaranhado de viadutos que se interpõem, demonstrando alta poluição visual. Já a cidade do futuro idealizada por filmes como Star Trek (2009, 2013), Elysium (2013), entre outros, é representada por um ambiente de alta valorização estética, repleta de grandes áreas verdes, esculturas, prédios de grande beleza arquitetônica, baixa ou nula existência de muros, ampla utilização de vidro tendo o cenário urbano como fundo, etc.

4 Método

A análise das problemáticas do cotidiano atual não reflete uma posição pessimista, mas uma indução a uma reflexão transformadora, pois “quando não há problemas, não pensamos, só usufruímos. (...). Pensamos quando nossa ação foi interrompida” (Alves, 2012, p. 35).

Parece-nos sensata a proposta de Feyerabend (2007) acerca do método, ou da negação do método absoluto. Negação esta que não conduz a uma recusa na utilização dos métodos de pesquisa, mas sim à consideração de que não há um método capaz de abranger a totalidade dos problemas.

Concebido dessa maneira, o conhecimento não é uma série de teorias autoconsistentes que converge para uma concepção ideal; não é uma aproximação gradual à verdade. É, antes, um sempre crescente oceano de alternativas mutuamente incompatíveis [grifo do autor], no qual cada teoria, cada conto de fadas e cada mito que faz parte da coleção força os outros a uma articulação maior, todos contribuindo, mediante esse processo de competição, para o desenvolvimento de nossa consciência (FEYERABEND, 2007, p. 41).

Essa ruptura com um modelo hegemônico de análise entende que este favoreceria uma análise parcial do problema, não dando chances à compreensão do todo. É uma proposta que visa entender a complexidade do todo, conforme expresso pela teoria abordada por Morin (2011).

A complexidade coincide com uma parte de incerteza, seja proveniente dos limites de nosso entendimento, seja inscrita nos fenômenos. Mas a complexidade não se reduz à incerteza, é a *incerteza no seio de sistemas ricamente organizados* (MORIN, 2011, p. 35, Grifos do Autor).

Dadas estas considerações, utilizou-se para o desenvolvimento deste projeto a pesquisa bibliográfica interdisciplinar, não abordando apenas autores pertencentes ao âmbito acadêmico do lazer e do turismo, mas também autores de áreas que analisam estes objetos por meio de outras perspectivas. Com isso, pretendeu-se ampliar a gama de interpretações da realidade analisada a fim de se limitar ao âmbito de uma vertente exclusiva.

Para os documentos e as entrevistas semiestruturadas, foi aplicada a análise de conteúdo, a fim de interpretar e de descrever os conteúdos expressos e as respostas. A análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), será aplicada no intuito de explicar e sistematizar informações com a consequente atribuição de um ou mais significados, com bases dedutivas, respaldadas pela sua origem (autor), pelas suas consequências (efeitos) e pelo contexto onde foi produzida. Com isso, compreende-se a análise de conteúdo como “o tratamento dos dados, a inferência e a interpretação, por fim, objetivam tornar os dados válidos e significativos” (Gil, 2008, p. 153). A análise de conteúdo é composta por critérios variados, dentre estes: subjetividade, questões formuladas, objeto ou *corpus* da análise, objetivos da pesquisa, contexto e isenção científica do pesquisador (Barros e Lehfeld, 1991; Moraes, 1994).

Desta forma, optou-se pela aplicação de questionários, de caráter qualitativo, em pelo menos 21 mulheres bancárias, a fim de adquirir uma melhor compreensão de suas perspectivas acerca da relação lazer e trabalho e seus anseios pessoais para ampliação da qualidade de vida. As perguntas constituintes desta pesquisa abordaram temas como: a qualidade de lazer na cidade de São Paulo; o equilíbrio entre lazer, trabalho e obrigações pessoais; a condição do lazer na cidade de São Paulo. Os resultados obtidos são confrontados com as análises presentes no referencial teórico para a formulação das conclusões.

Em relação à análise das mulheres bancárias e de todo o contexto que abrange a questão que envolve seu tempo de lazer, foi realizada uma pesquisa exploratório-qualitativa, a fim de ampliar a compreensão dos fatos que compreendem o fenômeno abordado (Severino, 2013). A abordagem qualitativa (Marconi e Lakatos, 2006) foi escolhida como norteadora desta pesquisa, em razão da sua maior capacidade em obter as características subjetivas dos entrevistados, tratando-se de uma questão com uma construção complexa de saberes, como o lazer. De acordo com Gil (2008), a pesquisa de natureza exploratório-qualitativa tem maior familiaridade com o problema, ampliando sua compreensão e abrindo margem à construção de novas hipóteses. O autor propõe que trabalhar com uma amostra probabilística é o mais frequente quando o universo de pesquisa é amplo e bem conhecido. Nesse contexto, o número de participantes foi definido também a partir da

teoria de saturação de amostra (Scott, 2007), visto que em dado momento os padrões de resposta se mantiveram consideravelmente constantes.

5 Análise dos Resultados de Pesquisa

A fim de evidenciar ou contrapor as ideias defendidas neste texto, foram aplicados 21 questionários as trabalhadoras bancárias. A princípio, foram indagados aspectos para representação do público a ser entrevistado, sendo estes a faixa etária, o estado civil, o nível de escolaridade, em qual banco trabalha e qual o cargo ocupado.

Quadro 02 - Idade

Idade	Quantidade	Porcentagem
18 a 25	3	14,3%
26 a 30	7	33,3%
31 a 35	8	38,1%
36 a 40	2	9,5%
41 a 45	1	4,8%
Total	21	100%

Fonte: Elaboração Própria (2016)

A faixa etária predominante nas respostas foi a que vai dos 31 aos 35 anos (38,1%) acompanhada de perto pela faixa etária que vai dos 26 aos 30 anos (33,3%). De forma geral, a idade predominante (71,4%) das entrevistadas está entre os 26 e 35 anos.

Quadro 03 – Estado civil

Estado Civil	Quantidade	Porcentagem
Solteira	9	42,9%
Casada	10	47,6%
Separada/Divorciada	2	9,5%
Total	21	100%

Fonte: Elaboração Própria (2016)

O estado civil das entrevistadas aparenta uma divisão equilibrada, com as casadas representando a maior parte (47,6%) seguidas pelas solteiras (42,9%).

Quadro 04 – Escolaridade

Escolaridade	Quantidade	Porcentagem
Ensino Médio Completo	1	4,8%
Superior Incompleto	8	38,1%
Superior Completo	11	52,4%
Outros	1	4,8%
Total	21	100%

Fonte: Elaboração Própria (2016)

O nível de escolaridade predominante foi o superior completo (52,4%) acompanhado pelo superior incompleto (38,1%). Uma candidata alegou ter pós-graduação completa e outra o ensino médio completo.

Quadro 05 – Instituição bancária

Banco	Quantidade	Porcentagem
Bradesco	8	38,1%
Itaú Unibanco	9	42,9%
Santander	4	19%
Total	21	100%

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Em relação aos bancos em que trabalham, houve o predomínio da tríade Itaú (42,9%), Bradesco (38,1%) e Santander (19%), as três maiores instituições bancárias privadas do país. Nenhuma das entrevistadas afirmou trabalhar em banco públicos ou em bancos privados de menor escala.

Quadro 06 - Cargo

Cargo	Quantidade	Porcentagem
Caixa	2	9,5%
Operacional	4	19%
Analista	11	52,4%
Gerente	2	9,5%
Outros	2	9,5%
Total	21	100%

Fonte: Elaboração Própria (2016)

O cargo de analista (52,4%) representou mais da metade das entrevistadas, seguido do cargo operacional (19%) consideravelmente abaixo.

Após as verificações que orientam acerca da identidade das participantes, as perguntas referentes ao tema em questão, sobre lazer, trabalho e qualidade de vida na cidade de São Paulo foram aplicadas. A primeira questão a ser respondida sobre as prioridades em seus tempos livres.

Tabela 04: Prioridades em seu tempo livre

01 - Meu filho
02 - Meu filho
03 - Meu filho
04 - Família
05 - Família
06 - Sair com meu noivo, amigos, família, cinema, teatro, bares, shows.
07 - Ficar com meus filhos
08 - Filhos
09 - Estudar, cuidar da casa, sair as vezes
10 - Ficar com minha família.
11 - Descansar
12 - Meu filho, minha família, igreja e atividades físicas
13 - Ficar com a família
14 - Estudos, passeios
15 - Filhos, marido e cuidados do lar
16 - Descansar, sair com os amigos etc.
17 - Passear com meus filhos.
18 - Me divertir
19 - Lazer, sair com amigos, ir à igreja
20 - Cuidar do meu filho, sair com amigos...
21 - Família e amigos

Fonte: Elaboração Própria (2016)

As prioridades evidentes entre as entrevistadas são os filhos e a família. Dentre as 21 respostas fornecidas, 15 estão relacionadas ao ato de estar com os filhos, o cônjuge e a família de modo geral. Em relação ao lazer, 7 respostas têm relação direta ou indireta com tais atividades e 2 respostas relacionadas diretamente ao ócio (descanso). Dentre as 15 respostas relacionadas a filhos e família, 10 não tem nenhum complemento referente à atividades de lazer (por mais que o ato de estar com os filhos possa ocasionar pequenos lazers domésticos). Essa situação pode estar relacionada às críticas referentes ao excesso de trabalho no primeiro capítulo e às dificuldades de locomoção na cidade. A escassez do tempo na sociedade contemporânea possibilita que se dedique o tempo apenas àquilo que seja

considerado fundamental, costumeiramente, a família e os filhos. A objetividade dessas respostas abre margem à interpretação de que tenha que ser feita uma escolha: ou ficar com a família, ou desfrutar das práticas de lazer.

A pergunta seguinte foi referente à sensação de stress por parte das participantes e, em caso positivo, se isso se relacionava ao trabalho.

Quadro 07: Você considera sua rotina estressante? Seu trabalho é um fator de stress?

01 - Sim	12 - Sim
02 - Sim	13 - Às vezes sim.
03 - Sim	14 - Varia conforme os projetos e fases
04 - Sim	15 - Sim. Sim
05 - Sim	16 - Geralmente sim
06 - Sim, as vezes	17 - Um pouco. sim.
07 - Sim, as vezes	18 - sim e sim
08 - Não	19 - Nem sempre
09 - Não	20 - Quase sempre
10 - Sim.	21 - Casualmente sim
11 - Ocasionalmente sim.	

Fonte: Elaboração Própria (2016)

As respostas desta questão confirmam a alarmante crítica apresentada no primeiro capítulo acerca da era das doenças neuronais, conforme proposto por Han (2015). Em 21 respostas, 18 afirmam que o stress é um fator presente em sua rotina, ocasionado, principalmente, pelo trabalho. A predominância das respostas afirmativas nesse caso nos conduz a reforçar a crítica apresentada no primeiro capítulo em relação à necessidade iminente de ruptura com esse modelo caótico disseminado pela sociedade do desempenho. A abordagem do lazer como fator constituinte fundamental à qualidade de vida é de extrema importância. Aliás, uma nova abordagem do cotidiano, além de importante, é urgente, pois as pesquisas que apontam o alastramento das doenças psíquicas nos distanciam de qualquer possibilidade de otimismo.

Seguindo a temática, a seguinte questão abordou a percepção acerca do bem-estar do outro, nesse sentido, do colega de trabalho. Com isso, buscou-se entender, além da perspectiva interna, a externa, para efeito de comparação.

Quadro 08: Em sua opinião, seus companheiros (as) de trabalho costumam apresentar satisfação com suas rotinas cotidianas?

01 - Não	12 - não
02 - Não	13 - não
03 - Não	14 - Às vezes não.
04 - Não	15 - Sim.
05 - Sim	16 - Nao
06 - Sim	17 - A maioria não
07 - Sim	18 - Sim, costumam.
08 - Não	19 - A maior parte não
09 - Não	20 - Alguns não.
10 - Nem sempre	21 - sim
11 - Nem sempre	

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Neste quesito houve novamente uma predominância dos fatores de insatisfação com o cotidiano, com 11 resposta diretamente negativas em relação à satisfação com suas rotinas, 4 respostas indiretamente negativas e 6 positivas. Além da insatisfação pessoal com o cotidiano e a grande ocorrência da sensação de stress, a percepção da insatisfação do cotidiano alheio também é considerável. Fator novamente passível de relação com as consequências psicossociais da pós-modernidade, onde há um mal-estar presente na civilização (Freud, 1996), que aparentemente tem se alastrado com as novas imposições da cultura do trabalho e do desempenho.

Em seguida sugeriu-se uma questão de múltipla escolha com duas alternativas, acerca das prioridades na vida das entrevistadas. Essa questão abordava a questão da escolha entre expansão do tempo livre ou do salário, caso houvesse essa possibilidade.

Quadro 09: Na atual circunstância, o que você consideraria mais importante para a melhoria do seu bem-estar?

Opção	Quantidade	Porcentagem
Aumento do tempo livre	10	47,6%
Aumento do salário	11	52,4%

Fonte: Elaboração Própria (2016)

As respostas dessa questão culminaram num evidente equilíbrio, com 52,4% das entrevistadas priorizando o aumento do salário em contraposição com 47,6% que priorizaram a expansão do tempo livre. A leve primazia do aumento do salário pode ser relacionada com as críticas apresentadas no segundo capítulo, relacionadas às questões da economia contemporânea. A trabalhadora brasileira sofre as consequências da financeirização do mundo, decorrente do avanço global da economia de mercado. Conforme a crítica apresentada, o ônus da prevalência desse sistema recai diretamente sobre o trabalhador médio. Cabe ainda a consideração de que a expansão do salário pode estar associada à tendência consumista crescente no mundo globalizado, que condiciona, inclusive, o tempo de lazer a práticas consumistas¹¹. Contudo, há uma forte tendência em relação ao desejo de ampliação do tempo livre, provavelmente, impulsionada pela insatisfação crescente com o cotidiano. Por estar em contraposição numa quase similaridade a algo tão caro ao indivíduo, o aumento do salário, é possível perceber que o tempo é um bem de alto valor na sociedade contemporânea.

A análise do tempo livre permanece na questão seguinte, ao questionar sobre o fator de maior identificação deste com a trabalhadora bancária: um tempo de recarregar as energias para o retorno à rotina, ou um tempo para satisfazer suas necessidades pessoais e atender suas ambições relacionadas ao lazer.

Quadro 10: Qual fator se identifica mais com seu tempo livre?

Opção	Quantidade	Porcentagem
Um tempo de recarregar as energias para o retorno à rotina.	10	47,6%
Um tempo capaz de satisfazer as suas necessidades pessoais e atender suas ambições relacionadas ao lazer.	11	52,4%

Fonte: Elaboração Própria (2016)

¹¹ É importante destacar que a crítica ao consumismo é referente a este como condição patológica. O acesso ao consumo pode ser fator de representatividade de um desenvolvimento socioeconômico importante ao bem-estar e ao lazer, conforme observado por Lipovetsky (2007).

Novamente as respostas foram equilibradas. No entanto, apesar da ligeira margem de diferença, a opção majoritariamente escolhida pode ir na contramão a algumas críticas apresentadas ao longo dos capítulos anteriores. Deste modo, é possível destacar algumas hipóteses acerca dessa percepção por parte expressiva das entrevistadas: a cultura do trabalho, que conduz o lazer a posição subalterna na sociedade, apregoa certo conformismo com o cotidiano tal como ele é. As ambições relacionadas ao lazer limitam-se aos cuidados familiares e domésticos, conforme expresso no resultado da sexta pergunta, o que induz que a ideia de lazer de forma mais abrangente é um privilégio destinado às férias ou aos feriados prolongados; elas têm realmente suas necessidades de lazer atendidas em seus tempos livres disponíveis.

A questão seguinte é relacionada com as possibilidades de lazer na cidade de São Paulo com o salário atual.

Quadro 11: Em sua opinião, é possível desfrutar de um tempo de lazer de qualidade com seu salário atual na cidade de São Paulo?

01 - Sim	12 - Não
02 - Sim	13 - Não
03 - Sim	14 - Sim.
04 - Sim	15 - Sim.
05 - Sim	16 - Nunca
06 - Sim	17 - Nem sempre
07 - Sim	18 - Não
08 - Não	19 - Às vezes
09 - Não	20 - Atualmente não.
10 - Não	21 - Muito relativo, depende do lazer
11 - Não	

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Em outro resultado equilibrado, houve 9 respostas diretamente negativas e 9 diretamente positivas. É possível considerar o termo “nem sempre” como indiretamente positivo, dado o seu caráter de constante possibilidade mediante a algumas exceções de negação, e o termo “às vezes” como indiretamente negativo, dado seu caráter de constante negação mediante a algumas exceções de possibilidade. A resposta referente à relatividade da questão pode ser dada como neutra. De todo modo, ao considerarmos a terceira e a quinta questões, referentes a grau de escolaridade e cargo na empresa, temos que as entrevistadas constituem, em

sua maioria, um quadro de funcionárias de formação superior em cargos administrativos, como o de analista, de considerável relevância. Uma margem de 50% de negação em relação ao desfrute de um lazer de qualidade com o salário atual na cidade de São Paulo é um fator passível de crítica. Esse fato condiz com a crítica abordada no segundo capítulo, acerca das intempéries econômicas contemporâneas. É também condizente com as críticas abordadas no terceiro capítulo referentes às limitações da cidade, no sentido da condominialização – elitizando o acesso ao lazer devido a ineficiência pública -, aos deslocamentos aos atrativos de entretenimento de grande porte e a insuficiência dos parques, fatores de limitação ao lazer na cidade de São Paulo e seu consequente encarecimento.

A fim de esclarecer os anseios em relação ao lazer por parte das entrevistadas, a pergunta seguinte possibilitou uma resposta aberta, onde elas poderiam esclarecer quais os fatores consideráveis prejudiciais ao lazer na cidade de São Paulo em suas opiniões.

Tabela 05: Fatores prejudiciais ao lazer em relação à cidade.

01 - Segurança e preços
02 - Segurança e preços
03 - Stress, trânsito, pessoas mal educadas.
04 - Trânsito e segurança
05 - Precos
06 - Segurança e preços.
07 - Trânsito
08 - Trânsito, preços.
09 - Preços e disponibilidade
10 - Trânsito, disponibilidade, variedade de opções
11 - Trânsito, falta de segurança, locais lotados, falta de opções seguras, falta de cidadania das pessoas
12 - Trânsito
13 - Trânsito e falta de transporte público de qualidade
14 - Segurança e trânsito
15 - Segurança e falta de opções para casais com filhos
16 - Trânsito e preços.
17 - Trânsito, Segurança, falta de opções.
18 - Preços
19 - Preços, falta de opções
20 - Trânsito, opções de lazer públicas são lotadas ou chatas.
21 - Segurança, preços, trânsito, lotação.

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Com algumas exceções, o padrão de crítica ao lazer é relativamente parecido entre as respostas. O trânsito é o principal apontado como vilão do lazer na cidade contemporânea. É importante entender que estar no trânsito significa perder tempo. A crítica ao trânsito na cidade é referente também a uma cidade que não tem tempo a perder. Apesar do empate na questão anterior, sobre a possibilidade de um lazer de qualidade com o salário atual, o preço aparece como segundo colocado, sendo citado em 10 respostas. Pode-se entender que, mesmo que o salário permita o desfrute, o acesso ao lazer na cidade de São Paulo é potencialmente caro. Em seguida, outra questão tão pertinente às mulheres, conforme apontados nos dados do segundo capítulo acerca das altas taxas de homicídio e estupro no país, é o medo da violência, que aparece em 9 respostas. As atividades externas de lazer são extremamente prejudicadas num ambiente urbano aterrorizado pela violência. As demais questões como falta de opções, má educação das pessoas e lotação nos equipamentos e locais de lazer são apontados como entraves na prática¹².

A próxima questão está atrelada ao debate de gênero, tendo em vista a análise do pressuposto de que a dupla jornada de trabalho feminina desencadearia em fator prejudicial ao seu tempo de lazer.

Tabela 06: Você acredita que, como mulher, é prejudicada na questão do equilíbrio entre lazer e trabalho em relação ao homem?

01 - Sim
02 - Sim
03 - Sim
04 - Sim
05 - Sim
06 - Não
07 - Não
08 - Não
09 - Não.
10 - Sim, porque a mulher tem diversas tarefas, casa, trabalho, filhos e marido.
11 - Nao
12 - sim, pelas atividades de casa e com filhos
13 - Com certeza
14 - Não
15 - Agora não mas quando casar sim
16 - Sim pois os cuidados dos filhos ficam pra mulehr
17 - Talvez.
18 - Sim.

¹² É importante considerar que a questão da locação nos equipamentos e locais de lazer a até fatores como o trânsito poderiam ser potencialmente amenizados se levadas adiante as propostas de nova organização do trabalho em horários flexíveis, conforme proposto por Krippendorf (2009), Camargo (1998) e De Masi (2000).

19 - não

20 - Sim por cuidar da casa.

21 - Um pouco

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Os resultados dessa questão relacionam-se com a crítica referente à dupla jornada de trabalho feminina, obtendo 13 respostas positivas, sete negativas e uma neutra. Apesar dos consideráveis avanços, a crítica de gênero pertinente aos prejuízos sociais, derivados do acúmulo de funções da mulher é ainda pertinente à sociedade. Neste contexto, o desfrute do tempo de lazer é reprimido pela desigualdade de gênero, que é reduzida, mas a curtos passos. Para a promoção do lazer da mulher, é preciso romper com os velhos paradigmas.

Por fim, abriu-se a possibilidade para as entrevistadas exporem as propostas que, em suas opiniões, seriam relevantes para a melhoria das condições de lazer por parte do Estado.

Tabela 07: Para um melhor equilíbrio entre sua vida pessoal e profissional, qual (ais) medida (s), a serem tomadas por parte do poder público, você consideraria importante?

01 - Segurança.

02 - Diminuir a carga horária

03 - Leis mais justas

04 - A baixa do valor dos produtos no mercado.

05 - Melhoria no transporte

06 - Redução da carga horária

07 - Redução dos preços

08 - Diminuir a jornada de trabalho

09 - Diminuição da carga horária de trabalho.

10 - Maior segurança e educação de civildade

11 - Redução da carga horária para 6 horas

12 - Mudança na carga horária, alternativas como home office (incentivos fiscais)

13 - Melhorar a segurança e o trânsito

14 - Aumentar segurança e construir mais parques públicos

15 - Redução do trânsito, mais praças, policiamento

16 - Rever as normas da carga horária trabalhista e o salário mínimo.

17 - Fiscalização da carga horária.

18 - Aumento do salário mínimo.

19 - fazer novos eventos como virada cultural, etc

20 - Melhoria do transito e redução da jornada

21 - Redução do trânsito e do tempo de trabalho, aumentar a segurança.

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Em oposição à questão acerca da ampliação do salário ou do tempo livre, no que é referente a propostas, prevaleceu a redução da jornada de trabalho, proposta

defendida em 9 respostas. Permanece, nesse sentido, a relação de que a questão da expansão do tempo livre ainda não pode ser desconectada das propostas acerca das melhorias do lazer na sociedade brasileira contemporânea. Em segundo lugar, evidencia-se, novamente, a questão da segurança, tão cara principalmente ao sexo feminino, aparecendo em 7 respostas. Os efeitos da desigualdade nas metrópoles nacionais e a consequente ampliação da violência, conforme expresso no segundo capítulo, prejudicam de forma intensa o lazer de todos os cidadãos, em especial, o lazer das mulheres. A crítica ao alto custo de vida na cidade aparece na proposta de redução dos preços, presente em quatro respostas. Há, na obtenção dessas respostas, pertinentes apontamentos de melhorias que devem ser colocadas em práticas pelo poder público para a melhoria do equilíbrio cotidiano, ampliação do bem-estar contemporâneo e para o desenvolvimento do lazer.

6 Conclusão

O objetivo desse trabalho foi o de analisar, por uma perspectiva crítica, o lazer da mulher bancária na cidade de São Paulo. A análise do lazer está sempre atrelada à análise do contexto ao qual ele está inserido. Portanto, para tratar a questão proposta, foram abordados três grandes temas que a cercam: os aspectos psicossociais, a economia e a cidade. Desta maneira, considerou-se a análise do tema envolto em sua complexidade, para beneficiar a compreensão deste em sua completude. Entende-se que a uma temática complexa seja conveniente uma análise não de simplificação, mas uma análise que caminhe da “complexidade para cada vez mais complexidade” (Morin, 2011, p.36), a fim da obtenção de respostas mais coerentes com a realidade.

A partir da proposição teórica apresentada no primeiro capítulo, acerca dos problemas psicossociais contemporâneos, reforçada pelos resultados das pesquisas referentes ao stress e à insatisfação cotidiana, é cabível uma interpretação preocupante em relação ao bem-estar psicológico na atualidade da metrópole paulistana. À sociedade do desempenho parece estar relacionada a ampliação crescente dos problemas neuronais, conforme proposto por Han (2015), com o consequente aumento do uso de medicamentos psicoativos, fenômeno já anunciado na década de 1980 nos escritos de Krippendorff (2009).

É preocupante a realidade paulistana, onde pesquisas recentes demonstram que 30% dos cidadãos apresentam transtornos mentais (Fapesp, 2012). O desequilíbrio entre lazer e trabalho na vida agitada da metrópole tem demonstrado seus efeitos negativos. A fim de caminhar rumo ao desenvolvimento do lazer, é imprescindível uma alteração no modo de vida da sociedade. A imagem do lazer deve estar diretamente associada à qualidade de vida.

A questão econômica, abordada no segundo capítulo, esclarece os empecilhos ao desenvolvimento na sociedade contemporânea. A economia também é um dos caminhos pelos quais as ideias se transformam em realidade, inclusive aquelas relacionadas a promoção de um lazer de qualidade expansível a toda população. A desigualdade é um grande entrave a ser combatido, tendo em vista suas consequências cruéis à sociedade, como a expansão da violência e a queda da produtividade real. Destaca-se que, confirmado pelo resultado das análises, a

violência urbana é muito prejudicial ao lazer da mulher em São Paulo. A questão da redução da jornada de trabalho é outro fator de impacto econômico. As leis trabalhistas brasileiras, em relação à jornada, estão estagnadas e correm risco de sofrerem retrocessos devido às consequências do novo contexto político nacional. Além do peso da lei brasileira, dos fatores de impacto no tempo no contexto da metrópole – como o trânsito e o grande deslocamento até o trabalho – e do maior tempo médio dedicado a formações acadêmicas e profissionais, a mulher ainda sofre com a sina da denominada “dupla jornada de trabalho”, lidando, majoritariamente, com os afazeres domésticos e familiares. Além disso, sua remuneração ainda é consideravelmente inferior à dos homens. Entende-se ainda que, a luta pela redução da jornada de trabalho, a fim de beneficiar o lazer, deve considerar que qualquer apologia a ampliação do tempo livre na sociedade só se dará considerando a necessidade da distribuição de renda. O desenvolvimento do lazer está fortemente associado à necessidade de reformas estruturais econômicas.

O espaço urbano reflete e influencia a forma de vida de seus cidadãos. A formação de uma metrópole – no caso de São Paulo, uma megalópole – pode ser positiva à população, contanto que considere um desenvolvimento equilibrado, que beneficie de forma razoável todos os anseios humanos. Contudo, não tem sido assim. O crescimento da cidade é voltado aos anseios do mercado, imbuído pela ideologia do trabalho, subvalorizando as dimensões da beleza urbana. Há uma crise estética, que reflete no bem-estar dos cidadãos. Muros e concretos descolorem a paisagem, segregam os espaços de lazer e convívio. Da mesma forma, o lazer dos cidadãos é prejudicado com a dificuldade de implantação de grandes áreas de entretenimento – a exemplo dos parques de diversão – e a carência das áreas públicas recreativas representadas principalmente e pelos parques urbanos e praças. A expansão urbana contemporânea deve ser redirecionada, tendo em vista os anseios humanos, para o desenvolvimento do lazer.

O preconceito em relação ao feminino age como um vírus, que foi fortemente combatido mais ainda se manifesta na sociedade contemporânea. Os movimentos feministas ao longo da história obtiveram conquistas muito importantes. Contudo, ainda enfrentam os fortes resquícios dessa cultura arcaica e inibidora do desenvolvimento. As mulheres conquistaram o mercado de trabalho, mas não conquistaram a igualdade salarial. As trabalhadoras bancárias lideram os quadros de

afastamento por danos psicológicos, mesmo inseridas nas instituições mais lucrativas do país, ou seja, com maiores possibilidades de oferecer benefícios ao seu quadro de funcionários. A mulher ainda lida com o anátema da responsabilidade do lar. A pequena evolução resultou em companheiros que “ajudam as mulheres” nos afazeres domésticos, mas que, muitas vezes, não entenderam que esses afazeres são responsabilidade do conjunto familiar. Os cuidados com os filhos ainda estão majoritariamente relacionados à figura materna. A indústria estético-cultural consome a pouca liberdade de tempo feminina. Nesse sentido, o lazer é uma espécie de artefato de luxo. Talvez, não à toa, as mulheres liderem os rankings de adoecimento mental. O contexto de ser mulher, funcionária de uma instituição bancária de ambições hiperlucrativas, inserida no contexto da maior metrópole nacional, serve como referência extrema de um modelo de saturação físico-emocional contemporâneo. Surge, então, a necessidade de uma análise crítica, que vise à desconstrução desse modelo degradado, em prol de um modelo de humanização do cotidiano, conforme proposto por Krippendorf (2009).

Frente às novas adversidades, pelas quais passa a sociedade contemporânea, novos enfoques relacionados à forma de vida dos indivíduos devem ser debatidos. Os avanços tecnológicos não resultaram em uma expansão significativa do tempo livre, em especial nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, o que acabou por frustrar (ou ao menos procrastinar) a referencial sociedade do lazer. Na maioria dos países, por um lado, ainda impera a lógica do trabalho centralizado e do desempenho, fatores que têm resultado em insatisfação crescente e no desenvolvimento de diversas fobias. Conforme Han (2015), disso resulta numa sociedade do cansaço. Por outro lado, alguns países desenvolvidos (com destaque aos países nórdicos) conseguem romper gradativamente com o modelo trabalho-desenvolvimentista dominante, aplicando medidas humanitárias ao trabalho, em especial acerca da redução da jornada. Contudo, tais medidas não atingiram devidamente o resultado esperado. Ainda possuem altos índices de transtornos mentais e são líderes em suicídios. Dentre os fatores complexos, que constituem essa realidade, está a questão da falta de sentido. Houve a parcial ruptura política com a sociedade do desempenho, mas não a ruptura cultural. Entre o frenesi e o tédio, está o indivíduo que se dopa para conseguir lidar com a realidade. As reformas estruturais são fundamentais, mas “não estamos preparados para viver esta nova sociedade” (Dumazedier, 2008, p. 172). O

lazer não se reduz a atos práticos, mas desempenha também o papel de movimento cultural: deve contribuir para a ressignificação do cotidiano. Nesse sentido, tão ingênua quanto a proposta que atribui ao lazer a função compensatória, frente a um cotidiano conturbado, atrelado a um hipercapitalismo voraz, é a proposta que condiciona o significado do lazer à superação da luta de classes. Ao fim, essas visões não se excluem, mas se complementam. O lazer é um constructo complexo constituído tanto por sua significância quanto por sua crítica social. A sociedade do lazer é uma proposta político-cultural.

Os temas aqui abordados são considerados fundamentais ao debate acerca do lazer, tendo em vista os dilemas evidenciados pela análise do caso das mulheres bancárias na cidade de São Paulo. A sociedade contemporânea funciona como um organismo e pode ser analisada como tal. É um corpo cansado, correu freneticamente sem rumo até se fadigar. O corpo quer repouso, mas está alienado em sua condição de corredor. Para dizer que é benéfico ao corpo parar, respirar e que seguir seu rumo caminhando pode ser mais vantajoso, a sociologia do trabalho busca interferir, oferece ajuda. Mostra como o cansaço corrente pode levar o corpo a uma exaustão irreversível. Concordamos com essa sociologia, trabalhamos em conjunto e fazemos uso de seu aporte teórico. Mas a sociologia do lazer pretende mais: quer mostrar ao corpo que, além de correr e caminhar, ele pode brincar. Dada sua condição de finitude, movimentar-se não basta, é preciso atribuir sentido a esses movimentos. É preciso recuperar as essências da condição humana. A sociologia do lazer quer reconduzir o corpo a vislumbrar as dimensões de sua alma.

Referências

ADORNO, Theodor W. *As estrelas descem à Terra. A coluna de astrologia do Los Angeles Times: Um estudo sobre superstição secundária*. São Paulo: Editora UNESP, 2008

_____. *Indústria cultural e sociedade* – 5ª Edição – São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. *Teoria estética*. Edições 70: Lisboa, 1970.

ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. 1ª Ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

_____. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Elfos; Lisboa, 1995.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34; Edusp, 2000.

BOFF, Leonardo. *A Grande Transformação na Economia, na Política e na Ecologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DE BOTTON, Alain. *Desejo de Status*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

_____. *A arquitetura da felicidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

_____. *O que é lazer?* São Paulo: Primeiros Passos, 1986.

_____. *O lazer na sociedade brasileira*. In: Pronovost, Gilles. *Introdução à sociologia do lazer*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

COELHO, Teixeira. *Um decálogo, dois teoremas e uma nova abordagem para o lazer*. In: SESC/WLRA (Orgs.). *Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* – 5ª ed. Ampliada – São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DE MASI, Domenico. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo: Editora Esfera, 1999.

_____. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

_____. *Perspectivas para o trabalho e o tempo livre*. In: SESC/WLRA (Orgs.). *Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

DOWBOR, Ladislau. *Os estranhos caminhos do nosso dinheiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva: SESC, 2008.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A Busca da Excitação*. Difel Difusão Editorial: Lisboa, 1992.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

GALZER, Lenea. *Lazer: benção ou maldição?* Porto Alegre, Sulina, Ed. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1979.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDBERG, Paul. *A relevância da arquitetura*. São Paulo: BEI Comunicação, 2011.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. 7ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

JUDT, Tony. *O mal ronda a terra: um tratado sobre as insatisfações do presente*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens* - 3ª ed. rev. e ampli. – São Paulo: Aleph, 2009.

KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

KURZ, Robert. *A ditadura do tempo abstrato*. In: SESC/WLRA (Orgs.). *Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Lisboa: Editorial Teorema, 1977.

LIPOVETSKY, Gilles. *A sociedade da decepção*. Barueri, SP: Manole, 2007.

_____. *A sociedade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____. *O Reino da Hipercultura: Cosmopolitismo e Civilização Ocidental*. In JUVIN, H. e LIPOVETSKY, G. *A Globalização Ocidental: Controvérsia Sobre a Cultura Planetária*. São Paulo: Manole, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *Os Tempos Hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

_____. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação - 8ª Edição* - Campinas, SP: Papirus, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

MORAES, Roque. *Análise de conteúdo: limites e possibilidades*. In: ENGERS, M.E.A. (Org). *Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

MORIN, Edgar. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. *Cultura de Massas no Século XX: espírito do tempo 1: neurose*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2011.

_____. *Introdução ao Pensamento Complexo*. 4ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PADILHA, Valquíria. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

PANOSSO NETTO, Alexandre. NECHAR, Marcelino. C. *Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica*. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São

Paulo, 8(1), pp. 120-144, 2014.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POWERS, William. *O BlackBerry de Hamlet: filosofia prática para viver bem na era digital*. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

PRONOVOST, Gilles. *Introdução à sociologia do lazer*. São Paulo: Editora Senac, 2011.

ROLNIK, Raquel. *O lazer humaniza o espaço urbano*. In: SESC/WLRA (Orgs.). *Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

RUSSELL, Bertrand. *O elogio do lazer*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SALECL, Renata. *Sobre a Felicidade: ansiedade e consumo na era do hipercapitalismo*. São Paulo: Alameda, 2013.

SANTOS, Milton. *Lazer popular e geração de empregos*. In: SESC/WLRA (Orgs.). *Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

SANTOS, Marcelo Augusto F. *Patologia da Solidão: o suicídio de bancários no contexto da nova organização do trabalho*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2013.

SCOTT, Helen – *The Temporal Integration of Connected Study into a Structured Life: A Grounded Theory*. Dissertação de Doutorado em Sistemas de Informação examinada pelo Prof. Doutor Barney Glaser e pelo Prof. Doutor Tom Andrews e apresentada na Universidade de Portsmouth em 2007. <http://www.groundedtheoryonline.com/who-we-are/helen-scott>. 10-12- 2013 8.24.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

_____. *Entretenimento: uma crítica aberta*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

VEBLEN, Thorstein Bunde. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 7ª ed, 1992.

Referências Digitais

ABSP. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2015*. Disponível em: http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-FSB_2015.pdf. Acesso em: 08/12/2015

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relação de agências e postos bancários*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/fis/info/agencias.asp>. Acesso em 17/07/2016.

BBC Brasil. *Por que a Finlândia quer pagar um salário mínimo a todos*. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150825_finlandia_minimo_tg. Acesso em: 05/05/2016.

DIEESE. *Desempenho dos bancos – 1º semestre de 2015*. <http://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2015/desempenhoBancos1sem2015.pdf>. Acesso em 13/03/2016

DOWBOR, Ladislau. *A economia da família*. Revista de Psicologia – USP, vol.26 no.1 São Paulo jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/97594>. Acesso em: 24/11/2015

_____. *Pikettismos: reflexões sobre o Capital no século XXI - 2014*. Disponível em: <http://dowbor.org/2014/07/ladislau-dowbor-pikettismos-relexoes-sobre-o-capital-no-seculo-xxi-julho-2014-17p.html/>. Acesso em: 20/12/2015

ESTADÃO, 2002. População opina sobre o parque Vila Lobos. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,populacao-opina-sobre-o-parque-villa-lobos,20020217p15586>. Acesso em: 06/05/2016

ESTADÃO, 2012. SP tem só 2,6 metros quadrados de verde por pessoa. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,sp-tem-so-2-6-metros-quadrados-de-verde-por-pessoa,873217>. Acesso em: 03/05/2016

EXAME. *O imposto sobre herança é o mesmo da doação em vida?* Disponível em: <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/o-imposto-sobre-heranca-e-o-mesmo-da-doacao-em-vida>. Acesso em: 13/03/2016

FAPESP, Agência. *Grande São Paulo tem alta prevalência de transtornos mentais*. Disponível em: http://agencia.fapesp.br/grande_sao_paulo_tem_alta_prevalencia_de_transtornos_mentais/15215/. Acesso em: 20/03/2015.

FENABRAN. *Associados*. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/bancos.asp>. Acesso em: 17/07/2016

FOLHA DE SÃO PAULO. *Morte de Mochileiras argentinas levam à queda de vice-ministra do Equador*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/03/1748680-morte-de-mochileiras-argentinas-leva-a-queda-de-vice-ministra-no-equador.shtml>. Acesso em: 17/04/2016

G1-GLOBO. *Consumo de antidepressivos nos EUA aumentou 400% em 20 anos*. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/consumo-de-antidepressivos-nos-eua-aumentou-400-em-20-anos.html>. Acesso em: 11/05/2015.

_____. Prefeitura oferece 40 milhões para aquisição do parque augusta em SP. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/prefeitura-oferece-us-15-milhoes-para-aquisicao-do-parque-augusta-em-sp.html>. Acesso em: 23/05/2016

GLOBO. Parque terra encantada é demolido, mas futuro do terreno ainda é incerto. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/parque-terra-encantada-demolido-mas-futuro-do-terreno-ainda-incerto-19054387>. Acesso em: 15/04/2016

_____. Morre empresário chinês conhecido como “chinês da barra”. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/morre-empresario-conhecido-como-chines-da-barra-6432296>. Acesso em: 16/04/2016

IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira – 2013*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>. Acesso em: 01/05/2016

IPEA. *Taxa de homicídios no Brasil atingiu recorde em 2014*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27412. Acesso em: 02/05/2016.

OXFAM. *Uma economia para o 1%*. Disponível em: <http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf>. Acesso em: 09/05/2016.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano – 2015*. Disponível em: http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr2015_ptBR.pdf. Acesso em: 25/02/2016

PRAGMATISMO POLÍTICO. *Lógica perversa: Itaú lucra 9,7 bilhões e demite 9 mil bancários*. Disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/07/itau-lucra-7-bilhoes-e-demite-9-mil-bancarios.html>. Acesso em 03/04/2016.

R7 NOTÍCIAS. *Depressão é 2ª maior causa global de invalidez, diz estudo*. Disponível em: <http://noticias.r7.com/saude/depressao-e-2-maior-causa-global-de-invalidez-diz-estudo-06112013>. Acesso em: 12/05/2015.

_____. Áreas de lazer podem deixar condomínio mais caro que prestação de imóvel. Disponível em: <http://noticias.r7.com/economia/noticias/areas-de-lazer-podem-deixar-condominio-mais-carro-que-prestacao-de-imovel-20100511.html>. Acesso em: 02/02/2016

SÁ, Carla. Apartamento com lazer pode ficar até 40% mais caro. Guia Imobiliário do ES. Disponível em: <http://guiaimob.classificacoes.com.br/?p=apartamento-com-lazer-pode-ficar-ate-40-mais-carro/>. Acesso em: 02/02/2016.

TERRA, portal. Parques de diversão viram 'mico' entre investidores no Brasil. Disponível em: <http://economia.terra.com.br/parques-de-diversao-viram-mico-entre-investidores-no-brasil,0aa017a7adc4b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 10/02/2016

TRIP, Revista. Gosto muito de você, leãozinho. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/revista/202/perfis/gosto-muito-de-voce-leaozinho.html>. Acesso em: 01/07/2014.

USP, Notícias. *Transtorno mental resulta em longos afastamentos do trabalho, aponta estudo da FSP*. Disponível em: <http://www5.usp.br/26411/transtorno-mental-resulta-em-longos-afastamentos-do-trabalho-aponta-estudo-da-fsp/>. Acesso em 01/06/2015.

ZAP IMÓVEIS. Condomínios luxuosos tem áreas de lazer cada vez mais sofisticadas. Disponível em: <http://revista.zapimoveis.com.br/condominios-luxuosos-tem-areas-de-lazer-cada-vez-mais-sofisticadas/>. Acesso em: 03/02/2016